

EM BUSCA DA
AVENTURA

multiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza

Cleber Augusto Gonçalves Dias
Edmundo de Drummond Alves Junior
(Organizadores)

EM BUSCA DA **AVENTURA**

multiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza



Editora da UFF

Editora da Universidade Federal Fluminense
Niterói, RJ / 2009

© 2009 by Cleber Augusto Gonçalves Dias e Edmundo de Drummond Alves Junior
(Organizadores)

Direitos desta edição reservados à EdUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 – anexo – sobreloja – Icaraí – Niterói – CEP. 24220-900 – RJ – Brasil –
Tel.: (21) 2629-5287 – Fax: 2629-5288 – www.eduff.uff.br – E-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Capa e projeto gráfico: Marcos Antonio de Jesus

Coppidesque e revisão de provas: Rosely Campello Barroco

Normalização: Caroline Brito

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D541	Dias, Cleber Augusto Gonçalves Em busca de aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza/Cleber Augusto Gonçalves Dias e Edmundo de Drummond Alves Junior (organizadores). Niterói: EdUFF, 2009. 166 p. ; 23 cm. Inclui bibliografias ISBN: 978-85-228-0519-8 1. Esporte na natureza. 2. Esporte de Aventura. 3. Lazer.
------	--

CDD 796

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Esporte

Ministro

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e
Tecnologia do Esporte

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Diretora do Departamento de Políticas
Sociais de Esporte e de Lazer

Cláudia Regina Bonalume

Universidade Federal Fluminense

Reitor

Roberto de Souza Salles

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Antonio Claudío Lucas da Nóbrega

Pró-Reitor de Extensão

Sídio Werdes Machado

Pró-Reitor Acadêmico

Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Planejamento

Miriam Assunção de Souza Lepsch

Chefe do Departamento de Educação Física

Waldyr Lins de Castro

Coordenador da Rede Cedes na UFF

Edmundo de Drummond Alves Junior

Universidade Federal Fluminense

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Editoração e Produção:

Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e

Mercado: Luciene Pereira de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos:

Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Reis

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos

Editora filiada a



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Editora da UFF

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Luiz Tadeu Paes de Almeida</i>	
Apresentação	15
Aventura esportiva na modernidade tardia	21
<i>Mary Jane Spink e Simon Paul P. Spink</i>	
Para uma história do lazer na natureza	35
<i>Cleber Augusto Gonçalves Dias</i>	
O imaginário da aventura	53
<i>Vera de Menezes Costa</i>	
Viagens de aventura: o turismo e os esportes radicais	73
<i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	
Risco e sociabilidade no voo livre	83
<i>Giuliano Gomes de Assis Pimentel</i>	
Quem é quem no montanhismo brasileiro	97
<i>Cleber Augusto Gonçalves Dias, Edmundo de Drummond Alves Junior, Zenaide Ribeiro Mariano</i>	
O surfe no cinema brasileiro	109
<i>Rafael Fortes e Victor Andrade de Melo</i>	
Os novos esportes e a cobertura jornalística: o caso da <i>Folha de São Paulo</i> .	125
<i>Marília Martins Bandeira</i>	
Acesso ao lazer em áreas naturais no Rio de Janeiro	141
<i>Zenaide Ribeiro Mariano</i>	
Impacto e preservação: prós e contras da prática esportiva em unidades de conservação	157
<i>Felipe de Drummond Alves</i>	

Prefácio

Ao ser convidado para prefaciar esta obra de Cleber e Edmundo, *Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza*, aceitei de imediato a responsabilidade. Considerarei uma honra e um privilégio: por ser professor de Educação Física e há quase 30 anos dedico-me a um esporte da natureza que ao mesmo tempo é um lazer, o iatismo. Este livro teve origem num evento organizado pelo Edmundo – I Jornada de Esporte e Lazer na Natureza –, que ocorreu no segundo semestre de 2008 e está incluído num dos projetos que Edmundo desenvolve no Departamento de Educação Física da Universidade Federal Fluminense. O projeto é fruto de parcerias e apoios que se estabeleceram a partir de 2006, tanto com a REDE CEDES, que é um programa de pesquisas do Ministério do Esporte, como também com órgãos de fomento – CNPq e FAPERJ. Abrange o grupo de pesquisa denominado Esporte Lazer e Natureza (GPELN), cuja responsabilidade cabe aos organizadores deste livro. O GPELN tem como foco os estudos dos esportes praticados na natureza, cujos valores, características, aportes sociais e apelos físicos e emocionais necessitam ser apreendidos por pesquisadores, professores e alunos de educação física, administradores, agentes de turismo, jornalistas, entre outros.

Esse fenômeno, há algum tempo, vem chamando a atenção dos meios de comunicação/imprensa que passaram a tratá-lo como “novo esporte”, uma “autêntica, verdadeira e absoluta inovação”, ou, de acordo com Marília Martins Bandeira designou, num primeiro momento, “esportes não olímpicos e não a motor” ou “por oposição aos ditos esportes tradicionais”. Portanto, já é hora desse fenômeno passar a ter um tratamento mais fundamentado academicamente, na qual professores e alunos de Educação Física e outros profissionais a ele ligados possam usufruir e (coletivamente) participar da discussão e construção de metodologias para um “objeto de estudo que se situa na interface de diferentes áreas do conhecimento e sinaliza para os benefícios de uma consideração interdisciplinar” (Bandeira).

Outra razão para para prefaciar este livro é o tempo de conhecimento e convivência com os autores. Edmundo, conheço-o há tempo suficiente para me credenciar para a tarefa que tenho pela frente. Cleber, menos tempo, porém o

bastante para sentir seu potencial para o inusitado, para a desconformidade. Posso dizer que ambos têm forte matiz do pensamento enraizado no local em que trabalhamos – Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense. Foi na UFF que Cleber iniciou sua bem-sucedida trajetória acadêmica no Curso de Especialização em Educação Física Escolar.

Por ser um participante ativo numa atividade que se enquadra nos olhares propostos pelos autores: esporte e lazer praticados na natureza, imaginei a tarefa de prefaciar este livro, um exercício de fácil execução. De imediato, a leitura dos originais dimensionou a tarefa que eu tinha pela frente: na Introdução, os autores indicam dificuldades inesperadas:

[...] não há uma biblioteca a consultar, mas uma ainda por construir [...] O leitor, a exemplo dos próprios autores, pode ter certa dificuldade em classificar este estudo em tal ou qual área. Trata-se de um experimento que se quer, simultaneamente, a meio caminho de várias delas, da antropologia à geografia, da história à sociologia.

Mas as dificuldades não serviram para imobilizá-los, ao contrário:

Mesmo com todos os possíveis vazios e silêncios é preciso seguir em frente, pois se não podemos tudo, alguma coisa podemos [ou seja] Se o reconhecimento de limites se transforma em agente de imobilização, ele deixa de ser algo potencialmente produtivo e se torna apenas algo inútil e pessimista.

Então, para orientar nossa reflexão, fomos buscar o significado de “aventura” e encontramos “empresa, empreendimento ou experiência arriscada, perigosa, incomum, de finalidade ou decorrência incertas; acontecimento imprevisível, surpreendente; peripécia; acaso, sorte, fortuna”¹ e por aí começamos a delinear nossa tarefa.

Hoje, não há mais espaço para imprevisibilidade, acaso. A segurança nas aventuras esportivas contemporâneas deve estar assegurada – quer pela qualidade dos equipamentos, pela competência da equipe ou pela proposta da “aventura” oferecida.

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Ilustrando essa questão, conta-se que certa vez um jovem almirante inglês, nos anos 1950, após uma bem-sucedida expedição à Antártida a bordo de uma embarcação da Marinha Britânica, relatava sua experiência num coquetel em sua homenagem quando uma jovem senhora perguntou o que ele havia achado da “aventura”, ao que, gentilmente o almirante lhe respondeu:

Minha cara senhora, essa expedição teria sido uma *aventura* se tivéssemos nos lançado ao mar sem qualquer planejamento e equipamentos específicos para realizarmos a expedição. Como houve planejamento detalhado de todas as etapas de nossa viagem, aí incluído roteiro (com as mais novas cartas náuticas existentes), acomodações para suportar as baixas temperaturas, embarcação e equipamentos modernos para atingir os objetivos propostos, essa foi uma *expedição científica* onde cumprimos rigorosamente as metas e objetivos a que nos propusemos.

Voltando à nossa realidade, citamos Vera L. M. Costa, em seu artigo neste livro:

o espírito aventureiro, hoje tão (ou mais) presente nas atividades esportivas de aventura e risco calculado, permite ao homem jogar com as chances de conquistar, com o destino e as adversidades, imprimindo outros sentidos que se distanciam dos antepassados do século XVI, quando o homem desbravou os mares e foi ao encontro de outras civilizações. Se aqueles eram movidos em suas conquistas por interesses econômicos expansionistas ou por sonhos de conquistas, estes, hoje, conquistam, de modo simbólico, a si mesmos, desafiando seus próprios limites.

Isso leva ao outro ponto de discussão. Qual é a classificação de “caminhantes de endure e caminhantes peregrinos”. Para isso, vamos utilizar uma descrição de Passos.²

² PASSOS, Kátia Cristina Montenegro. *Caminhando nas trilhas do re-encantamento da natureza*. (Tese de Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

caminhantes de Enduro a pé com ritmos e passadas controladas, são diferentes dos caminhantes peregrinos e dos das travessias, os quais são mais desbravadores, mais exploradores e menos conquistadores. Os caminhantes peregrinos e de travessia precisam do tempo do deleite, que não deve ser controlado, cabendo somente ao caminhante encontrar seu próprio ritmo, pois, caminho e ele, imaginariamente, são uma única coisa.

Como iatista/veleizador, penso em dois tipos de participantes nas atividades praticadas na natureza: aqueles que participam como *espectadores/observadores* – que examinam atenta e minuciosamente, a(s) pessoa(s) e/ou o(s) ambiente(s) que o cerca(m); que acompanham a evolução, o comportamento, as mudanças que ocorrem nesses contextos; e os *conquistadores* – aqueles que conquistam, dominam, vencem para obter um triunfo, uma vitória sobre alguém ou alguma coisa.

A melhor maneira de nos situarmos nessa classificação talvez seja falarmos um pouco de nossa vivência a bordo dos veleiros Tatuí^{IT} I, II e III. Vou usar o tratamento “nós” por se tratar de uma equipe. Dois fatores me levaram à vela: o familiar e de estar ligado ao esporte por profissão e vocação. Na questão familiar, meus cunhados sempre velejaram e assim que nos conhecemos me iniciaram na vela. Não tardou para que a veia esportiva aflorasse e eu estivesse correndo regatas em barcos de amigos. Na primeira oportunidade, comprei meu próprio veleiro, um barco com o qual pudéssemos competir com a nossa tripulação e ao mesmo tempo desfrutar do meio ambiente de forma plena. No início dos anos 1980, velejando o Tatuí^{IT}, uma embarcação para três pessoas, mas que era tripulado apenas por eu e meu cunhado Gilberto, nos sobressaímos no ambiente esportivo (regatas).

Para que isso acontecesse, foi necessário que dominássemos as variáveis que predominam em uma competição de vela: vento, maré, correntes marítimas e equipamento que tínhamos em mãos, o próprio veleiro. Nessa perspectiva, o meio ambiente era algo a ser “conquistado”, para que pudéssemos vencer os nossos oponentes. Utilizando a denominação que propusemos, nos transformamos em *conquistadores* do meio ambiente, por meio da vasta experiência e habilidade de Gilberto, nosso timoneiro.

Com o passar dos anos, cresceu a família e foi necessário adquirir um veleiro maior, o Tatuí^{IT} II, com o qual passamos a usufruir mais da embarcação (quando não estávamos competindo) em atividades de lazer, nas quais incluímos familiares e amigos. Foi o momento em que assumimos nosso lado *expectador/observador*.

Nesse novo papel, por não termos a necessidade de “vencer” (pessoas e natureza), simplesmente deixamos o barco fluir, com as velas folgadas, contemplando a paisagem em um “tempo de deleite” no qual vento e barco tornam-se uma coisa única na busca de um ritmo próprio, que nos acolhe e embala. É quando o velejador percebe que: “Velejar é ouvir o vento para tirar as ondas para dançar”.

Essa época coincidiu com a idade de nossos filhos frequentarem a escola. Nas aulas de educação física, tiveram contato com os esportes com bola: basquete, futsal, handebol, voleibol e atividades recreativas (queimado e diferentes tipos de pique). Como a cultura esportiva que nos dominava era a vela, colocamos nossos filhos em uma escolinha de iniciação de vela, onde as crianças tiveram seu primeiro contato com um barco a vela através da classe Optimist, um barquinho individual, cujo formato se assemelha a um caixote de madeira.

Como professor de Educação Física (e pai...), passei a acompanhar as aulas de vela e pude observar, na evolução das crianças no decorrer das aulas, o excelente instrumento de aprendizagem que consiste o ato de velejar. Por se tratar de um esporte em que o contato com a natureza é intenso (mar, vento, sol, chuva etc.), as crianças tinham de se adaptar e se preparar para aquelas condições. Portanto, a primeira aprendizagem foi em relação a si, o respeito ao próprio corpo, pois os protetores solares, os “batons” para os lábios, assim como as roupas apropriadas para enfrentar as diversidades do tempo, foram desde cedo companheiros inseparáveis. Essa aprendizagem perdura até hoje.

A outra aprendizagem refere-se às atividades realizadas no ato de velejar. Como “pré-requisito”, todas as crianças deveriam ter domínio do meio aquático: saber se locomover com certa desenvoltura, apesar da obrigação de vestirem colete flutuante como proteção, o que lhes confere a sensação de segurança, autoconfiança e tranquilidade (física e mental) – autoconfiança. Além disso, consta das primeiras aulas, a aprendizagem de como “desvirar” o barco virado, devido uma manobra inadequada (comum durante as aulas) a situação é transformada numa grande brincadeira de “virar e desvirar” o barco sucessivamente. A grande lição, nesse espaço: respeito ao meio, a importância com a segurança e a autoconfiança adquirida.

Mas é na técnica e na tática do esporte à vela que pude observar um grande trabalho intelectual. Tecnicamente, as crianças têm de escolher o melhor posicionamento para cada situação de mar, cada condição de vento, além de ter de levar em conta a posição da maré (se está vazando ou se está enchendo), as correntes marítimas, em cada uma das trocas de lado (cambadas) que fizerem durante um determinado percurso. Como essas condições determinam

o posicionamento específico da criança dentro do barco e um ritmo de trocas de lados diferenciado para cada situação, ela vai ter de observar, refletir e optar a cada movimento que fizer com sua embarcação. Por ser um barco individual, vai ter que incluir nesse rol de cálculos, seu peso e altura, que, com certeza, irão influir no resultado final, que será traduzido em velocidade. Isso sem contar o grande trabalho físico que essa movimentação e postura provocam.

Para descrevermos as aprendizagens adquiridas por meio da tática de velejar, precisamos dizer que um barco à vela, principalmente quando veleja contra o vento, nunca se desloca em linha reta. Portanto, a aproximação de alguma meta se faz em ângulos. Significa dizer que as trocas de lado (cambadas), necessárias durante o percurso, serão calculadas para otimizar a aproximação do objetivo. E ainda, que o vento nem sempre é constante na área de regata (raia) – pode estar em toda área, mas não tem a mesma intensidade em todas as partes da raia, o que pode ser observado por pequenas variações na superfície da água em forma de uma leve cristação ou ondulação. Isso exige novas observações e novos cálculos para tentar prever onde estão as melhores condições de ventos, na tentativa de “conquistar” a natureza e, com isso, buscar reduzir tempo e distância no alcance dos seus objetivos.

A aprendizagem que acabamos de descrever é constante a partir do momento em que a criança adquire o controle do seu barco. Desde a idade de oito/nove anos vai-se acumulando aprendizado por meio da vivência nesse esporte, numa prática constante de tomada de decisão que resulta em exercício de autonomia que fortalece a autoestima e a autoconfiança.

Há, porém, uma aprendizagem que está colocada no iatismo, que não está explícita; se adquire no simples fato de estar a bordo de um barco à vela, seja como *conquistador* ou como *observador*. Aqui abro um parêntesis lembrando que todo *conquistador* representado pelo velejador que faz do iatismo um esporte, em vários momentos torna-se um *espectador/observador*, pois uma regata não se faz num espaço delimitado. Sua escolha deriva da observação das condições apropriadas e as embarcações precisam se deslocar até os locais em que se realizará a regata, o que, às vezes, significa deslocar-se de uma cidade para outra, apenas para levar ou trazer a embarcação, o que lhe permite ser antes *espectador/observador*.

É nesse momento que o velejador inicia sua grande aprendizagem da natureza. São tantos os momentos de deslumbramento e estupefação que se torna impossível não se deixar levar por sentimentos de respeito, admiração e proteção ao meio ambiente, transformando cada velejador, desde a mais tenra idade, num defensor do mar, das praias, das criaturas marinhas (peixes e pássaros). Esse sentimento, rapidamente, se amplia, transformando homens e

mulheres preocupados em defender ideias ecologicamente corretas, pensar o iatismo como algo além de um simples esporte, como um estilo de vida que, nas palavras de Cleber, envolve os seus adeptos em uma ampla rede de experiências desde a roupa à música, dos filmes à linguagem. Esse estilo eles buscam perpetuar entre familiares e disseminar nos vários meios em que irão frequentar.

Essa visão dos esportes praticados na natureza corresponde à expectativa de Vera Costa (em seu artigo neste livro) em relação à contribuição que esses esportes podem trazer à educação.

É a visão de um sujeito que empreende grandes jornadas, independente das adversidades, saudável, crítico, criativo, que problematiza as informações do meio ambiente e toma decisões rápidas em ação, que reúne decisão com intuição, amante da natureza e com fortes indícios de uma consciência ecológica que reconhece a importância do equilíbrio entre as espécies que habitam o planeta e que algo deve ser feito para sustentá-lo, no que muitos esportistas já se encontram engajados.

Como podemos perceber, a visão meramente curiosa com que observei as questões do iatismo, nos remete a inúmeros questionamentos que só podem ser respondidos por estudos mais aprofundados que ultrapassam a maneira pela qual os esportes na natureza vêm sendo retratados pelos meios de comunicação sempre a destacar a excepcionalidade, sua a dimensão fantástica e espetaculosa. Esses estudos podem ser melhor dimensionados na Universidade. Nela, serão pesquisados através dos múltiplos olhares que a academia pode oferecer para responder à enorme gama de conhecimentos e aprendizagens que cada uma das atividades esportivas ou de lazer podem gerar, sem que haja intenção de ensinar e aprender. Este livro, pelas características que apresenta, indica a necessidade desses olhares.

Quando o retorno à natureza converteu-se numa necessidade, é possível que existam outros que pensem como nós. Este livro é uma porta que se abre. A sensibilidade de organizadores e autores que aqui imprimiram sentimentos e preocupações, traduz-se em homenagem a todos os que estudam ou pretendem estudar sobre esporte e lazer na natureza.

Luiz Tadeu Paes de Almeida
Diretor do Instituto de Educação Física
(Universidade Federal Fluminense)

Apresentação

Repensando o esporte e o lazer na natureza: à guisa de introdução

No livro *Entre o mar e a montanha* encerramos dizendo que era inevitável que aquela obra “tivesse um caráter claramente inconclusivo”. Após inventariarmos um pequeno conjunto de perguntas afirmávamos que não saberíamos dizer o quanto as havíamos respondido. “Provavelmente, elas foram abordadas tangencialmente. Mas em que pese a precariedade das formulações, esperamos ao menos ter sido capazes de lançar novas questões ou, melhor ainda, de apresentá-las sobre bases mais adequadas”.

Iniciamos a apresentação deste livro exatamente onde paramos no anterior, pois, apesar das aparências, aquelas palavras não encerravam mero pedido de desculpas nem falsa modéstia. Tem-se ali mais do que uma intenção de justificar possíveis erros ou omissões. Longe disso, nossa intenção era de transparecer que estávamos diante de um projeto exploratório, um ensaio, trabalho tateante, tão incerto quanto hesitante. O reconhecimento de que pintávamos um quadro cujas formas encontravam-se ainda inacabadas além da provisoriidade, inerente a qualquer prática científica, sabíamos: estávamos diante de um fenômeno relativamente pouco estudado, cuja conformação de um corpo de saberes especializados ainda encontra-se em estágio pouco avançado, apesar dos inegáveis progressos dos últimos anos.

Falar de dificuldades e incompletudes também não tem a intenção de desalentar ninguém. Não pretendemos, com isso, desencorajar nem desmerecer os esforços em curso atualmente, aliás, ao que parece, de maneiras bastante alvissareiras. Só não queríamos dissimular o que nossos conhecimentos tinham (e têm ainda) de precário e rudimentar. Como dizemos costumeiramente em nossos encontros, temos clareza de que neste caso não há uma biblioteca a consultar, mas por construir.

Mas se o reconhecimento de limites transforma-se em agente de imobilização, deixa de ser algo potencialmente produtivo e torna-se apenas algo inútil e pessimista. É como a metáfora de Clifford Geertz sobre a higiene de um

hospital: ainda que naquele ambiente a assepsia total não seja nunca possível, isso não quer dizer que cirurgias devam ser feitas no esgoto. Assim, também com a ciência, e em nosso caso, mais particularmente com os estudos sobre os esportes na natureza. Mesmo com todos os possíveis vazios e silêncios, é preciso seguir em frente, pois se não podemos tudo, alguma coisa podemos.

Assim, trabalhos como o nosso e outros tantos que têm sido publicados recentemente, com todas as reservas que se possam formular, servem, no mínimo, para incitar o prosseguimento das pesquisas e estimular a formulação de novas perguntas. Enfim, servem como contribuição para encorajar outras abordagens capazes de incentivar exercícios interpretativos. É exatamente neste sentido que este livro se apresenta. Seu propósito é reunir numa publicação estudos de diferentes aspectos dos esportes na natureza. Nesta apresentação abre-se a oportunidade de esclarecermos um pouco sobre as motivações, bem como de tentar empreender um breve balanço sobre o que temos nos proposto até agora.

Nossa primeira intenção tentou contemplar diferentes modalidades desses esportes: surfe, montanhismo, rafting, voo livre, além do lazer na natureza, apresentado de modo genérico, são algumas das práticas que figuram ao longo dos trabalhos aqui reunidos.

Evidentemente, o modo de organização do livro – desde os pesquisadores convidados até a sugestão das respectivas temáticas –, está profundamente articulado com as inquietações que têm nos mobilizado em torno do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Natureza (GPELN). Uma primeira questão: a pertinência ou impertinência de tratarmos sob um mesmo conceito um universo relativamente grande de práticas corporais, que, como sabemos, guardam entre si um considerável conjunto de peculiaridades. Em outras palavras: o que justifica que práticas como voo livre, canoagem, iatismo, surfe ou montanhismo, entre tantas outras, pudessem ser categorizadas de uma mesma forma?

De certo modo, e em função disso, nosso projeto teórico diz respeito, de maneira mais ou menos declarada, à análise de modalidades de esportes na natureza sempre em relação a um conjunto de outras modalidades esportivas – sejam elas praticadas na natureza ou não. Sob este aspecto, reflexões isolacionistas, que apreendem modalidades sempre de forma circunscrita e pouco relacionadas a um sistema maior e mais complexo, nos interessavam pouco. Ao mesmo tempo, reconhecíamos que a síntese não poderia preceder a análise. E, na atual fase em que os interessados dedicam-se ao assunto, nos parecem úteis e necessárias reflexões desta natureza. Com essa finalidade, desejamos sempre aprofundar e sistematizar informações dessas modalidades

como um todo, aproximando-as, distanciando-as, comparando-as. Foi nessa perspectiva que pensamos em reunir estudos sobre cada uma das práticas que se encontrarão, apesar de não haver ainda nenhum empenho claramente definido na direção de cotejá-las. Porém, no atual desenvolvimento dos estudos, parece válido.

A finalidade das ciências sociais sempre foi, ao menos desde o final do século XIX, compreender o sentido que cada cultura (ou parte dela) atribui às suas próprias condutas. A compreensão desses sentidos subjetivos depende da classificação dos tipos de conduta e comportamento. Desse ponto de vista, os critérios que orientam e ordenam essa classificação são, quase por definição, os fundamentos dessas próprias significações. Weber diria simplesmente tratar-se de uma tentativa de ordenar os fatos da realidade social através de uma tipificação. Durkheim, um tanto mais conceitualista, diria tratar-se da necessidade de definir as coisas que se está estudando, para que se possa saber do que se tratam de fato.

De todo modo, está sempre colocado, não uma tentativa de pureza conceitual, mas sim, a determinação da medida histórica pela qual podemos interpretar a realidade social, tentando clarificar o conteúdo de alguns dos seus elementos. A ênfase, então, de alguns textos em determinadas modalidades, especificamente, não deixa de ser uma oportunidade de os leitores observarem, por diferentes caminhos, em que medida essas práticas compartilham ou não referências entre si; ou o quanto elas respondem e conformam-se a mesma dinâmica histórica geral. Dito de outro modo: mesmo constituindo-se, em cada caso e em suas singularidades, seria legítima uma leitura sociológica compreendendo-as enquanto um mesmo fenômeno social?

A maneira como as análises das diferentes práticas foi empreendida também está marcada pelo desejo de mesclar, aliar, contrastar (e talvez), fazer convergir. Os estudos apresentados, como se verá adiante, estão ancorados por tradições teóricas e metodológicas bastante diversificadas. E isso não é fortuito. Atualmente, não é tão difícil convocar um grupo de estudiosos que enfoquem esses esportes por meio de um mesmo ponto de vista. Parece que já temos uma espécie de modelo, que se reproduz, e tenta se enquadrar em várias circunstâncias, por mais alheias que sejam. São protoexplicações que se assemelham a lugar-comum; espécie contraditória de senso comum científico, que replica ao infinito a mesma cansativa ladainha de sempre: atividades de aventura são moradas do dócil espírito fraternal e cooperativo, elas são também o lugar social do questionamento da ordem, da construção de uma “ética alternativa” ou da formação de uma nova sensibilidade, potencialmente educativa, transgressora e, quiçá, revolucionária.

Embora isso seja em parte verdadeiro, não foi esta a nossa intenção. Deliberadamente, pretendíamos confrontar posições e abordagens, mas em outro nível do debate. Pretendíamos reunir estudos com uma inclinação mais empírica, na esperança de que pudessem nos afastar um pouco de noções abstratas, idealizadas e alegóricas acerca desses esportes. São noções divulgadas por meio de ensaios quase filosóficos que atribuem às atividades na natureza uma positividade que lhes seria inerente, essencializando-os em última análise.

O cruzamento de referências pretendia ampliar o universo de possibilidades, a fim de tornar possível uma compreensão mais profunda, complexa e mais matizada.

Essa espécie de ecletismo, de militância favorável às “abordagens múltiplas” tem sido nossa postura em várias oportunidades e de diferentes maneiras. Entre o mar e a montanha, por exemplo, foi apresentado pela Editora, em seu release, como um estudo “baseado em extensa e eclética bibliografia”, o que para nós foi um elogio. Na sua introdução nós mesmos sublinhamos a ausência de qualquer esforço para o seu enquadramento disciplinar.

O leitor, a exemplo dos próprios autores, pode ter certa dificuldade em classificar este estudo em tal ou qual área. Trata-se de um experimento que se quer, simultaneamente, a meio caminho de várias delas, da antropologia à geografia, da história à sociologia.

Foi mais ou menos assim também em *Urbanidades da natureza*, publicação baseada na dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Victor Melo, no prefácio daquela obra, destacou exatamente “o diálogo com reflexões advindas da história, da sociologia, da antropologia, do urbanismo e da geografia”. Em outro sentido, mas de maneira mais ou menos semelhante, quando em meados de 2008 organizamos a I Jornada de Esporte, Aventura e Natureza, nas instalações do Departamento de Educação Física da Universidade Federal Fluminense (iniciativa que motivou este livro), não abrimos mão de planejar uma programação que congregasse acadêmicos, gestores e praticantes. A ideia era a de fazer dialogar cosmologias francamente contrárias entre si, quer no plano teórico, quer no plano político. Por isso os textos aqui reunidos têm orientações e abordagens diferentes: para tentar descortinar de maneira ampliada diferentes possibilidades. Estudos de campo de natureza etnográfica, entrevistas e análises de discursos, utilização de filmes ou jornais como ponto de apoio à interpretação sociológica, questões relacionadas ao impacto ambiental, cisões de classe na

distribuição das áreas verdes de lazer, a clara interface com o campo do turismo, seus condicionantes históricos, além de alguns recursos à estatística, são temas e procedimentos dos esportes e do lazer na natureza que emergem dos seus textos.

A apreensão das ideias e reflexões de cada um dos autores deste trabalho tem-nos sido particularmente valiosa e não pretendemos tirar dos leitores a oportunidade de estabelecer (à sua maneira) seus próprios canais de interlocução com todos eles. Não vamos, portanto, comentar antecipadamente os detalhes dos capítulos.

Para encerrar, registramos o significado das ações do Ministério do Esporte frente a essas atividades. Louvamos a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e do Lazer (SNDEL) e suas iniciativas, incentivando a formação de redes científicas para o estudo desses fenômenos ou apoiando a divulgação de trabalhos como este, que possibilita, por meio da parceria firmada, alcance e impacto nada desprezíveis. No caso dos esportes na natureza, mais especificamente, é talvez a oportunidade de divulgarmos outras vezes em meio às discussões institucionais que atualmente têm ecoado nesse campo de atividades.

Cleber Augusto Gonçalves Dias
Edmundo de Drummond Alves Junior

A aventura esportiva na modernidade tardia¹

*Mary Jane P. Spink**
*Simon Paul P. Spink***

Aventura e perigo talvez sejam experiências inerentes à própria evolução dos seres humanos. As migrações que levaram os homínídeos de seu presumível berço africano às longínquas terras dos continentes asiático, europeu e americano foram, certamente, impulsionadas por pressões decorrentes de contingências locais: competição, fome ou condições inóspitas. Apostaríamos, porém, que na falta de informação sobre o além-fronteiras e o que os esperava nas terras longínquas – e a conseqüente imponderabilidade quanto aos resultados dessas empreitadas –, a disposição à aventura também se fazia presente nessas migrações. O mesmo aplica-se aos exploradores da era moderna e aos grandes navegadores do século XVI. Tratavam-se de aventuras que, com certeza, implicavam em perigos diversos. Ou seja: aventuras e perigos são velhos companheiros de nossa espécie.

Já a noção de “risco” fala de outras formas de relacionamento – entre nós e com o futuro. Risco, conforme vimos, discutindo em textos variados (SPINK, 2001a, 2001b), é uma estratégia de governamentalidade típica de formações sociais nas quais se torna impositivo o governo de populações, entendidas como conglomerados sob responsabilidade de um soberano ou (mais contemporaneamente) do Estado. Nesse contexto, desenvolvem-se sensibilidades e técnicas que fazem com que o futuro seja passível de controle. As possibilidades de

¹ Essas reflexões derivam de projeto de pesquisa sobre risco e sociedade contemporânea desenvolvido com o apoio do CNPq.

* Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com doutorado em Psicologia Social. Lidera um grupo de pesquisa que tem como uma de suas linhas a questão do risco na sociedade contemporânea. É bolsista produtividade do CNPq (Nível 1A).

** Formado em desenho Industrial pela Universidade Mackenzie, fundou a produtora Naski Filmes, na qual atua como diretor e cinegrafista de filmes e documentários. É entusiasta de uma diversidade de esportes de aventura que são também temas de alguns de seus roteiros.

cálculo de riscos variados e de definição de estratégias para seu controle definem maneiras peculiares de governo que herdaram do Cristianismo características pastorais, sendo concomitantemente um controle de cada um de nós por nós mesmos e o cuidado do “pastor” para com o “rebanho” (FOUCAULT, 2008).

No que diz respeito aos esportes contemporâneos, o que propomos é que os mesmos também se tornaram foco desse tipo de governamentalidade que tem o cálculo do risco como estratégia fundamental. Denominamos esse tipo de sensibilidade de “risco-aventura” e o definimos como o conjunto de atividades que envolvem desafios consideráveis (e até extremos) às habilidades e que podem gerar consequências pessoais graves, até mesmo a morte, no caso de erro. Atividades que incluem os componentes aos quais a literatura parece dar destaque quando se refere a risco, radicalismo ou aventura: a) desafio aos limites físicos ou aos limites de nossas habilidades; b) que possam ser caracterizados como *fateful activities* na acepção de Goffman (1972): eventos que são simultaneamente consequentes (têm desfechos que se estendem além do evento propriamente dito), problemáticos (têm um grau de incerteza quanto aos resultados); e c) que sejam passíveis de gerar a fusão entre ação e consciência que Csikszentmihalyi (1975) denomina *flow* ou a sensação de vertigem característica do *ilynx*, segundo a classificação de jogos proposta por Caillois (1958).

Qual seria a conexão entre a atual configuração dos esportes na modalidade do risco-aventura e os modos de sociabilidade nesta modernidade tardia?

Situando a aventura esportiva no contexto da modernidade tardia

Utilizamos o termo “modernidade tardia” para nos referirmos a certos deslocamentos, decorrentes dos processos de globalização e destradicionalização que rompem com as bases de sociabilidade estabelecidas no longo percurso que nos leva da Renascença à sociedade industrial. Juntando-nos àqueles que hesitam em aceitar que já estamos na pós-modernidade, mas que refletem sobre as profundas transformações sociais ocorridas, sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, propomos que as atividades esportivas na modalidade de risco-aventura assumem funções que extrapolam suas raízes higienistas; são fontes de rendimento por suas conotações de espetáculo, insumos para legitimações biográficas associadas ao que Ulrich Beck (1993) denomina de “biografias reflexivas” e constituem terrenos propícios para o desenvolvimento e o teste de tecnologias variadas.

Em vez de teorizarmos a respeito de cada um desses aspectos, optamos por discuti-los no contexto de um esporte específico – o alpinismo, e em parti-

cular sua prática em alta montanha – a partir de narrativas baseadas em experiências de escalada do Monte Everest. Cada uma das narrativas foi escolhida por ilustrar dois aspectos: a evolução das tecnologias que tornaram possíveis certas aventuras e as sociabilidades (modos de ser na sociedade contemporânea) que dão sustento a essas experiências.

Utilizamos uma definição abrangente de *tecnologia* de modo a incluir os equipamentos utilizados por esportistas, assim como os que dão visibilidade aos feitos (fotografia, comunicação por rádio) e que promovem a segurança (os avanços na compreensão das doenças associadas à altitude, os seguros de vida e a organização de resgates).

Conceituamos *sociabilidades* como os processos de legitimação de certas práticas sociais (SPINK, 2008), incluindo aí a promoção de pacotes de turismo de aventura (SPINK; ARAGAKI; ALVES, 2005), assim como as formas de relacionamento de esportistas com treinadores, membros da equipe e patrocinadores.

Abordaremos esses aspectos nos quatro casos de escalada do Everest que, a nosso ver, ilustram o movimento que intitulamos de exacerbação do risco-aventura.

Sobre os esportes de montanha

Os esportes de montanha modernos incluem diversas modalidades que vão do *trekking* até a escalada em altitudes extremas, o que gera, às vezes, algumas divergências sobre qual o nome e a definição corretos para cada atividade. Em 2001, a União Internacional de Associações de Alpinismo (UIAA) criou o Código da Montanha (*The Mountain Code*), que propõe a divisão desse esporte em dois grupos: 1) o “montanhismo” que envolve *trekking*, via ferratas, montanhismo clássico e montanhismo com ski e 2) a “escalada em rocha” que inclui *boulder*, escalada esportiva, tradicional, *big wall*, alpina, super alpina e expedições. O código está disponível no *site* da UIAA (<www.theuiaa.org>) e oferece descrições detalhadas para cada atividade.

A prática do montanhismo difere da escalada em rocha pelo grau de dificuldade e exposição ao perigo durante a via, o que acaba definindo, ainda, as regras para cada divisão, seguindo o princípio de que, quanto maior o perigo, mais aceito é o uso de equipamentos. Por exemplo, a prática de *boulder*, que é feita em blocos de pedra, só permite o uso de sapatilhas, magnésio e *crash pads* (colchões para amortecer a queda); já a escalada tradicional possibilita o uso de mosquetões, proteções fixas e móveis, além de cordas; e a escalada super alpina (acima dos 7000m) admite o uso de oxigênio, cordas fixas, grampões e piquetas.

Um fato importante é que a UIAA considera que uma escalada sem perigo perde o elemento fundamental – a “aventura”. Portanto, sempre será mais valorizada uma conquista efetuada com o mínimo possível de equipamento em relação à outra, efetuada com total segurança.

Em 1991, foi descoberto nos Alpes o corpo mumificado de um homem da era neolítica. Morto há 5.300 anos, Oetzi (ou Otzi) possibilitou aos cientistas contemporâneos entenderem várias facetas da vida nas montanhas. Oetzi estava bem equipado para enfrentar a neve: sapatos largos e à prova d'água, adequados para andar na neve; roupa feita de pele de cabra que o protegia do frio. Ou seja, as pessoas convivem com montanhas há muitos séculos, por razões de sobrevivência – a exemplo de migrações em tempos de guerra ou fome –, como aventuras de exploração e, até mesmo, por puro lazer. Entretanto, a exploração sistemática de montanhas é bastante recente (início no século XVIII), sendo o primeiro alvo as duas montanhas mais altas da cordilheira dos Alpes: o Mont Blanc (escalado com sucesso em 1786 pela equipe de Horace Saussure) e o Matterhorn (vencido pela primeira vez, em 1865, pelo alpinista inglês Edward Wimper).

Após a escalada das maiores montanhas dos Alpes Europeus, partiu-se para as de outros continentes: Kilimanjaro (África, 1889), Aconcágua (América do Sul, 1897) e McKinley (América do Norte, 1913). Em 1936, começaram as conquistas das montanhas do Himalaia: Nanda Devi (1936), Anapurna (1950) e, em 1953, após 32 anos de tentativas, a conquista da mais alta montanha do mundo: o Everest, com 8.848 metros de altura (há apenas oito montanhas com mais de 8 mil metros de altura), feito realizado pelo neozelandês Edmund Hillary e o nepalês Tenzing Norgay.

Primeira narrativa: a conquista do Everest na perspectiva da “glória do império”

O feito de Sir Hillary e de Tenzing Norgay é, sem dúvida, impressionante, se considerarmos a incipiente tecnologia disponível na época. Em recente exposição no Museu de Ciência de Londres, em novembro de 2008, os curadores utilizaram a conquista do Everest para ilustrar a explosão de tecnologias na Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que Hillary e Tenzing Norgay fizeram uso de oxigênio suplementar.² O aparelho utilizado havia sido criado por Peter Lloyd, engenheiro britânico envolvido em pesquisa sobre aviões militares de alta altitude.

² Vale ressaltar que esta tecnologia já se fazia presente em expedições anteriores, tendo sido utilizada na expedição liderada pelo General Charles Bruce, em 1922; ocasião em que dois escaladores, George Finch e Geoffrey Bruce, fizeram uso de oxigênio.

Além de narrativas pessoais e testemunhos dos companheiros de expedição, as máquinas fotográficas tornaram-se parte do equipamento obrigatório dos escaladores. Há fotos de Tenzing Norgay no topo do Everest, que são imagens que alimentam o imaginário social e o desejo de ver o panorama do cume da montanha, com os próprios olhos.

A façanha de Hillary e Tenzing foi amplamente comemorada. Onze expedições haviam sido realizadas até então. O primeiro registro data de 1921, expedição organizada pelo *Mount Everest Committee* que incluiu, entre seus membros, o lendário George Mallory, cujo desaparecimento, junto com Andrew Irvine, em expedição realizada em 1924, é ainda hoje foco de muitas especulações.

A notícia correu pelo mundo. Nas palavras de James Morris, correspondente do *Times*, responsável na época pela divulgação do feito: “O momento despertou toda uma sinfonia de fortes emoções entre os britânicos – orgulho, patriotismo, nostalgia pelo passado perdido de guerras e ousadias, esperança de um futuro revigorado” (MORRIS, 1993). A notícia chegou à rainha Elizabeth na véspera de sua coroação: Hillary foi sagrado cavalheiro e Tenzing recebeu a Medalha do Império Britânico.

“Conquistar” a montanha é um feito que traz prestígio à nação, mesmo que haja pouco investimento governamental na promoção deste esporte (como no caso do Brasil). As cronologias atestam este fato, informando quem foi o primeiro escalador das diversas nações a chegar ao cume. À medida que determinada escalada deixa de ser considerada um desafio, outras assumem relevância: por exemplo, a conquista dos 14 picos mais altos do mundo ou dos sete picos dos sete continentes. As matérias jornalísticas dão visibilidade a essas conquistas, mesclando biografias individuais e glória da nação, uma vez que todos fincam as bandeiras de seus países nesses cumes altíssimos.

No entanto, o sucesso de uma expedição não depende apenas de tecnologia. Por mais que seja de poucos chegar ao cume de uma montanha como o Everest, atrás há sempre um batalhão de membros da expedição que têm distintas tarefas, xerpas que carregam equipamentos (e conhecimentos sobre sua montanha, Chomolungma, a deusa mãe do mundo) e patrocinadores.

Porém, tanto essas formas de sociabilidade quanto as tecnologias evoluem no tempo. Passamos, assim, à segunda narrativa, avançando 40 anos até a época em que se iniciam modalidades comerciais de escalada do Everest.

Segunda narrativa: o Everest como desejo de consumo

Em 1993, teve início a comercialização de pacotes de escalada do Everest, opção possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico que tornou esse tipo de aventura acessível aos não-especialistas. A desastrosa temporada de 1996, quando morreram 15 pessoas que tentavam alcançar o cume da montanha, suscitou questões sobre a comercialização. Sua publicização, através de jornal e livros, como o bestseller de Jon Krakauer, *No ar rarefeito* (1998), trouxe ao público em geral a oportunidade de se familiarizar com os interstícios de uma expedição ao topo do Everest.

Obviamente, esses avanços tecnológicos estão relacionados ao vestuário e aos equipamentos para a escalada e também aos aparelhos de oxigênio. Porém, são outras arenas que, a nosso ver, fornecem as conotações necessárias para entender a relação entre a aventura esportiva e a modernidade tardia: a visibilidade necessária para o compartilhamento da aventura, os avanços na Medicina de altitude e as transformações nas sociabilidades contemporâneas, incluindo a legitimação da posição de aventureiro e a comercialização da aventura.

A “modernidade tardia” é uma sociedade de espetáculo (DEBORD, 1997; PEREIRA, 2008), na qual a visibilidade de tudo – da dor, do sofrimento, do prazer, do desafio – é elemento fundamental. A fotografia, certamente, mas também o acompanhamento passo a passo da escalada por meio de comunicação radiofônica tornou-se essencial: por exemplo, radiotransmissores e telefones via satélite. Em 1988, a escalada de uma equipe constituída de esportistas chineses, japoneses e nepaleses, simultaneamente no lado sul e norte, fazendo a descida pelo lado contrário, foi transmitida ao vivo para o mundo todo.

Há, ainda, uma relação entre a aventura e o próprio desenvolvimento tecnológico que é possível de ser entendida pelos avanços da Medicina no tocante à pesquisa e à compreensão do *mal de montanha*. A altitude começa a fazer efeito no corpo humano, a partir de 2.000 metros em virtude da mudança de pressão atmosférica que torna as moléculas de oxigênio mais separadas, fazendo com que a cada respirada traga menos oxigênio para o corpo. Assim, se o corpo humano subir rápido demais, sem aclimatização, pode sofrer os efeitos do mal da montanha que produz náusea, tontura, dor de cabeça, além de falta de ar, de sono, fadiga. Com a devida aclimatização, o ser humano consegue se adaptar a alturas entre 5.000 e 5.500 metros (o campo base do Everest). Para continuar escalando acima disso é necessário um cuidadoso e elaborado processo de aclimatização que envolve uma sequência de subidas até pontos predeterminados antes do ataque ao cume. Mesmo assim, a partir dos 8.000 metros, o escalador entra na chamada zona da morte, na qual é essencial per-

manecer o menor tempo possível, pois a aclimatização torna-se impossível e o corpo passa por uma contínua deterioração.

Caso durante a ascensão, o escalador desenvolva algum sintoma do mal da montanha, a única saída é retornar o mais rápido possível ao campo base de modo a evitar a progressão da doença para os estágios mais críticos, como edema pulmonar ou edema cerebral de altitude. Outras doenças características de escaladas de alta montanha são: formação de coágulos no sangue, cegueira por raios ultravioletas, perda de clareza mental, congelamento das extremidades e hipotermia.

No desastre de 1996, no que diz respeito às sociabilidades contemporâneas, destaca-se a questão da comercialização. Há dois aspectos particularmente importantes que abrem caminho para a exploração comercial, ao se considerar as características da aventura na modernidade tardia. O primeiro refere-se à legitimação da posição de aventureiro, discutida por autores variados que explicam a esportiva contemporânea como busca de sentido em face da destradicionalização da sociedade (por exemplo, LE BRETON, 1996), por meio dos sentidos da aventura em si mesma (COSTA, 2000; MITCHELL, 1983) e, ainda, pela disseminação na mídia de repertórios que positivam a aventura (por exemplo, SPINK et al., 2008).

A legitimação da aventura tem sua contrapartida na dupla face de sua comercialização. A primeira refere-se à busca de patrocínio e, para isso, no cenário competitivo do esporte, é necessário ter de superar sempre o feito anterior: por exemplo, buscar uma nova rota. A segunda face transforma a aventura em produto passível de ser comercializado: escaladores experientes tornam-se guias de alta montanha e oferecem uma aventura com cinto de segurança a clientes que têm posses. O desafio é levá-los até o cume e trazê-los de volta em segurança.

Na primavera de 1996, ano do pior desastre do Everest, havia 30 expedições nas encostas do Everest, 10 delas organizadas com fins lucrativos (KRAKAUER, 1998, p. 35). Embora a competência como escaladores e o treino necessário sejam de responsabilidade de cada um, numa escalada é preciso contar com cada companheiro. Conforme aponta Krakauer (1998, p. 49), “As consequências de um nó malfeito, de um tropeção, de uma pedra deslocada ou qualquer outra ação descuidada afetam a todos, não só àquele que cometeu o erro”.

Em geral, por causa da intensidade de uma excursão aos picos acima de 8.000m, os escaladores não deixam para treinar só alguns meses antes, mas se condicionam a estar sempre em treinamento. Como afirma Ed Viesturs (VIESTURS; ROBERTS, 2007) “Minha Filosofia de treinamento mudou durante a minha carreira. Eu agora treino o ano todo, todo ano”.

A terceira narrativa: o Everest na perspectiva das biografias individuais

A busca de patrocínio é uma motivação poderosa para desafiar a sorte e tentar novas modalidades de aventura. Porém, não só; seguindo as teorizações de Ulrich Beck (1993), a modernidade tardia tem três dimensões instituidoras: globalização, individualização e reflexividade.

A *globalização* refere-se ao entrelaçamento de relações e eventos sociais que estão distantes dos contextos locais, que têm como consequência a des-territorialização. Essa articulação de relações sociais que atravessam vastas fronteiras de tempo e espaço passou a ser facilitada pelos avanços nos meios de transporte, e, sobretudo, pelo desenvolvimento da mídia eletrônica.

Quanto à *individualização*, não se trata mais da identificação do singular na massa, aspecto associado aos processos classificatórios da sociedade disciplinar, mas da singularização por meio da destradicionalização. Beck se reporta, com esse termo, às transformações que vêm ocorrendo nas instituições tradicionais - família, trabalho e educação -, que fazem das biografias projetos reflexivos, processos centrais na constituição da subjetividade contemporânea.

A *reflexividade* alude à suscetibilidade, à revisão crônica da maior parte dos aspectos da atividade social e das relações com a natureza, à luz de novas informações; processo que perpassa nossa vida cotidiana. A informação na sociedade globalizada prescinde das instituições educativas (ou as transforma); passa a ser um processo contínuo, *dentro e fora* dos espaços institucionais da educação. Sendo caracteristicamente capilar, difunde-se por meio de várias tecnologias de informação (não mais apenas por meio de livros).

O cruzamento do imperativo da informação com os processos de destradicionalização tem implicações importantes. Há, antes de tudo, uma tendência à desnormalização, sendo a norma substituída pelo imperativo da opção. Há também a emergência de anteparos variados à destradicionalização, a busca do sentido da vida na emoção e na adrenalina.

É nesse contexto que podemos entender as implicações biográficas da aventura esportiva. No caso do Everest, essas biografias inscrevem-se em feitos técnicos, como a busca de novas rotas de escalada, a escalada por rotas mais desafiantes, ou, ainda, a escalada sem oxigênio. Por exemplo, em 1978, dois escaladores, Reinhold Messner (italiano) e Peter Habeler (austríaco) chegaram ao topo sem uso de oxigênio suplementar. Ed Viesturs escalou os 14 picos mais altos também sem uso de oxigênio suplementar.

Mas há outros desafios que parecem estar mais relacionados à autoafirmação. É o caso de pessoas para as quais chegar ao cume do Everest é uma

maneira de superar certas debilidades: serem amputados (Tom Whittaker, 1998), cegos (Erik Weihenmayer, 2001), usar prótese (Nawang Sherpa, 2004) ou ter duas pernas artificiais (Mark Inglis, 2006). São conquistas pessoais que se inserem no esforço de superação das limitações físicas e na desconstrução de preconceitos. Mas são, também, conquistas coletivas: atrás desses feitos heróicos há a presença de treinadores, “torcedores” (amigos e família), de associações que batalham pela positividade de debilidades variadas. Tomemos o caso de Erik Weihenmayer.³

Desde seu nascimento, Weihenmayer é portador de uma doença rara (*retinoschisis*) que o deixaria cego aos 13 anos e propenso ao glaucoma. Sua família o encorajou a desenvolver habilidades variadas, sobretudo no esporte: além de montanhismo, ele pratica *paragliding* e esqui. Foi capitão do time de luta livre durante o colegial. Após obter seu mestrado em Educação, deu vazão ao seu gosto intenso por *trekking* e escalada nas quais havia sido iniciado por seu pai. Sua trajetória de escalada de montanhas de alta altitude veio a público quando, em 1995, escalou o Monte McKinley, o mais alto da América do Norte, patrocinado pela *American Foundation for the blind*, a mesma associação que, em 2001, patrocinaria a escalada ao Everest.

Em 1999, Weihenmayer juntou-se a dois escaladores portadores de deficiência – Mark Wellman, paraplégico, e Hugh Herr, com amputação de ambas as pernas –, para escalar a pedra do Monte Moab, em Utah. Após o sucesso, os três criaram uma organização sem fins lucrativos, a *No Barriers* (sem barreiras), com o objetivo de promover ideias, técnicas e tecnologias de assistência para auxiliar as pessoas com debilidades a superarem suas barreiras e viverem uma vida plena.

Esse aspecto de biografia militante fornece pistas para entender a natureza da aventura esportiva na modernidade tardia: não basta superar seus próprios limites, é preciso reverter os esforços pessoais em prol da coletividade – seja doando parte dos ganhos, seja, como Weihenmayer, escrevendo e fazendo palestras voltadas à superação da adversidade (STOLTZ; WEIHENMAYER, 2008). É este aspecto, que fomenta a rede de patrocinadores que advogam pelos direitos de pessoas portadoras de debilidades e que promove outro conjunto de atividades que objetivam dar visibilidade a esses feitos heróicos, por exemplo, a execução de documentários e filmes. Contudo, essa visibilidade também obedece às normas da sociabilidade contemporânea. Weihenmayer produziu um filme (*Further than the eye can see*) sobre a escalada ao Everest que

³ Informações obtidas no site: <<http://touchthetop.com>>.

foi altamente premiado e, paralelamente, gerou US\$600.000,00 para organizações não-governamentais.

Como a escalada, tais filmagens são aventuras arriscadas que exigem tecnologias avançadas que possibilitem superar as dificuldades de transporte e de operação na altitude. O advento de câmeras mais leves e, portanto, mais portáteis, facilitou muito a documentação das escaladas. Mesmo assim, por causa das condições extremas enfrentadas, os cineastas dos chamados filmes de montanha são excelentes alpinistas, como é o caso de David Breashers, diretor do filme *Everest*, produzido pela IMAX, em 1998. Breashers foi o primeiro norte-americano a atingir o cume do Everest duas vezes.

Um salto de cima do mundo: a exacerbação das emoções em esportes radicais

No primeiro fim-de-semana de outubro, três paraquedistas, participantes do *Everest Skydiving 2008*, saltaram a 9.000 metros de altura, 100 metros acima do Everest. Tratava-se de pacote turístico promovido pela empresa *High and Wild* (www.highandwild.co.uk/) e desenvolvido durante dois anos com participação de paraquedistas, escaladores e especialistas com conhecimento das peculiaridades do Monte Everest.

Para poder saltar daquela altura foram necessárias várias adaptações tecnológicas. Foi utilizado um paraquedas de tamanho maior (122 metros, em vez dos 30 a 70m² usuais), feito de fibras especiais de alta resistência. Também foi preciso usar trajes térmicos capazes de suportar até -60° centígrados. E, para a falta de oxigênio, os três paraquedistas usaram tanques de ar especialmente desenvolvidos não somente para suportar a altitude, mas também para não interromperem os movimentos ou a visão.

Não se tratava, porém, de uma aventura insensata. Para comprar o pacote turístico de salto livre era necessário ter experiência como paraquedista (Certificado FAI “C” ou “D” ou comprovação de mais de 200 horas de saltos, segundo regulamentos de associações credenciadas). Cada uma das 32 pessoas que comprou o pacote pagou US\$ 24 mil e se submeteu a intenso treinamento que incluiu também um *trekking* de oito dias no Nepal para aclimatização.

Como outras aventuras extremas, o salto não teve apenas fins recreativos. Além do desenho arriscado dessa aventura, que abriu portas para outros feitos ainda mais desafiadores, o salto possibilitou arrecadar mais de 10.000 libras esterlinas para o *Global Angels*, instituição beneficente britânica. E, obviamente, seguindo as tendências de máxima visibilidade, o programa de 2008 foi filmado para distribuição global.

Às motivações tecnológicas e beneficentes agregam-se as pessoais. A jornalista responsável pela matéria, Aída Worthington, usa diversos glossários que fazem parte da linguagem do risco-aventura (SPINK et al., 2008) para referir-se a esses neo-aventureiros. Por exemplo:

Para Holly Budge, una productora audiovisual británica de 29 años y *fanática de las emociones extremas*, subir a la cima de la montaña más alta del mundo no era suficientemente exigente. Así que se enroló, *junto a varios adictos a la adrenalina, en una arriesgada aventura* planificada durante dos años por la agencia High and Wild [...]. (WORTHINGTON, 2008, grifos do autor)

Esta aventura inusitada, que se soma a outros feitos, como esquiatar abaixo (façanha realizada por Tormond Granheim, em 2006) instiga-nos a analisar um último aspecto do risco-aventura na contemporaneidade: os aparatos de segurança. Conforme discutido em textos anteriores (SPINK et al., 2004; SPINK; ARAGAKI; ALVES, 2005), a segurança nas aventuras esportivas contemporâneas tem de ser necessariamente assegurada, sobretudo na perspectiva dos direitos do consumidor, no caso de pacotes turísticos. A segurança deriva de uma composição de aspectos: seguros pessoais, confiabilidade da operadora, competência e experiência da equipe e qualidade dos equipamentos. Com exceção dos seguros pessoais, sobre os quais não encontramos informação no *site* oficial do *Everest Skydive*, os demais elementos foram amplamente divulgados. A *High and Wild* é uma operadora britânica com lastro de expedições realizadas desde sua fundação em 1972, que tem por objetivo levar os clientes a explorar lugares selvagens e, ao mesmo tempo, preservar as culturas e o ambiente pelo qual eles viajam. Está, portanto, comprometida com um aspecto fundamental das aventuras da modernidade tardia, o turismo sustentável. Oferece segurança financeira (o dinheiro só é depositado no retorno da expedição) e padrões altos, incluindo sua vinculação com a *Air Travel Organizer's Licensing (ATOL)* que oferece esquemas de proteção para viagens aéreas das operadoras turísticas do Reino Unido.

Quanto à equipe, a brochura disponível na Internet⁴ descreve as competências específicas das oito pessoas que acompanham a expedição e até mesmo de suas habilidades como *skidivers* e montanhistas. Finalmente, os equipamentos

⁴ A brochura do Everest Skydive está disponível em: <www.incredible-adventures.com/pdf/everest.pdf>.

foram especialmente desenvolvidos para suportar altitude e frio. A confiança da operadora é tal que o pacote está sendo oferecido também para pessoas sem experiência em paraquedismo que saltarão em *tandem* (salto duplo).

Concluindo

A análise realizada teve por objetivo situar as características da aventura esportiva na modernidade tardia. Com este intuito, definimos algumas características que, embora presentes em todas as épocas, tornaram-se exacerbadas na contemporaneidade, em virtude dos avanços tecnológicos que possibilitavam aventuras mais arriscadas – denominamos exacerbação da adrenalina – e das transformações nos padrões de sociabilidade que fazem da aventura uma forma de posicionar-se no mundo.

Dentre as *tecnologias*, destacamos as transformações ocorridas em três dimensões. A primeira refere-se aos equipamentos utilizados pelos esportistas: roupas protetoras, equipamento para escalada (cordas, escadas, mosquetões etc.), acessórios de apoio (as constantes melhorias no tamanho e peso dos tanques de oxigênio), para não falar nos meios de transporte que possibilitam acesso rápido ao local a ser explorado. A segunda concerne ao que denominamos tecnologias de visibilidade: formas de comunicação entre membros da equipe, transmissão com imagem para fins de divulgação, filmagem etc. Como terceiro aspecto, as tecnologias relacionadas à segurança: conhecimentos e formas de cuidar dos males da montanha, formas de resgate em caso de acidentes, treinamentos especializados e diferentes modalidades de seguros contra perdas.

Quanto às *sociabilidades*, o destaque é para a legitimação da posição de aventureiro. Ao espírito de aventura clássico, em que motivações individuais eram (continuam a ser) temperadas pela glória da nação, outras dimensões passaram a ser acrescentadas: a militância por uma causa (pessoas com deficiências, preservação do patrimônio ambiental e cultural etc.), ou, ainda, a possibilidade de angariar fundos para instituições beneficentes. Inserem-se, neste âmbito, na retórica do turismo sustentável que, muitas vezes (como no caso do Everest) faz reverter os lucros da aventura em benefícios dos habitantes locais, abrangendo a limpeza dessas áreas de turismo.

Essas novas sociabilidades aventureiras constituem-se em tramas de relações sociais que envolvem o mercado de aventura (impulsionado por pacotes de aventura que nem sempre requerem a necessária experiência) e modalidades de treinamento que demandam o auxílio de profissionais especializados. E, sobretudo, a busca de patrocínio, que acaba sendo uma forma

de exacerbar os riscos na procura por formas de aventura que possam trazer o inusitado para consumo coletivo, por meio de livros, filmes, documentários e diários eletrônicos divulgados em *blogs*.

Entender o contexto dessas aventuras esportivas é tarefa fundamental para não cair na armadilha de pensar que o mais arriscado é sempre mais midiático!

Referências

- BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1993.
- CAILLOIS, R. *Les jeux et les hommes*. Paris: Gallimard, 1958.
- COSTA, V.L. de M. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. *Beyond boredom and anxiety*. San Francisco: Jossey-Bass, 1975.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOFFMAN, E. *Interaction ritual*. Middlesex: Penguin Books, 1972.
- KRAKAUER, J. *No ar rarefeito: um relato da tragédia no Everest em 1996*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LE BRETON, D. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1996.
- MITCHELL, J. R. G. *Mountain experience: the Psychology and Sociology of adventure*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- MORRIS, J. *Coronation Everest: the first ascent and the scoop that crowned the queen*. Londres: Boxtree, 1993.
- PEREIRA, A. B. *A construção social do tipo “jogador de futebol” profissional: um estudo sobre os repertórios utilizados por jogadores de distintas categorias etárias e por integrantes de suas matrizes*. Tese (Doutorado em Psicologia Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SPINK, M.J.P. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1-2, p. 156-173, 2001a.
- _____. Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco – aventura em matérias de revista. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 20, edição especial, p. 50-60, 2008.
- _____. Trópicos do discurso sobre o risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277-1311, 2001b.

SPINK, M.J.P.; ARAGAKI, S.; ALVES, M.P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 26-38, 2005.

SPINK, M.J et al. Onde está o risco?: os seguros no contexto do turismo de aventura. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 81-89, 2004.

SPINK, M.J.P. et al. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando “tempos” e “públicos”. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 1-10, 2008.

STOLTZ, P.; WEIHENMAYER, E. *Vantagens da adversidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIESTURS, E.; ROBERTS, D. *No shortcuts to the top*. USA: Broadway Books, 2007.

WORTHINGTON, A. La historia de los paracaidistas que saltaron a 9.000 metros en el Everest. *La Tercera*, [S.l.], p. 33, 7 oct. 2008.

Para uma história do lazer na natureza

*Cleber Augusto Gonçalves Dias**

O objetivo deste artigo é empreender uma pequena e rápida aproximação com a história do lazer na natureza. Quando podemos identificar os primeiros vestígios dessa prática no Brasil? Até onde precisamos recuar para mapear suas origens? Que experiências resultaram na formação desses costumes? São essas algumas perguntas que orientam, de modo mais abrangente, as reflexões a seguir.

O argumento geral é que tais práticas foram geridas ao longo de todo o século XIX. Esse período viu nascer um conjunto de experiências que foram fornecendo vocabulário, gramática e discurso sobre um modo específico e muito particular de usufruir e de estar em ambientes naturais. Mais que isso: tais hábitos têm profunda ligação com as formas mais modernas de se “viajar a natureza”.

Essa história que diz respeito à fundação das primeiras instituições científicas, à organização de viagens de exploração naturalista, às vilegiaturas, às formações dos jardins botânicos e recreios públicos, enfim, a uma série de vivências que, mesmo sem poderem ser chamadas propriamente de lazer, produziram uma disposição moral e uma estrutura de sentimentos que permitiram que a natureza fosse encarada e concebida como um lugar potencial para o lazer e para o divertimento.

Abordagens históricas assim podem ser particularmente úteis no contexto em que práticas esportivas e de lazer na natureza são reiteradas e às vezes exageradamente tratadas como novas. Em última análise, têm-se aí uma tentativa de problematizar parte das convenções que têm visto nessas

* Doutorando em Educação Física (Unicamp); coordenador do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Natureza (UFF); autor de “Entre o mar e a montanha: esporte, lazer e natureza no Rio de Janeiro” (EdUFF / 2007) e “Urbanidades da natureza: o surfe, o montanhismo e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro” (Apicuri / 2008).

modalidades a manifestação de novas tendências culturais características das sociedades contemporâneas. Em sentido contrário, tem-se uma tentativa de evidenciar laços de continuidade e de permanência entre antigas formas de divertimento e lazeres mais atuais, só que atualizados e revigorados.

Preliminarmente, poderíamos perguntar por que tais hábitos de lazer são tão insistentemente tratados, apresentados e enquadrados como novos, quando a história da sua formação remonta, de acordo com nossa argumentação, no mínimo, ao século XIX?

Em primeiro lugar, a própria história dos lazeres na natureza, que produziu determinadas características para esse tipo de prática que, de certo modo, permitiram e autorizaram a sua apreensão sob a fórmula de inovação e originalidade.

Trata-se daquela tradição romântica que vê e concebe a experiência na natureza como possibilidade de transgressão, rebeldia, ruptura com a ordem e, nesse sentido, como lugar potencial de criação e advento do novo. Em outras palavras: sua trajetória fornece um arquivo linguístico propício à sua apreensão nesses termos.

Em segundo lugar, há um modo de retratação promovido pela imprensa que acentua e intensifica esses traços a fim de adequá-los aos seus próprios interesses. É a conhecida linguagem midiática marcada pelo exagero; lugar das mensagens curtas, desconexas e excitantes. Como diz Richard Hoggart (1973), nas páginas do jornal diário, independentemente do assunto, a complexidade do mundo reduz-se “a meia-dúzia de casos do tipo oh! ah!” (p. 47). A tônica geral é sempre o sensacionalismo e a simplificação; sua máxima é o imperativo da fragmentação, a procura da sensação forte.

Hoje, torna-se necessário inventar todos os dias assuntos sensacionais. É por isso que é preciso exagerar, para fazer passar por sensacionais coisas que não têm na realidade interesse nenhum; para que o ínfimo pareça imenso, tem de ser considerado de um ângulo exagerado e distorcido. (HOGGART, 1973, p. 52)

Parte deste *modus operandi* explica-se pelo ímpeto de comercialização desses veículos. No mercado da informação o lucro é a instância legítima de legitimação, o que faz com que sua dinâmica interna seja regida pela busca desenfreada da superação dos concorrentes. É o que Bourdieu (1997) chama de “mentalidade-índice-de-audiência”. Um dos resultados dessa lógica comercial é a obsessão pela novidade. Em meio às relações de concorrência exa-

cerbada, quaisquer acontecimentos devem ser apresentados como a última e grande incrível novidade; algo capaz de mobilizar a atenção e o interesse de muitos. Importa, em última instância, que a notícia faça vender, e sabemos bem como o superlativo pode causar sensação. “O sangue e o sexo; o drama e o crime sempre fazem vender” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico [...] Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil... Daí o lugar que conferem ao extraordinário ordinário. (BOURDIEU, 1997, p. 25-26)

A imprensa em geral, há muito tempo, já vem sendo acusada de inventar detalhes extravagantes para enfeitar notícias que, de outro modo, provavelmente passariam por desinteressantes. Basta lembrar Lima Barreto (1995) em Recordações do escrivão Isaías Caminha, romance em que a rotina de trabalho da redação de um jornal e a forma pela qual as notícias são compostas são abertamente satirizadas. Impressionam a atualidade e o vigor das críticas. Publicado em livro pela primeira vez ainda em 1909, a imprensa é retratada como “a mais tirânica manifestação do capitalismo”, “um engenhoso aparelho de aparições e eclipses”, espaço “consagrador de reputações”; “árbitro do mérito, distribuidor de gênios e talentos”, “o Quarto Poder fora da Constituição” (BARRETO, 1995, passim). Para o inconformado Isaías Caminha, “fazem com que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento de sua aprovação [...] e se o sol nasce é porque eles afirmam tal coisa...” (BARRETO, 1995, p. 81). Em sua acidez, os jornalistas também não são poupados. “A gente dos jornais só tem ideais feitas e clichês”, “são em geral de uma lastimável limitação de idéias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e

impotentes para generalizar”; ocupam-se apenas de escândalos públicos ou privados, crimes espantosos e idiotas, intrigas políticas ou curiosidades banais. Ansiosos pela superexcitação geral, “inventam detalhes, fazem suposições, indicam pistas”. “A Imprensa! Que quadrilha!” (BARRETO, 1995, *passim*).

A maneira pela qual os esportes na natureza vêm sendo retratados pelos meios de comunicação também se submete a esses princípios. Sua apresentação tende sempre a destacar a excepcionalidade, sua a dimensão fantástica e espetaculosa. São imagens acrobáticas, sensacionais, “de tirar o fôlego”, evocando certos caracteres comportamentais que o reforçam como algo além de um simples esporte, um estilo de vida, que envolve seus adeptos em uma ampla rede de experiências que vão da roupa à música, dos filmes a linguagem. É a apresentação de viagens a lugares exóticos, paradisíacos, numa rotina que em nada lembra o cotidiano, tido como convencional e padronizado. Ao fim, isso tudo reforça a noção de que tais modalidades são maneiras alternativas de se praticar esportes. No limite, mesmo nas situações esportivas mais convencionais, é essa dimensão do “diferente” que será realçada para os esportes na natureza. Durante a realização de uma grande competição de “esportes radicais”, absolutamente conformada aos padrões de quaisquer outros megaventos esportivos, veremos o discurso de atletas sobre sua condição marginal ser sempre destacado e enfatizado.

Meu propósito com esses exemplos não é o de tentar evidenciar o modo esquemático e contraditório pelo qual os meios de comunicação enquadram os esportes na natureza, embora sejam quase sempre esquemáticos e contraditórios. Afirmar que a coletiva jornalística dos fatos fundamenta-se em estereótipos, já não chega uma novidade. Sabemos tratar-se de uma linguagem que “surpreende-se com coisas não muito surpreendentes” (BOURDIEU, 1997, p. 61).

O problema é quando essa forma de entendimento, muitas vezes distorcida ou equivocada, generaliza-se, tornando-se hegemônica. Pior: quando o discurso acadêmico, que deveria meditar sistematicamente sobre esse estado de coisas, acata, de maneira irrefletida, noções do senso comum instituídas pela grande imprensa –tal como denominados Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007) –,uma “sociologia espontânea”, isto é, uma análise ancorada em pré-noções e falsas evidências.

Na medida em que a linguagem corrente e determinadas utilizações eruditas das palavras banais constituem o principal veículo das representações comuns da sociedade, é sem dúvida uma crítica lógica e lexicológica da linguagem

comum que aparece como a condição indispensável para a elaboração controlada das noções científicas. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007, p. 24)

Tem uma determinada significação, os jornais pensarem e retratarem esses esportes desarticulados de uma compreensão histórica mais séria e profunda. Mas esta significação é completamente outra e muito mais aterradoradora quando cientistas sociais aceitam essa forma de abordagem, naturalizando-a.

Em terceiro lugar, essa subserviência acrítica ao campo jornalístico, espécie nefasta de vassalagem teórica, ganha maiores proporções quando articulada a uma recente e questionável tradição interpretativa, que Marshall Berman (2007) intitulou como a “mística do pós-modernismo”:

se esforça para cultivar a ignorância da história e da cultura modernas e se manifesta como se todos os sentimentos humanos, toda a expressividade, atividade, sexualidade e senso de comunidade acabassem de ser inventados – pelos pós-modernistas – e fossem desconhecidos, ou menos inconcebíveis, até semana passada. (BERMAN, 2007, p. 45)

A questão aqui, portanto, é destacar que os meios de comunicação editam para esses esportes um estatuto, conforme bem argumenta Marília Bandeira (2008). Esse estatuto, entre outras coisas, formula e autoriza formular que esportes na natureza se constituem vê um novidade e que por isso mesmo são e devem ser chamados de “novos esportes”, tal como se fossem uma autêntica, verdadeira e absoluta inovação nos costumes esportivos. Ainda mais quando consideramos o caso específico da imprensa esportiva especializada, que de acordo com Luiz Rojo (2008), se conforma a uma linguagem da performance e do desempenho, isto é, privilegiando a repercussão do resultado, da vitória ou do sucesso. “A imprensa esportiva brasileira está permanentemente voltada para a procura (ou a construção) da ‘vitória’ e sua exaltação” (ROJO, 2008, p. 5). Em contrapartida, a dimensão lúdica, recreativa e cotidiana de esportes praticados por pessoas comuns, evidentemente, não encontra repercussão nesses veículos. Da mesma forma, modalidades que se afastem minimamente dessa esfera particular do campo esportivo também não. Daí então porque esportes na natureza sejam vistos e encarados com certo estranhamento (a não ser quando da realização de provas e competições).

A hipótese, Um tanto carente de comprovação empírica, é verdade) é que o modo de representação oferecido pela imprensa aos esportes na natureza, quando aliado às características simbólicas desenvolvidas pela própria evolução histórica dessas práticas e às recentes tradições interpretativas que se alojaram nesse campo especializado de conhecimento, foram um dos principais elementos – senão o principal – para a sua constituição enquanto “novos esportes”.

Categorias assim, com todas as suas implicações teóricas, foram mais ou menos aceitas no universo acadêmico que vêm se dedicando a esses assuntos. Nesse quadro, a busca de uma reconstituição histórica sobre a formação do lazer na natureza no Brasil pode ajudar a dissipar possíveis mal-entendidos.

Nesse sentido, consideramos que o contexto mais geral de modernização, situado entre o fim do século XVIII e ao longo do século XIX, permitiu a criação de uma sensibilidade e uma disposição moral para apreciar e estar em contato com a natureza. Aí, o espectro do tempo livre teria sido um dos veículos para a efetivação desses ideais. Observemos agora um pouco mais detalhadamente a maneira como essas relações são estabelecidas: em um contexto mais geral e, mais particularmente em seguida, no Brasil.

Modernidade e natureza

Modernidade é muito mais que uma palavra. Seus significados compreendem um amplo período de desenvolvimento histórico que envolve um vasto número de aspectos da vida social criações artísticas, produções científicas, modos de ser e pensar, passando por um conjunto de atitudes e sentimentos diante da vida. Em linhas gerais, trata-se de um processo civilizatório específico que evoca noções de urbanização, industrialização, individuação e artificialização do tempo de trabalho. Numa só expressão: a modernidade é um processo de “desencantamento do mundo” (*Entzauberung der Welt*), nos termos sugeridos por Max Weber (2003), onde todas as esferas da vida social vão, pouco a pouco, submetendo-se a critérios de decisão racional. Nesse sentido, a modernidade é a expressão material do Iluminismo, a concretização de uma “mentalidade iluminada”. É assim que a indústria, a máquina e a cidade lhe serão tão caras. Cada uma dessas esferas constitui-se celebração de uma “racionalidade instrumental” em seu estado mais acabado. A cidade, moderna, pode ser vista como a expressão maior do domínio racional sobre a natureza (LEFEVRE, 2004).

Por outro lado, devemos considerar que a própria modernidade compõe uma estrutura ambivalente (BAUMAN, 1999; IANNI, 2003). Assim, ao mesmo tempo em que os seus sentidos estão associados a todas aquelas noções,

tem-se também os seus contrapontos: a sociabilidade pública e coletiva e, no limite, a exaltação do campo e da natureza. Dessa forma, a dinâmica que entou o ambiente urbano como o *opus magnum* da civilização, foi também a que celebrou o contato com a vida campestre e selvagem. Emblematicamente, nas vanguardas artísticas *modernas* poderá se ver convivendo lado a lado o futurismo, (retratando a máquina no deslumbramento com a idéia de progresso), e o impressionismo (preocupado em retratar paisagens naturais no que tem de mais orgânico e bucólico). Em verdade, ambas as dimensões –cidade e natureza, individual e coletivo, controle e descontrole, aprisionamento e libertação, desencantamento e reencantamento –, conviverão mutuamente. Estarão condenadas a ser cara e coroa de uma mesma moeda.

E o mesmo poderíamos dizer do lazer. Tido como um fenômeno social moderno, condição e possibilidade dele mesmo, o lazer também vai dramatizar essa estrutura ambivalente. De um lado, ter-se-á as co-relações com o ambiente das cidades. Estas lhe ofereceram a ambiência necessária para sua efetivação histórica. Através da grande concentração populacional de residentes e um mercado que circulava ideias e mercadorias, a cidade moderna pode ser vista como um dos principais fatores responsáveis pelo aparecimento de formas de divertimento especificamente modernas (RIESS, 1991). De outro lado, veremos florescer hábitos de lazer que (contrariamente) dão corpo material a uma dura crítica ao mundo das cidades. Sob este aspecto, as viagens à natureza serão encaradas, desde os meados do século XIX, como um refúgio para as mazelas do rápido e desorganizado crescimento das cidades. Na esteira das sensibilidades românticas, que valorizava a curiosidade e a busca por lugares exóticos, desconhecidos, naturais e isolados, crescia o sentimento de que a cidade era um ambiente ruim. Alguns intelectuais como Alex de Tocqueville chegaram a se referir as cidades inglesas do período como “um labirinto escuro e úmido [...] um esgoto imundo de onde flui ouro puro” (apud RYKWERT, 2004, p. 58). De maneira geral, quem visitava a Londres do século XIX “achava os congestionamentos de trânsito um escândalo. O fedor de urina e estrume dos cavalos era insuportável” (RYKWERT, 2004, p. 26). (consoante aos ideais românticos, difundia-se uma predileção pela busca de paisagens naturais.

Havia motivos práticos para fugir das congestionadas cidades vitorianas. As pessoas que dispunham de recursos tinham uma razão suplementar para sair: desfrutar das belezas da natureza, de preferência em seu estado original. Esse prazer por lugares ermos e selvagens também era novo. John Ruskin viu os Alpes pela primeira vez em 1833, quando

tinha quatorze anos – e ficou impressionado. Ao descrever a sensação mais tarde, ele escreveu que sua emoção “devia-se à época: alguns anos antes – menos de um século – nenhuma criança se preocuparia em dar atenção às montanhas”. A conclusão de Ruskin é importante. O movimento romântico mudou não só os princípios artísticos, mas também as sensibilidades das pessoas. A paisagem das montanhas e do litoral, antes desprezada, passou a ser procurada como uma gratificante experiência estética. (RYBCZYNSKI, 2000, p. 152)

Esses novos comportamentos têm relação com um arcabouço de idéias que incluem o romantismo, mas não se limitam a ele. Nesse caso, a popularização do hábito de se buscar o “campo” para o divertimento, atribuindo-lhe usos de lazer, ilustra um amplo e complexo conjunto de mudanças relacionadas, de modo mais geral, às próprias idéias e concepções sobre natureza, o que não pode ser dissociado do novo modelo de cidade ou mais ainda, de modernidade.

Nesse sentido muitos são os elementos que contribuem para o delineamento de um novo imaginário ante a “idéia de natureza”, entre os quais destacamos: o crescimento das cidades; a nova organização do trabalho e a valorização dos momentos de lazer; o higienismo; a noção de pitoresco; a doutrina do sublime; a teologia natural; a difusão da figura do homem acadêmico; a popularização de algumas ciências e os avanços tecnológicos; tudo articulado com o conjunto de mudanças de natureza econômica.

O progresso de algumas ciências, sobretudo o das ciências naturais, parece ter sido um dos impulsos decisivos para a emergência de uma nova sensibilidade em relação à natureza. O desenvolvimento e a popularização da História Natural, por exemplo, permitiu maior conhecimento e compreensão do meio ambiente. No mundo europeu, “por volta da década de 1880, havia várias centenas de sociedades de história natural e clubes de campo no interior que reuniam cerca de cem mil membros” (McCORMICK, 1992, p. 23). Do mesmo modo, ao longo do século XIX, o desenvolvimento da ornitologia estimulou um número crescente de pessoas a buscar os ambientes naturais atraídos pela beleza dos pássaros. A geologia também se prestou a intensificar o fascínio e a curiosidade pela natureza. Por volta da década de 1860, proliferava na Europa o turismo geológico –modalidade de viagem em que organizavam-se visitas guiadas a montanhas e cursos sobre rochas. Esse súbito interesse incentivava o contato com penhascos e atividades ao ar livre: “o topo da colina e a vista panorâmica ali propiciada tornaram-se um atrativo para pessoas que buscavam o lazer” (MACFARLANE, 2005, p. 141).

O avanço científico reduziu a influência e os constrangimentos de natureza religiosa, constituindo-se em importante dimensão tanto para o surgimento de novas formas de diversão quanto para uma nova ocupação e proximidade com o meio ambiente. Em outras palavras: novos posicionamentos diante do mundo natural desenvolviam em função de uma compreensão mais detalhada dos seus mecanismos de funcionamento, ou seja, do seu “desencantamento” que, por sua vez, aproximavam os seres humanos desses espaços antes desconhecidos e hostis.

Simultaneamente, os complexos urbanos cresciam rapidamente, fazendo surgir reações contra a idéia de um desenvolvimento urbano-industrial. Esse sentimento acabava promovendo iniciativas que propugnavam a vida campestre e rural como antídoto para os problemas ocasionados pelo ainda recente modelo de organização social. A organização de movimentos dos trabalhadores também contribuía para explicitar as contradições do novo sistema. Análises minuciosas das condições de vida urbana dos operários ingleses, como aquela empreendida por Engels (1988), mostravam-se de grande impacto nesse sentido. A depressão econômica de 1880 também aumentava a agitação e conseqüentemente o entendimento de que o espaço urbano era agressivo e prejudicial (HOBSBAWM, 1988).

Em 1800, Londres já era a maior cidade do mundo, com um milhão de habitantes. Entre 1800 e 1850, a população da Inglaterra mais que dobrou e no fim do século a capital londrina apresentava uma população de cinco milhões de habitantes. Essas condições impulsionavam o aparecimento de protestos e lamúrias acerca dos problemas urbanos. Já vimos: a impressão de algumas pessoas que visitavam Londres no século XIX era de uma cidade congestionada, suja, sombria e fétida. Não por acaso, em 1857, fora fundado, exatamente em Londres, o *The Alpine Club* – primeiro clube de alpinismo do mundo –, cujo objetivo era apresentar-se como possibilidade associativa para os interessados em viajar às montanhas. Na data da sua fundação contavam-se 28 membros. Em 1909 eram quinhentos (PORTER, 2001). Nos anos subseqüentes, fundaram-se entidades do mesmo tipo e nos mesmos moldes em outros pontos da Europa: Áustria (1863) Suíça e Itália (1863) e Alemanha (1869).

Em 1865, no mesmo sentido, fundou-se, novamente em Londres, o *Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*, – primeiro grupo ambientalista que reivindicava mais espaços naturais para o lazer da população. “A forte reação contra as condições de vida miseráveis das cidades industriais combinou-se ao anseio por uma compensação em espaços abertos e natureza” (McCORMICK, 1992, p. 24).

A busca da natureza também era incentivada pelo progressivo aumento das próprias alternativas de lazer que edificaram-se ao longo de todo o século XIX, onde as viagens apresentavam-se como importante opção. Na Inglaterra, em 1835,

cerca de cento e dezessete mil pessoas tomaram a estrada de Brighton para se dirigirem ao litoral sul [...] Em 1850, numa só semana, sete mil e trezentos viajantes dirigiram-se a essa cidade de comboio; em 1862 cento e trinta e dois mil visitantes invadiram a estação na segunda-feira de Páscoa. (PORTER, 2001, p. 29)

Nesses passeios de férias ou de fim de semana vivenciava-se algo relativamente novo até então: a possibilidade de se obter prazer pura e simplesmente pelo conhecimento de outros lugares. Certamente as melhorias e os desenvolvimentos de novos meios de transporte aumentaram as possibilidades de deslocamento e, em alguma medida, incentivaram (e mesmo permitiram) o desejo de se conhecer novos lugares. No final dos anos 1880, lugares avaliados como símbolos de belezas misteriosas e selvagens eram invadidos por andarilhos em busca dos prazeres oferecidos pela natureza. Aos poucos, como nos relata Eugen Weber (1998), “os penhascos deixavam de produzir maus espíritos e passavam a produzir moedas brilhantes deixadas por turistas curiosos” (p. 236). Talvez por isso as estações de montanha tenham sido os primeiros destinos de viagem a criar centros de informações turísticas.

Mas não se tratava exclusivamente da busca pela natureza em si. Nessas viagens destacava-se o interesse pelo ar puro, pela ginástica, pela aventura e pelas proezas físicas. Os lugares destinados ao lazer na natureza estavam atrelados, graças ao forte apelo do discurso higienista à época, às virtudes medicinais, que quase sempre eram apresentadas como remédios para os males da vida urbana, notadamente o estresse e a poluição.

Dessa forma vai-se evidenciando que somente no contexto de uma acelerada modernização com sua apologia cientificista, racional e urbana, os sentidos e valores construídos em relação ao meio ambiente desdobram-se num conjunto de modelos estéticos de apreciação paisagística numa nova maneira de conceber e se relacionar com a mesma. Todas essas novas concepções ante as paisagens naturais incidem e materializam-se numa série de práticas sociais, incluindo a popularização do hábito de se buscar esses ambientes para o lazer. Poderíamos dizer então que a “descoberta da natureza” como

instrumento de fruição estética e contemplação paisagística é, a exemplo do próprio lazer de uma maneira geral, um legado da modernidade. A gênese da sensibilidade ambiental e todas as práticas que lhe são correlatas, como o próprio lazer na natureza, por exemplo, devem ser compreendidas à luz das dinâmicas de modernização social num sentido mais amplo. Cada uma dessas dimensões sociais integrou e respondeu a uma mesma dinâmica histórica geral. Mais ainda: as idéias de natureza e as possibilidades de contato que esses lazeres ofereciam ocuparam uma posição central no processo de consolidação e legitimação simbólica de uma racionalidade, de uma moral e de um estilo de vida tipicamente modernos.

Modernidade e natureza no Brasil

Nesse ponto, deveríamos perguntar: o quanto disso esteve presente no Brasil ou (em outras palavras) em que medida a modernização da sociedade brasileira passou pela égide da incorporação da idéia de natureza e de práticas que lhe são congêneres, como o lazer na natureza?

Considerando a possível rede de conexões estabelecidas pela tríade modernidade-lazer-natureza, começamos afirmando que importantes marcos na fundação de uma sociedade moderna no Brasil encontram-se no século XIX: a chegada da Família Real (1808), a proclamação da Independência (1822) e a constituição de um Estado republicano (1889). Como afirma Renato Ortiz (1999, p. 149-150):

Os movimentos nativistas e de independência no final do século XVIII e início do XIX de alguma maneira reorientam o modelo social e cultural produzido pelo colonialismo. Os ideais iluministas, o liberalismo, o pensamento evolucionista de Comte, se contrapõem ao conservadorismo vigente e ao catolicismo tradicional [...] A revolta contra a opressão das metrópoles se faz em nome dos ideais do Iluminismo. Liberdade, igualdade, fraternidade são valores que mobilizam a paixão política anticolonialista. Os movimentos nacionalistas desejam ultrapassar a realidade social originada na colônia e construir uma nação moderna.

A transferência da Coroa para a Colônia e, sobretudo, o estabelecimento de um Estado monárquico independente que se seguiu, figuravam como possibilidade de romper com os cismas de um país colonial cuja configuração po-

lítica era avaliada como sinônimo de atraso. Convergindo com tais preocupações, vê-se nascer, nessa mesma época, os “primórdios de um ambientalismo político”, que desempenhará um papel-chave na difusão de ideais emancipacionistas. Nesse sentido, o regresso de membros da elite brasileira que haviam sido educados na Europa, mais particularmente na Universidade de Coimbra, favoreceu o desenvolvimento de preocupações com a forma de utilização dos recursos naturais da Colônia. As técnicas agrícolas ou de mineração, por exemplo, passaram a ser alvos de severas críticas. Argumentava-se que o uso racional e as técnicas mais *modernas*, balizadas por conhecimentos científicos, seriam elemento político estratégico na manutenção da estabilidade do país. Assim, Jose Gregório de Moraes Navarro, em seu *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil*, de 1799, já militava a favor da conservação de matas e bosques para provimento de lenhas e madeiras. Na mesma direção e mais ou menos na mesma época, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá criticava pescadores de baleias do litoral nordestino que, movidos por uma “crença ignorante”, matavam os filhotes acreditando que essa era a única maneira de se pescar a mãe (PÁDUA, 1999).

Imbuídos por um “espírito iluminado” e formados numa tradição de pensamento racionalista, marcado por ideais de progresso e eficácia tecnológica, muitos desses atores, preocupados com a preservação do ambiente natural, envolveram-se diretamente com movimentos políticos mais abrangentes que marcaram decisivamente os rumos do país. Alguns anos depois o tema da degradação seria utilizado como argumento de crítica ao colonialismo e defesa da independência. Nomes ligados a essa tradição de pensamento como José Bonifácio (o mais representativo de todos) destacariam na militância por um governo autônomo. Simultaneamente, outras pautas de comportamento passariam a integrar os costumes da nova elite dirigente, com a intensificação das aspirações de modernização nacional.

Com a criação de um Estado independente iniciou-se a busca por uma identidade autêntica, onde quase tudo afeiçoado à antiga Metrópole foi questionado, inclusive, o seu regime administrativo. Perseguiu-se a formação de uma nacionalidade que apagasse as lembranças do período colonial, visto agora como agrário, atrasado, rudimentar e, em última instância, pouco civilizado. Importante dizer que a própria noção de nacionalidade está já bastante associada a um ideário moderno.

Nesse esforço de formação da “nova e grande nacionalidade brasileira”, que, no limite, será o esforço da própria modernização do país, vinculam-se elementos contrastantes, como nativo estrangeiro e – o que mais importa a este estudo – natureza, cultura (BORGES, 2006).

Mais ou menos de acordo com os padrões estéticos e literários do romantismo europeu, o ambiente natural desempenharia papel decisivo na formação dos personagens da nova literatura brasileira e, por conseguinte, da própria nacionalidade brasileira. Sempre com o objetivo de exibir um envolvimento visceral com a natureza, descreve-se minuciosamente a composição de matas, montanhas e do mar. Esses elementos da paisagem eram descritos como exuberantes e deveriam conferir identidade ao país. De maneira explícita, a conformação de uma identidade nacional era modulada por meio de um contraste com a paisagem e a natureza de outros países, bem como a reafirmação das peculiaridades nacionais. No ápice desses contrastes e comparações, os românticos brasileiros reforçavam a singularidade da nação por intermédio da singularidade da sua natureza. Em Gonçalves Dias, num poema de 1847, pode-se ler:

minha terra tem palmeiras / onde canta o sabiá / as aves
que aqui gorjeiam / não gorjeiam como lá / nosso céu tem
mais estrelas / nossas várzeas têm mais flores / nossos bos-
ques têm mais vida / nossa vida mais amores (GONÇALVES
DIAS, 1998, p. 25).

Nesse processo de invenção de tradições, além de se elogiar a natureza, destaca-se seu contraste com a sociedade, vista como opressora e negativa. O ambiente das cidades é representado como o lugar do lucro, da cobiça e da ganância desmedida. A natureza, inversamente, é o espaço da experiência autêntica, orgânica, refúgio do espírito mercantilista com poder sanitário de cura. Em *Sonhos d'Ouro*, de José de Alencar, publicado em 1872, a narrativa desenvolve-se ao redor de passeios pelas montanhas da Tijuca, apresentadas como “lindas e formosas serranias”. Nesse romance, o lugar é o ponto de visitação de estrangeiros e da alta sociedade fluminense, objeto de práticas culturais – contemplação e lugar onde os ricos passam as férias ou fins de semana. Lugares como a “Cascata Grande” já são descritos como “um dos pontos mais frequentados pelas pessoas que passam o verão na Tijuca” (apud BORGES, 2006).

Destaca-se aqui as interfaces estabelecidas entre os elementos deste projeto de nacionalidade na sua busca por padrões morais e comportamentais “mais modernos” e a “descoberta” e valorização da natureza, que se apresentou, ao longo de todo o processo, como um elemento central na constituição de uma modernidade brasileira.

Essa nova figuração foi decisiva na mobilização de certos grupos rumo à incorporação de alguns hábitos e costumes, tais como o lazer em sua forma moderna. Descobre-se, por exemplo, o prazer de passear ao ar livre, totalmente

inscrito nesse conjunto de mudanças na economia moral da época. Já em meados da década de 1850 José de Alencar publicava no jornal *Correio Mercantil* crônicas críticas ao estado de abandono dos parques do Rio de Janeiro e a indisposição da sua população em frequentá-los com caminhadas e passeios ao ar livre. Nas suas palavras:

o estado vergonhoso do nosso Passeio Público não é unicamente devido à falta de zelo da parte do governo, mas também aos nossos usos e costumes, e especialmente a uns certos hábitos caseiros e preguiçosos, que têm a força de fechar-nos em casa dia e noite (ALENCAR, 1960, p. 665).

A crítica de Alencar, que representa as convicções de quase toda elite política e intelectual da época, pretende difundir valores ligados à civilização, à modernidade e à sofisticação dos costumes. Parte desses valores passa por um novo modelo de sociabilidade, mais pública, ao ar livre, exibindo-se nas ruas, parques e passeios. Por isso, José de Alencar, ao lado de mais um punhado de intelectuais, dispõem-se a incentivar e ensinar as formas pelas quais o tempo livre deveria ser aproveitado pela “boa sociedade”.

Quando estiverdes de bom humor e numa excelente disposição de espírito, aproveitai uma dessas belas tardes de verão como tem feito nos últimos dias, e ide passar algumas horas no Passeio Público, onde ao menos gozareis a sombra das árvores e um ar puro e fresco, e estarei livres da poeira e do incômodo rodar dos ônibus e das carroças. (ALENCAR, 1960, p. 664)

O estabelecimento de uma identidade especificamente brasileira com uma elite dirigente local, que tem que concorrer e interagir diretamente com outras elites, estimula a criação de espaços que cumpram, antes de tudo, a função de distinguir e promover hábitos civilizados. E é assim que os espaços naturais se constituem: como possibilidade de exibição dos componentes da “boa sociedade” que os frequenta. Também no Brasil, as ideias de civilização e de modernidade vão-se associando; formas particulares de usufruir o lazer assumem considerável importância.

A criação de instituições voltadas especificamente ao conhecimento ou ao cuidado da natureza também é uma outra forma de expressão desse corolário de ideias. Nesse sentido, pode-se citar a criação do Jardim Botânico do

Rio de Janeiro, em 1808, reformado e aberto à visitação pública em 1822. Da mesma forma, a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838 (GUIMARÃES, 1988). Aí inscrevem-se também a criação da Comissão Geológica do Brasil ou a intensificação das atividades no Gabinete de Mineralogia e Geologia, num período de efervescência das atividades geocientíficas no país (FIGUEIRÔA, 1997). São exemplos que expressam e dão forma material a um reordenamento das sensibilidades da época diante da natureza. Apreender esses reordenamentos é fundamental para a construção do mapa histórico do lazer na natureza no Brasil. Foram esses novos imaginários e representações que impulsionaram novos hábitos, tais como esse de “viajar a natureza”.

No mesmo sentido, e talvez de forma ainda mais óbvia, têm-se os planos de remodelação da cidade. Essas reformas, empreendidas de maneira mais intensa no Rio de Janeiro, a partir de 1843, com o “Relatório de Obras de Beaupaire-Rohan”, prepararam a então capital do Império para oferecer aos seus cidadãos espaços adequados à vida moderna – incluindo o forte usufruto da natureza nos seus momentos de lazer. Assim, nos anos que se seguiram à entrega desse relatório à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foram vistas várias obras que remetiam à criação ou remodelação de “espaços naturais”, adequando-os a novos usos sociais, sobretudo na forma de “recreios públicos”.

Já em 1861, inicia-se o reflorestamento da área em que hoje funciona o Parque Nacional da Tijuca (HEYNEMANN, 1995), também na capital, que José de Alencar logo incorporou como cenário de alguns dos seus romances que narravam passeios recreativos. Nesse ínterim, difunde-se entre alguns membros da elite o hábito de passear nas montanhas a fim de contemplar o horizonte e a magnitude de suas escarpas. Em 1864, do mesmo modo, inspirados em iniciativas análogas deflagradas na Europa, realiza-se amplo remodelamento do Passeio Público a fim de adequá-lo ao gosto dos “passeios românticos em contato com a natureza” (SEGAWA, 1996, p. 18). Em 1873, Auguste Marie François Glaziou, famoso botânico e arquiteto paisagista francês, idealizou uma reforma do Campo de Santana, dotando-os de “grutas, cascatas e caminhos sinuosos” (ANDREATA, 2006, p. 32).

No mesmo período, como demonstração inequívoca das tendências comportamentais que vinham se gestando até ali, “numerosas famílias” começam a se dirigir a esses espaços. Em 1869, o diretor do Jardim Botânico publicava em seu relatório anual comentários que registravam um crescente afluxo de visitantes, testemunhando a popularização desse tipo de costume. Nas suas palavras: “tem o jardim sido mais frequentado que outrora, havendo muitos dias de mais de mil visitantes; e em alguns dos de festa, chegando-se a contar perto de três mil pessoas que ali estiveram no decurso do dia”

(IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA, 1869, p. 3). Para as elites, afeita aos modos europeus, passeios na natureza tornavam-se obrigatórios.

Tal como a criação de instituições científicas ligadas ao conhecimento da natureza ou a fundação de uma literatura genuinamente nacional, esses planos urbanísticos que criavam espaços para estar na natureza também decodificam uma certa representação que confere novas dimensões às formas de percepção da paisagem natural. Mais ainda: essas reformas criam condições materiais para que os impulsos de apreciação e visitação da natureza com finalidades de lazer possam se realizar. Nesse sentido, conhecer a forma urbanística da cidade em seu conjunto e, mais particularmente, dos parques e jardins que se construíam à época é entrever de que maneira se desejava usufruir a natureza no lazer.

Referências

ALENCAR, José de. Ao correr da pena. In: ALENCAR, José de. *Obras completas*. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960.

ANDREATA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BANDEIRA, Marília. *Comunicação, contemporaneidade e os “novos” esportes: a cobertura da Folha de S. Paulo*. Monografia (Especialização em Teoria e Práticas da Comunicação)–Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2008.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BORGES, Valdeci Rezende. Cultura, natureza e história na invenção alencaria de uma identidade de nação brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, jan./ jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988.

FIGUEIRÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional – 1875 -1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONÇALVES DIAS, Antônio. *Poesia e prosas completas*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 1995.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. v. 2. Lisboa: Presença, 1973.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemente, 1869. Anexo C.

LEFEVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MACFARLANE, Robert. *Montanhas da mente: a história de um fascínio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

ORTIZ, Renato. Da modernidade incompleta à modernidade-mundo. *Idéias*, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 145-172, 1999.

PÁDUA, José Augusto. “Aniquilando as naturais produções”: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786 – 1810). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 497-538, 1999.

PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, Alain. *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001. p. 19-58.

RIESS, Steven. *City Games: the evolution of American urban society and the rise of sports*. Illinois: University of Illinois Press, 1991.

ROJO, Luiz Fernando. “Vitória”: o gênero da mídia esportiva brasileira especializada na cobertura olímpica. *Recorde*, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde>. Acesso em: 10 dez. 2008.

RYBCZYNSKI, Witold. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar: a história e o futuro das cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

WEBER, Eugen. *França fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

O IMAGINÁRIO DA AVENTURA

*Vera L. M. Costa**

O que leva uma pessoa a caminhar longas distâncias, se embrenhar pela floresta, escalar paredes e montanhas, voar pelos céus com asas e párapente de material sintético, navegar no mar, deslizando em ondas ou nas corredeiras de um rio em velocidade, mergulhando em profundidades para pescar ou simplesmente para apreciar as belezas de um mundo submerso? O que faz com que sujeitos com relativo nível socioeconômico e prestígio social se desliguem da segurança e conforto da vida urbana e sigam em busca de uma aventura de vida simples que lhes exige audácia, ousadia, atenção constante e também muitas restrições? Que fascínio as atividades esportivas ecoturísticas de aventura e risco calculado exercem sobre esses atores, levando-os a dedicar-lhes grande parte do tempo de suas vidas, testando seus limites? Que sensações assolam esses indivíduos? Como investem em perseverança e num planejamento metódico e rigoroso?

O desafio de conhecer novos lugares, atingir o desconhecido, estar diante de outras comunidades, outras paisagens pouco ou não exploradas, constitui-se em objetivos do lazer para os atores que adotam esse estilo de vida. Toda a criação pessoal, de dedicação a essas práticas, implica a superação de situações limitantes, em cuidados pessoais com o condicionamento físico, e alimentação, com a adaptação do organismo às necessidades ambientais compatíveis com a atividade e com um planejamento metódico e rigoroso.

Há um espírito de aventura que permeia esses esportes que se apresentam na sociedade com íntima ligação à lógica atual, que interage diretamente com o aumento da incerteza política, econômica, social e cultural. Próprios de um mundo economicamente globalizado, hiperindividualista, adotam em suas práticas uma maior percepção do risco, fato gerado pelas múltiplas contingências do social.

* Dr^a Em Educação Física e Cultura -PPGEF/UGF. Livre Docente em Educação Física – UGF. Mestre em Educação - Avaliação Educacional – PPGEd – UFRJ. Professora do PPGEF/UGF.

Esses esportes vão ao encontro da vontade de autonomia e particularização dos grupos e dos indivíduos em nossa sociedade, denotando novos sentidos da organização e orientação social, e um novo modo de gerir comportamentos. As ações de seus praticantes, próprias de uma cultura pós-moderna, buscam uma identidade própria, adotam princípios de singularidades individuais na busca de qualidade de vida, de sensibilidade extrema, proclamam o indivíduo e o seu direito de se realizar à parte do que é comum, o direito de ser autônomo.

Os praticantes das modalidades de esportes na natureza e na zona urbana, organizados em coletivos menores, ligam-se, eventualmente, por interesses comuns. Animam-se as solidariedades entre microgrupos, encontram-se pessoas parecidas que convergem nos mesmos desejos e preocupações imediatas. Em torno de suas práticas são constituídas redes, partilhando entre si discursos, emoções intensas vivenciadas nas práticas e os sentidos por eles atribuídos a essas práticas (COSTA, 2000).

A construção social da validade desses esportes está configurada ao sistema de vida que os envolve, a uma cultura de excelência e privatização dos riscos em nossa sociedade. Arriscar exige decisões conscientes que indicam as probabilidades de êxito e a ponderação dos benefícios. Exercitar esses elementos sob a forma de esportes desperta nos praticantes seus símbolos, fantasias e desejos de aventura. Tal sistema de práticas esportivas, estrutura, gostos, comportamentos esportivos, imagens culturais e representações simbólicas define, organiza e orienta a demanda social para o exercício desses esportes (POCIELLO, 1995). Para esse mesmo autor, tais esportes têm sua lógica própria de funcionamento, na qual suas propriedades simbólicas e marcas sociais são conferidas às atividades por suas posições relativas no espaço. Existe uma circulação de modelos neste sistema de práticas, relativa aos estilos de vida.

Movidos pela curiosidade de compreender a mobilização para tais esportes, nosso grupo de pesquisas, Lires-LEL, fundado em 2000, vem-se dedicando (desde 1996), a investigar a temática da aventura entre esses novos aventureiros.¹

Compreendendo o ser humano como *homo symbolicus* de Cassirer, o homem total, e considerando-o um ser físico e emocional capaz de imaginar, criar

¹ O grupo de pesquisa sob minha liderança, Dr^a Vera L M Costa, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UGF e investiga a temática central da ludicidade, esporte e lazer sob a ótica do imaginário social. Reúne como linha de pesquisa a análise dos componentes de aventura, risco e vertigem presentes na ludicidade de praticantes e não praticantes de esportes radicais na natureza ou na zona urbana, tendo como referencial teórico o imaginário social. Adota como hipótese central que os novos aventureiros do esporte de aventura e risco, como lazer, seja na natureza e/ou na zona urbana, conquistem, pelas vias do simbólico, a si mesmos, desafiando seus próprios limites.

símbolos, construir pontes entre a terra e o céu, entre o profano e o sagrado, mergulhamos nos discursos de esportistas aventureiros para entender-lhes o imaginário social, os símbolos e, conseqüentemente, seus valores existenciais, uma vez que os símbolos, precedendo a linguagem e a razão discursiva, sempre visam a realidade, ou a situação que determina a existência humana.

Na multiplicidade de sentidos que pertencem à substância da vida espiritual está o do espírito aventureiro, que se apresenta hoje nas atividades esportivas ecoturísticas.

Esse espírito aventureiro permite ao homem jogar com as chances de conquistar, com o destino e as adversidades, imprimindo outros sentidos que se distanciam dos antepassados do século XVI, quando o homem desbravou os mares ao encontro de outras civilizações. Se eram movidos em suas conquistas por interesses econômicos expansionistas ou sonhos de conquistas, hoje, conquistam, de modo simbólico, a si mesmos, desafiando seus próprios limites (COSTA, 2000).

É no processo de atualização de um mundo imaginário que a imaginação criadora ou simbólica habita; lá reside o fator de humanização e aperfeiçoamento do ser humano. Assim é também na aventura lúdico-esportiva na natureza, onde cada elemento assume valor simbólico (montanha, céu, abismo, nuvem, vento, o verde da mata etc.).

Os praticantes desses esportes também obedecem à lógica de um sistema que articula um mundo cercado pela incerteza e por ações ousadas capazes de lidar com o inusitado a cada instante. Manifestam-se dotados de um discurso com um fundo religioso, voltado para o sagrado. Respeitam e amam a natureza, são sensibilizados e seduzidos por sua beleza, reconhecem-na como matriz e poder, reconhecem-se parte dela.

Os praticantes desses esportes possuem um sofisticado aparato de segurança para estar junto à natureza, em florestas, rios, mares e montanhas; são marcados, ainda, por desenvolver um cuidado com o corpo, a manutenção da aparência jovem, higiênica e da expressão de saúde e bem-estar. Tal postura, em interação com o ambiente, desencadeia no praticante uma percepção diferente do espaço e da natureza. Lidar com a profundidade, vertigem, altura, imersão e pistas que as variações da natureza fornecem (temperatura, vento, avalanche, enchente), exige uma produção de pensamento complexo. A complexidade na apreensão do espaço e da natureza, tanto do ponto de vista sensorial quanto afetivo, técnico e espiritual faz com que o aleatório e a intuição sejam também considerados. Cada decisão do praticante é uma aprendizagem vital, caso contrário poderá enfrentar riscos desnecessários. (COSTA, 2000).

A seriedade é uma característica desses aventureiros. Uma seriedade que exige extensa dedicação de tempo e que lhes reserva um estado de interação

com as variações dos elementos da natureza (sol, vento, montanha, rios, vegetação densa ou desmatada, lua, chuva, tempestades), desencadeando comportamentos de admiração, respeito e responsabilidade com a preservação, desenvolvendo atitudes ecológicas (ambiental, social e humana). Outra característica encontrada nesses atores é o autocontrole que favorece o autoenriquecimento através de sentimentos de realização pessoal e autoconfiança que lhes despertam o desejo de chegar cada vez mais longe, mais alto, de desfrutar de uma liberdade que os encaminha ao quase impossível. Vão a lugares exóticos, exuberantes, de grande interesse ecológico, sob a égide de um desenvolvimento ambiental sustentado e de um turismo de baixo impacto, um serviço “limpo”, não poluidor, preservador da natureza (COSTA, 2000).

A vivência dessa aventura motriz vem acompanhada de um forte valor simbólico, que mobiliza o imaginário, mitos e símbolos que animam a cultura daquela atividade. Vivenciada no meio selvagem (PARLEBAS, 1988, 1992-1993, 1998), não se apresenta somente como uma prática física, mas se manifesta como um exercício da vontade do sujeito que a vivencia, de sua imaginação, da razão e do sacrifício para chegar ao objetivo primordial: o êxtase. O êxtase de seu próprio reencontro.

Constituídos por racionalidades e experiências irracionais, por sentimentos, por paixões, por imaginação e pressionados por uma vivência cotidiana racionalizada, insatisfeitos com isso, alguns esportistas se lançam num processo de busca que se encaminha na direção de si mesmo, de seu interior, numa aventura na natureza perseguindo o ser perdido (ABDALAD, 2001; CARDOZO, 2006; CHALITA, 2006; COICEIRO, 2007; COSTA, 2004; COSTA, 2000; ESTEVES, 2006; GONSALES, 2004; MELO, 2005; PASSOS, 2004; SOUSA, 2004).³

³ Nota: Trata-se de interpretação de resultados de estudos desenvolvidos no grupo de pesquisa Lires-LEL, Estudos relacionados: Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário (COSTA, 2000); A participação feminina nos esportes de aventura e risco: um voo no universo do desafio e da incerteza (ABDALAD, 2001); Aventura e risco no skateboard-street: um estudo do imaginário social de jovens skatistas (COSTA, 2004); A utopia da aventura em cadeira de rodas: um imaginário da dança como (re) descoberta das linguagens corporais (CUNHA, 2004); A aventura de voar por lazer no imaginário dos pára-quedistas (GONSALES, 2004); O imaginário no rafting: uma busca pelos sentidos da aventura, do risco e da vertigem (SOUZA, 2004); Aventura do trekking: um reencantamento da natureza (PASSOS, 2004); O jogo do jogo do futebol como lazer na praia de Copacabana no Rio de Janeiro (COSTA NETO, 2005); RETIRADO UM TRECHO. Os Jogos das Paixões Ordinárias nas Emoções Ascensionais; O Imaginário Social dos Escaladores (MELO, 2005). Alguns sentidos da aventura, orientação e mobilidade corporal na natação em águas abertas com pessoas cegas (ROSA, 2006); Pesca submarina: um mergulho no imaginário de seus praticantes (ESTEVES, 2006); Os Sentidos da Aventura no Lazer de Caminhantes-Peregrinos do Caminho do Sol (CARDOZO, 2006); Desvendando o Enigma do Centauro; O Imaginário Social de Aventureiros do Extremo: O Universo Simbólico dos Praticantes das Provas de Ultra-resistência (COICEIRO, 2007); Mergulho Autônomo Recreativo Adaptado: Uma Opção de Lazer e Aventura (SODRÉ, 2007); O Imaginário do Surfista: Uma Aventura no Mar (CHALITA 2006); Ritos e Rituais das Corredoras de Longa Distância (COICEIRO; COSTA, 2007).

Mas o fio condutor desses esportes de aventura e risco calculado é a sensação de vertigem, na qual os atores vivenciam um engajamento lúdico que lhes permite virar o mundo, culminando num abandono total ou parcial de suas próprias forças às do meio ambiente, diz Le Breton (1991; 1996). Altura, velocidade, deslize, balanço, fazem o praticante realizar movimentos nos quais eles jogam com tempo e espaço, numa instância intermediária da experiência, favorecendo a passagem da angústia de sentir-se em queda, perdendo o equilíbrio, ao prazer de uma sensação corpórea voluptuosa. Tangenciar o risco de morte é o que parece excitá-los (LE BRETON 1991; 1996). Paradoxalmente, esses esportes conjugam vertigem e controle, abandono e potência total, o que nos leva a questionar as afirmações do autor. Não seria a busca de seus próprios limites, da expansão de si, de seu interior, algo que surge em seus discursos como liberdade, que poderia encaminhá-los a tais vivências? (COSTA, 2006).

Como a aventura se manifesta entre esses esportistas aventureiros?

Parece que a adesão à complexidade do cálculo do risco, nesses esportes, é de sujeitos de nível universitário e médio, pelo menos entre os que participaram de nossos estudos. Trata-se de um grupo social cujo nível socioeconômico lhes garante um poder aquisitivo tal que lhes possibilita desfrutar de equipamentos de alta qualidade, grande parte importado, e investir em programas de lazer como caminhadas, escaladas, surfe, mergulhos, pesca, voos, canoagem e *rapel*, sempre em viagens. Todos construíram uma carreira no lazer esportivo, como disse Stebbins (1992), pois a experiência na atividade lhes exige mais tempo e dedicação. A carreira, nesse tipo de lazer com aventura e risco, é movida por paixões: coragem, ousadia, satisfação de si próprio, arrependimento, indignação. São os prazeres da alma em conjunto com o corpo que agem e manejam a carreira esportiva.

A aventura é vivida por esses aventureiros como uma vida repleta de riscos e de situações efêmeras que devem ser usufruídas o mais intensamente possível, tal como falou Maffesoli (2001). A vivência do presenteísmo, um valor que transcende a vida, apresenta-se em algumas falas de esportistas:

Eu acho que cada um pensa algo pessoal, eu gosto de saltar de sentir o vento no rosto e estar voando, porque no paraquedismo você não tem a sensação de estar caindo, você está voando... (GONSALES, 2004 – paraquedismo).

Eu ia me aventurar, me lançar, me submeter a uma experiência dessa... é algo que me dá muito prazer (COSTA, 1999 – *treking*).

Há uma passagem no meio que temos que descer do bote, eu tava morrendo de medo, eu odeio água escura. [...] O momento de perigo acabou passando por momento de piada (SOUSA, 2004 – *rafting*).

A hora da descida de uma corredeira é muito excitante... é só adrenalina. (SOUSA, 2004 – *rafting*)

Quando desci um corrimão pela primeira vez, porque se você entrar errado você pode se machucar seriamente (COSTA, 2004 – *skateboard*).

Os esportes vivenciados na natureza são carregados de risco e de aventura. O risco, eivado de objetividade, é calculado e controlado sob rigorosas condições de segurança, suscitando um prazer que beira a dimensão do lúdico. A aventura flui livre pelos caminhos subjetivos da imaginação, conduzindo seu portador a produções imaginárias fantásticas. A energia proveniente da natureza muito contribui para a fusão do sujeito com o mundo, encaminhando os praticantes a um modo de vida especial, a vivência da paixão por aquilo que acredita das ideias (COSTA, 2000).

Abdalad & Costa (2006) ao discutirem o presenteísmo de Maffesoli, afirmam que o tempo não é determinado pelo passado e nem apresenta relação com o futuro. As ações conduzem o homem ao encontro de sua experiência aventureira e estas possuem o verdadeiro sentido da aventura naquele instante: da perseguição ao prazer pelo prazer que se esgota no ato.

Outro elemento presente nos discursos desses esportistas é a figura do nômade, que cumpre o destino trágico da existência (MAFFESOLI, 2001b).

Essa coisa meio nômade me fascina... não percebeu que o caminho não está fora, que o caminho está dentro ou então... que o caminho está dentro, que o caminho não está fora. (PASSOS, 2004 - *trekking*).

Neste movimento de busca da melhor onda o surfista vai difundindo seu modo de vida, seus valores, sua prática em diversos lugares no mundo, e ao mesmo tempo conhece e tem contato com culturas diferentes. De lugar em lugar, estes atores sociais vão buscando e surfando as ondas, levando e adquirindo cultura. (CHALITA, 2006, p. 131- surfe)

Os surfistas participam de atividades comuns, parecendo que todos desfrutam do mesmo sentimento intenso de procurar a onda perfeita em alguma praia, e quando isto acontece a emoção chega ao ponto de atingirem o êxtase. (CHALITA, 2006, p. 51)

Há uma errância lúdica, um prazer de viver, uma aceitação da existência, a ação de por-se a caminho sem preocupação com a utilidade do que vai conseguir. Escaladores buscam os maiores e mais provocadores picos e paredes para criarem as melhores vias; surfistas deslocam-se pelo mundo à caça das ondas perfeitas; treckistas procuram novas e diferentes trilhas. Tal procedimento não foi encontrado entre os discursos dos *rafters* e dos mergulhadores. Mas o encontro desses lugares os torna especiais.

O espaço, a natureza, o lugar em que se desenvolve a prática esportiva faz o elo das comemorações no qual são celebrados cultos de forte componente estético-ético, constituindo-se em significativos espaços de celebração, formando verdadeiros altares da atualidade (MAFFESOLI, 2004).

Ninguém vem aqui saltar e se mostrar para alguém, mesmo porque tudo acontece no céu... (GONSALES, 2004 – paraquedismo).

É liberdade, é paz, eu me sinto em casa, eu decolei, tirei os pés do chão, é o meio, o ar (ABDALAD, 2001– asa delta/voos livres).

[...] como se o Everest estivesse dentro de mim... a pedra é a pedra, aqui tá pertinho da pedra, pra quem gosta de montanha morar em um lugar desses é a uma escolha ideal (COSTA, 1999 – escalada).

A gente na rua tá sempre criando um obstáculo pra poder ficar mais divertido... a sensação é muita emoção (COSTA, 2004 – *skateboard street*).

A praia de Copacabana, lugar emblemático, torna-se um lugar de comemoração esportiva onde se faz o elo entre os praticantes, um lugar onde se celebram os mistérios, os encontros, as reuniões e as partilhas de afetos e emoções comuns. Assim, Copacabana é um verdadeiro altar da atualidade, um

amálgama cultural que abriga tribos de esportistas, que, influenciadas por mitos e crenças, reinventam o cotidiano por meio do espírito lúdico carioca. (COSTA NETO, 2005; SANTOS, 2007 -peteca de praia)

A praia faz o elo entre eles, ela se constitui num lugar de comemoração esportiva, um lugar emblemático, onde se celebram mistérios, onde os futevolistas se encontram, se reúnem, reconhecem-se uns aos outros e, pelo partilhamento de afetos e das emoções comuns, conhecem a si mesmos, seus limites, suas potencialidades. Trata-se de um altar da atualidade, um espaço de socialidade consolidado pelo amálgama cultural que abriga a tribo do futevôlei (COSTA NETO, 2006, p. 158 – futevôlei).

Nos discursos dos esportistas da aventura a natureza constitui-se num deslizamento de sentido que varia desde a oposição ao praticante quando iniciante, passando pela integração homem-natureza até ao reconhecimento de seu próprio ser humano, como parte integrante da natureza. Passa também pelo entendimento de fuga, válvula de escape da rotina, de negação da morte (ao permanecer na mesmice) afirmação da vida, renascimento.

Respeito, sempre. Isso aí é em todos os casos. O rio tem a sua própria força e a gente contra a natureza, a gente não pode brigar, tem sempre de respeitar, tanto no rio ou numa montanha ou voando ou escalando. Isso aí, sempre respeito. (SOUSA, 2004 – *rafting*)

O risco é inerente a essa aventura. Essa sensação de que ele está ali. Se não, não teria graça... O risco, mas o risco calculado, sabe (?), um risco inteligente. Você corre o risco, mas é uma aprendizagem, como tem gente que gosta de fazer investimento na Bolsa, que é um investimento de risco. O cara pode ir à falência. (COSTA, 1999, p. 168)

Pra mim tem mais a conotação de... de escapar um pouco, digamos, da sociedade, entende? Eu acho que a grande vantagem de ir pra montanha é entrar em contato com a natureza. É que as regras da natureza são muito mais sim-

ples do que as regras da sociedade, eu acho... Então você se sente um pouco mais livre de tudo, quer dizer, você não tem de respeitar as regras do homem, digamos, vai respeitar as regras da natureza, que são muito mais simples e, talvez, mais justas, não sei... e o escapar da rotina do dia-a-dia. Como eu já falei, acho que toda pressão da sociedade, regras de conduta e tudo mais... então, talvez os amigos vejam uma coisa (os amigos acham que é maluco) e, no fundo, a razão que me motiva seja outra (COSTA, 1999, p. 179).

O certo é que a natureza abriga esses esportistas numa aventura pródiga em emoções e plena de movimentos excepcionais

O imaginário dos aventureiros da montanha

Nessa parte discutiremos os esportistas da escalada – *trekking* e *rafting*. Os primeiros escolhem ascender e construir vias pelas superfícies das rochas. Os caminhantes do *trekking* embrenham-se em trilhas, florestas, montanhas para chegar a lugares belos, contemplar paisagens desses lugares. Os praticantes do *rafting* buscam novos rios a serem explorados mediante o estudo de mapas geográficos para descobrirem desníveis em solos e assim fazerem deslizamentos espetaculares e desafiadores. Mas todos se congregam em torno de um dos potentes símbolos da humanidade: a montanha.

A montanha e os símbolos

A montanha é um símbolo por si mesma. É o encontro entre o céu e a terra. Seu simbolismo é múltiplo, prende-se à altura e ao centro. É ao mesmo tempo centro e eixo do mundo. É alta, vertical, próxima do céu, é morada dos deuses, símbolo de ascensão humana. Estar no alto da montanha é chegar à morada dos deuses, os espíritos, as forças ocultas, é retornar ao Princípio (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1994). Traz também as noções de estabilidade, imutabilidade, e até de pureza. Os barulhos das montanhas são cantos plenos de mistérios, incompreensíveis pelos profanos. Sendo a habitação do sagrado, não se pode penetrar nas montanhas sem um guia iniciado, sob pena de correr perigos mortais (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1994).

Trata-se de um símbolo de evolução humana, com a função de conduzir o homem ao topo do seu desenvolvimento pela “ascensionalidade”. O homem

vincula-se metaforicamente a símbolos de verticalização e de “ascensionalidade”, e estes a ideais morais e de completudes metafísicas: o reencontro de si com o ser universal que existe nele. A verticalidade, presente na postura ereta do homem e na subida à montanha, que ele vai galgando paulatinamente até o topo, é um símbolo forte de ascensão e progresso.

A imaginação continua o impulso postural do corpo (DURAND, 1989). O homem, de pé, olha para o alto, imagina e busca sua elevação. E assim procedem também os esportistas, em especial os escaladores.

Melo (2005) comenta que existe por parte dos escaladores um ritual de passagem de um espaço profano para um espaço sagrado, uma função mediadora entre a passagem do mundo cotidiano para o espaço sagrado, a montanha. Ele nos narra que, ao chegar à base de uma montanha, o escalador faz um momento de reflexão, imagina cada movimento que será realizado na escalada, interiormente faz um pedido de proteção aos deuses para que não ocorra nenhuma queda durante a empreitada, veste calmamente o material de segurança, faz uma checagem para verificar se tudo está em ordem. Isto funciona como um pedido de permissão para ultrapassar um portal e penetrar em outro espaço, avisa ao companheiro responsável pela segurança que está iniciando a escalada. A partir daí adentra num espaço eleito por ele como sagrado.

Momentos cruciais também fazem parte da empreitada de todos os que escalam. O medo, a angústia apresentam-se associados ao prazer, à excitação. A isso chamamos vertigem (CAILLOIS, 1990; QUINODOZ, 1995). Tal sensação manifesta-se, normalmente, durante a ameaça à integridade física e, caso consiga sair ileso desta situação, o organismo é inundado de um enorme sentimento de prazer (Melo, 2005). Na maioria das vezes, novas situações mais arriscadas são encontradas, o que os provoca a continuar em busca do mais alto, da melhor posição na qual possam novamente ter todo o seu corpo “invadido” pela sensação da vertigem e, através do seu espírito aventureiro, ultrapassarem essa situação mais uma vez para voltarem a sentir o prazer tão procurado (MELO, 2005).

O completamento da jornada com sucesso dá ao escalador o sentimento de renascimento (MELO, 2005). Há uma morte imaginária, ao abandonar a vida cotidiana que termina e renasce um novo homem, fortalecido pela experiência com a montanha, conduzindo-o a partir daí para uma nova vida, enxergando o mundo de uma maneira diferente. Tal sensação acompanha também os *treckers* (PASSOS, 2004; CARDOZO, 2006)

Passos (2004), ao questionar o que diferencia a prática da caminhada dos demais esportes de aventura na natureza, mostrou que o caminho trilhado

pelos caminhantes é a chave que abre os portais do autoconhecimento e que os pés desses atores revelaram que o caminho é mais importante que o local de chegada. Para aquela autora o topo da montanha pode ser o local da contemplação, mas é no caminho que os mistérios acontecem. O caminho é espaço da aprendizagem; é nele que o caminhante amplia sua experiência de vida. Nesse sentido, trilhas, caminhos, tal como montanhas, passam a se constituir em locais de celebração da atualidade (MAFFESOLI, 2001b).

Os andarilhos das travessias (PASSOS, 2004) e das peregrinações (PASSOS, 2004; CARDOZO, 2006) vivenciaram a experiência do numinoso, sentiram o *mysterium tremendum et fascina* (OTTO, 1992) que emana da apreensão do caminho. Por outro lado, tal sentimento, segundo Passos (2004), não faz parte da vivência dos praticantes do enduro a pé. Aparentemente, o participante de enduro a pé retirou o mágico e o misterioso da atividade. Ao se comprometerem com os valores do mundo do trabalho, da competição, profanizam o sagrado, ainda que, em alguns momentos, sacralizem-no pela reverência à tecnologia: bússola, GPS, vestimenta, computador, *palm top* que trazem eficácia à atividade. Ainda para a autora, essas tecnologias tornaram-se ícones sagrados por representar o universo da cultura de excelência dos praticantes. A esses caminhantes não são permitidos os devaneios dos sonhos, do descontrole, da ausência de intencionalidade, da não-produtividade, apenas a busca da excelência. Os praticantes de enduro a pé, ao suscitarem a imaginação material, os devaneios da vontade (BACHELARD, 1988, 1990, 1994) fazem-no depender das matérias duras para sentir a alegria, o prazer da vitória, o reconhecimento material da premiação. Com isso, mantêm-se cativos do tempo. Esses caminhantes de enduro a pé com ritmos e passadas controladas, são diferentes dos caminhantes peregrinos e dos das travessias, afirma Passos (2004) – mais desbravadores, e exploradores, menos conquistadores. Os caminhantes peregrinos e de travessia precisam do tempo do deleite, que não deve ser controlado, cabendo somente ao caminhante encontrar seu próprio ritmo, pois, caminho e ele, imaginariamente, são uma única coisa.

No que tange à pesquisa com praticantes esportistas de *rafting* como lazer, Sousa (2004) afirma que os mesmos vivenciam a ambivalência das imagens ligadas ao devaneio da vontade, da extroversão, que os convidaram a agir sobre a matéria, no caso, sobre as águas revoltas do rio, e aquela própria de uma imaginação ligada à introversão, que valorizou imagens da intimidade e repouso – no caso de remansos, águas calmas. Esses praticantes de *rafting* vivenciam esse duplo movimento de extroversão e introversão. As águas revoltas do *rafting*, diz a mesma autora, simbolizaram o mundo resistente, matéria dura que exigiu combates no contato com elas, sendo um trabalho de intenso

dinamismo de energia masculina, forte, potente. Já as águas calmas simbolizaram o mundo flexível, matéria em que ocorre o repouso. Dessa forma, o *rafting* apresentou-se como um ofício completo de resistência e deslize que levou o praticante da luta ao repouso.

O rio apresentou-se como personagem voluntarioso nos discursos. Em alguns momentos, provedor, em outros, destruidor, provocando uma relação dúbia, oscilando entre medo e prazer. As corredeiras que alegam os praticantes por proporcionar-lhes sensação de força e poder, também conduzem-nos ao risco, segundo eles, calculado e necessário para garantir emoção, euforia e diversão no esporte – uma prática que os conduz ao prazer (SOUSA, 2004).

Dessa luta homem/corredeira, desse enfrentamento com concentração, renasce um homem que se reconhece e sabe que vence obstáculos, interiores, que enfrenta a força do rio. Ele se entrega às aventuras nas corredeiras e às contemplações da natureza no remanso (SOUSA, 2004). Solidariedade e cooperação são forças disponíveis nas lutas com o rio e, corredeiras, pois, no *rafting*, o mais importante para se obter sucesso é superar obstáculos conjuntamente, sem a preponderância do domínio de uns sobre os outros.

A aventura humana de voar por esporte

Os sonhos de potência e divinização levaram o homem a usar as forças da natureza para ousar voar como pássaros, convertendo essa atividade, no meio selvagem, no ar, nas alturas, num processo de reencontro consigo, levando-o ao autoaperfeiçoamento, à exploração de seus limites (GONSALES, 2004).

A elevação e a queda, encontradas nesses esportes, trazem aos indivíduos a ideia de estarem voando na imensidão dos ares. Surgem aí desejos de sublimação, de harmonia interior e de heroísmo. Os sonhos de voo, segundo Bachelard (2001), inventados pelo próprio homem, formam uma consciência de que não se voa para ir aos céus, mas é por voar que se chega aos céus. Um lugar único e mágico, espaço transcendente, infinito que lhe provoca a conquista, de um ser terrestre em casa dos seres alados (COSTA, 2008; AZEVEDO, 2008).

Abdalad (2001), a partir de seu estudo com mulheres voadoras de asa delta e de parapente, afirma que voar é estar integrado à natureza, consagrando a vida num diálogo sensitivo, no qual se revelam sentidos nas pistas térmicas e de vento enviadas pela natureza. Voar é descobrir caminhos invisíveis, criar trilhas no espaço.

A aventura de voar por esporte com asa ou parapente, bem como a queda livre dos paraquedistas são exemplos decorrentes da ousadia humana

em desafiar a natural condição terrestre que os fixa sobre a terra. Gonsales (2004) evidencia em seu estudo o quanto a abertura do paraquedas restitui a segurança e dá prazer ao esportista, mas também frustra-lhe o jogo com a vertigem, presente na queda livre. A brincadeira de voar como pássaros, durante a queda livre, torna-se suave após a abertura do paraquedas, com os seres flutuando pelo espaço, voando com os pássaros. A queda tem o sentido de combate tenebroso da face do tempo que se esvai vertiginosamente diante do voador. A precisão da abertura do paraquedas lhes dá o *metron* do regime diurno (DURAND, 1989), das imagens heróicas. Não existe mais angústia e morte, só prazer, planeio, tranquilidade. Confiança, segurança, treinamento, disciplina, controle e voo traduzem idéias-forças presentes nos discursos dos voadores (Azevedo e Costa, 2008).

As práticas de voo são ritualizadas e são esses ritos que mantêm o mito de seres alados. O rito, segundo Segalen (2002) precisa apoiar-se em símbolos reconhecidos pela coletividade, no caso, da tribo dos voadores, apoiam-se em certo número de operações, gestos, palavras e objetos. Para tal, há a necessidade da crença na transcendência.

A observação da formação e deslocamento das nuvens, da direção e da intensidade do vento e o planeio de pássaros que voam em térmicas (urubus, gaviões etc.), fazem parte de um ritual cumprido pelo praticante de voo livre, antes mesmo de subir a montanha para a realização de mais um dia de voo. É esse ritual de observação que vai permitir uma análise superficial, porém confiável, das condições de voo. É ainda no chão que se tomam decisões importantes, a realização de um voo seguro ou perigoso, tranquilo ou turbulento, breve ou duradouro, de curta ou longa distância. A entrada no ambiente aéreo, assim como o retorno seguro ao ambiente terrestre, depende da sensibilidade do piloto no cumprimento desse ritual que faz parte do chamado para evadir-se do cotidiano em que habita o voador (Azevedo e Costa, 2008).

Pimentel (2006) encontrou um rito de passagem na transição da terra para o céu e o retorno à terra. Azevedo e Costa (2008) apresentam o rito da transgressão, por meio do qual os voadores dinamizam os sonhos de potência e divinização, pelos quais eles planam no espaço aéreo, de modo angelical, como seres alados. Esse procedimento é uma forma de transgredir a ordem, o controle, as regras e o excesso de seriedade que a vida terrestre lhes imprime, encontrando o sentido de voar numa sucessão de instantes que se transformam em preciosos por sua própria fugacidade (MAFFESOLI, 2001b).

Esses tais sentidos de voar, encaminha-os ao desejo da errância como sede do infinito, e a procurarem melhores térmicas para manterem-se mais tempo no ar. Com isso, vão caçando belos e agradáveis lugares.

A renovação é outro rito que se faz presente numa sucessão de etapas: a separação, a passagem pelo limiar de terra-céu; as provas de competências e habilidades no ar, o surgimento dos auxiliares mágicos, as térmicas que os eleva e lhes permite explorar os céus e alçar altos voos, o êxtase dos planeios. Em seguida, o retorno ao mundo dos mortais, renovado, um personagem sagrado, transfigurado em senhor de dois mundos (terrestre – dos mortais; aéreo – divino), que com alegria e leveza, pode girar e mudar de posição, livre para viver (AZEVEDO; COSTA, 2008).

O céu, com suas nuvens e térmicas, torna-se para esses voadores, um lugar emblemático, espaço onde se celebram mistérios da comunicação-comunhão, um altar da pós-modernidade, como entendeu Maffesoli (2004), lugar onde se revigoram as banalidades cotidianas

O imaginário dos aventureiros do mar

Entre os esportes que deslizam em superfície marítima, o grupo de pesquisa desenvolveu um estudo sobre a prática do surfe e, atualmente, investiga as práticas de *Tow-in*, o surfe em ondas gigantes.

Chalita (2006) verificou que o contato com a natureza se apresenta como quebra da rotina do cotidiano e um local de revigoramento com energias positivas para um novo enfrentamento da vida. A aventura e o risco expõem-se na busca da onda perfeita, o grande propósito de vida do surfista. Para isso, aventura-se em explorar um paraíso. A vertigem os excita e os move nessa procura e também no momento do deslize desta onda. O lúdico apresenta-se quando o surfista joga com a natureza, observando-a e entrando em harmonia para obter êxito na investida de manobras nas ondas, e ao disputar com os outros surfistas na busca da superação de movimentos durante as manobras.

O mar apresenta-se nos discursos em sua grandiosidade, seu caráter divino e poderoso. Desafiá-lo e ser desafiado por ele é o início da empreitada do surfista e, à medida que aprimora sua habilidade, os sentidos de harmonização com o mar ganham força. O prazer de desfrutar o deslize na onda e a vivência do tubo tornam-se o êxtase da vitória sobre si, sobre seus limites possíveis, em total interação com aquela força poderosa e incontrolável.

Segundo Chalita (2006), os surfistas trazem na memória os sentidos de maternidade da natureza: ela é divina e ele, ser humano, deve-se harmonizar com ela, ser aceito e receber a concessão de aproveitar um pouco o que ela permitir. Para obter essa permissão há de respeitar o mar, não poluí-lo e aguardar o momento adequado para entrar. “Senti que eu não era nada perante a força da natureza, por isso nós devemos sempre ter muito respeito, são nestas

horas que você se sente muito pequeno, o poder que o mar tem, a força das ondas” (R4, p. 119)

Os riscos pequenos, grandes ou incalculáveis, de acordo com o autor, existem independentemente da experiência do praticante, visto que cada situação é especial, única, singular. Prevê-los – dependendo do tipo de onda e do lugar –, é apenas uma tentativa, pois não há como controlar o movimento das ondas. Mas, para Chalita (2006), é no mar do Havaí que o surfista convive realmente com todos os seus medos e temores, pois o risco de morte no mar com ondas gigantes é um fator a ser considerado, mas ao mesmo tempo a atração é inevitável. Na tentativa de surfar esse tipo de onda o surfista pode ter um dos momentos mais marcantes de sua vida. Pode ser o céu ou o inferno, como foi respondido por eles; pode se pegar a melhor onda da vida, ou pode-se pegar a maior “vaca” (situação de perigo, descontrole). Afinal, diz o autor, ninguém escapa incólume das transgressões ao imperialismo das águas dos mares de Netuno.

Os extremos convivem muito próximos, ou seja, é necessário arriscar-se, jogar-se na aventura com controle, prudência e tranquilidade, para superar esta situação que pode ser assustadora, para sair dela ileso, triunfante, tal qual um herói.

Mas nem tudo é turbulento nos mares: há os esportistas que escolhem submergir, rasgar a profundidade num mergulho azul silencioso (e pretensioso, pois não nasceram com guelras para fazer respiração aquática, o que lhes facilitaria a aventura). É o caso da pesca submarina, esporte tratado por muitos como predador. No entanto, Esteves (2006) defende o sentimento de amor dos pescadores submarinos em relação ao mar. Mas afirma também que embora as pessoas tenham aprendido a utilizar os oceanos para a pesca e a navegação, estes ainda encontram-se envolvidos num grande mistério e enigma para as sociedades, mas que, mesmo assim um grupo escolhe se aventurar em um *habitat* que lhes é desfavorável, caminho inclusive risco de vida. Na ânsia de conseguir um belo peixe, muitos abandonam as margens de segurança e ultrapassam os limites, desrespeitando as leis da natureza e costuma ser implacável com relação a determinados abusos.

Mas nem só de pesca vive o pescador submarino, diz Esteves (2006), pois ao submergir este ator entra em contato com o fascínio do fundo do mar: cores e formas distintas, um silêncio perturbador, que, ao mesmo tempo, o seduz, encanta, arrebatada, levando a uma vertigem que não é física, que provoca admiração estonteante. Talvez esteja aí o mistério das sereias, que encantavam e atraíam os pescadores, e estes seduzidos pelo encanto e beleza não conseguiam se afastar do mar.

Dois estudos também trataram da temática do mergulho e da natação em águas abertas com pessoas deficientes (ROSA, 2006; SODRÉ, 2007). Os estudos convergem para as mesmas informações encontradas nos esportes de aventura: ludicidade, aventura, imaginário heróico, renascimento, reencontro de si. No momento desenvolvemos uma pesquisa com mulheres mergulhadoras apneístas, aventureiras do extremo.

Considerações finais

Mobilizados por um imaginário, segundo a perspectiva teórica de Durand (1989) – que desliza do heróico, lutador, que enfrenta as matérias que lhes são adversas a um imaginário sintético, integrador da própria natureza –, os esportistas da aventura vão tecendo uma forma positiva de lidar com os riscos-aventura na sociedade contemporânea. A contribuição que os esportes praticados na natureza pode trazer à educação é a visão de um sujeito que empreende grandes jornadas, independente das adversidades: saudável, crítico, criativo (problematiza as informações do meio ambiente e toma decisões rápidas em ação), que reúne decisão com intuição, amante da natureza e com fortes indícios de uma consciência ecológica que reconhece a importância do equilíbrio entre as espécies que habitam o planeta e também que algo deve ser feito para sustentá-lo, no que muitos esportistas já se encontram engajados.

Referências

- ABDALAD, Luciana Silva. *A participação feminina nos esportes de aventura e risco: um voo no universo do desafio e da incerteza*. (Dissertação de mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2001.
- ABDALAD, Luciana Silva; COSTA, M. Regina de Menezes. The adventure and hazard sport on the post modernity era and the ideas of Michel Maffesoli. *The FIEP bulletin*, Foz do Iguaçu, v. 76, Special Ed., p. 522-523, 2006.
- AZEVEDO, Sergio L. Gomes; COSTA, Vera L.M. A aventura humana de voar por esporte. In: SEMINÁRIO DE ESPORTES, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2008.
- BACHELARD, G. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *A terra e os devaneios do repouso: ensaios sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

- _____. *O direito de sonhar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BACHELARD, G. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CAMPBELL, J. *O herói das mil faces*. São Paulo: Cultrix: Pensamento, 2006.
- CARDOZO, Eliete M. *Os sentidos da aventura no lazer de caminhantes-peregrinos do Caminho do Sol*. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.
- CHALITA, M. A. *O Imaginário do surfista: uma aventura no mar*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.
- CHEVALIER, J., GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 17. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- COICEIRO, Geovana A. *O imaginário social de aventureiros do extremo: o universo simbólico dos praticantes de provas de ultra-resistência*. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.
- COICEIRO, G. A., COSTA, V. L. M. Ritos e rituais contemporâneos das corredoras de longa distância. *Lecturas: educación física y deportes*, Buenos Aires, n. 86, p. 01, 2007.
- COSTA, M. R. de M. *Aventura e risco no skateboard street: um estudo do imaginário social de jovens skatistas*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.
- COSTA, V. L. M. Aventura e risco na natureza: símbolos e mitos presentes nos discursos do ecoturismo esportivo. In: ALMEIDA, Ana Cristina; LAMARTINE, P. C. da Costa (Org.). *Meio ambiente, esporte, lazer e turismo: estudos e pesquisas no Brasil, 1967-2007*. v. 1. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2006. p. 219-232.
- _____. *Esportes de aventura e risco na montanha: uma trajetória de jogo com limites e incertezas*. (Tese de Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.
- COSTA NETO, J. Vicente da. *O jogo do jogo do futevôlei como lazer na praia de Copacabana no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Maria Auxiliadora Terra. A utopia da aventura em cadeira de rodas: o imaginário da dança como (re)descoberta em linguagens corporais. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GONSALES, Manuela S. *A aventura de voar por lazer no imaginário dos pára-quedistas*. (Dissertação de Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

LE BRETON, D. *L'aventure: la passion des détours*. Paris: Autrement, 1996.

_____. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1991.

MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio Grande do Norte: Argos, 2001a.

_____. *Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

_____. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.

_____. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

MELO, Rogério Silva de. *Os jogos das paixões ordinárias nas emoções ascensionais: o imaginário social de escaladores*. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

OTTO, R. *O sagrado*. Lisboa: Ed. 70, 1992.

PARLEBAS, Pierre. Education Physique totale, logique interne e activités de pleine nature. *Bulletin of the Fédération Internationale d'Education Physique*, [S.l.], v. 62, n. 1-2, p. 14-21, aut./ win. 1992-1993.

_____. *Elementos de sociologia del deporte*. Málaga (Spain): Junta de Andalucía: Universidad Internacional Deportiva de Andalucía, 1988.

_____. *Jeux, sports et sociétés: lexique de praxéologie motrice*. Paris: INSEP (Institut National du Sport), 1998.

PASSOS, Kátia Cristina Montenegro. *Caminhando nas trilhas do re-encantamento da natureza*. (Tese de Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

PIMENTEL, G. G. de Assis. *Risco, corpo e socialidade no voo livre*. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: <<http://www.marcelomelo.com/Textos.asp?CodTexto=195>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

POCCIELO, C. *Les cultures sportives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

QUINODOZ, D. *A vertigem: entre a angústia e o prazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RAVENEAU, G. Prises de risque sportives: représentations et constructions sociales. *Ethnologie Française*, Paris, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.mae.u-paris10.fr/ethnofrance/article.php?id_article=3403>. Acesso em: 10 dez. 2007.

ROESSLER, Martha M. R. *Os sentidos da aventura de cavalgar: rastreando pegadas no imaginário social*. (Tese de Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, Regina Marques. *Alguns sentidos da aventura, orientação e mobilidade corporal na natação em águas abertas com pessoas cegas*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

ROUANET, S. P.; MAFFESOLI, M. *Moderno e pós-moderno*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, Sidney dos. *A identidade cultural da peteca praticada na praia de Copacabana*. (Dissertação de Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

SEGALEN, M. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SODRÉ, Lucia. *Mergulho autônomo adaptado: uma opção de lazer e aventura*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA, F. R. *O imaginário no rafting: uma busca pelos sentidos da aventura, do risco e da vertigem*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

STEBBINS, R. *Amateurs, professionals and serious leisure*. Montreal: McGill Queen's University Press, 1992.

Viagens de aventura: o turismo e os esportes radicais

Ricardo Ricci Uvinha*

Introdução

Se o tema “aventura” atrelado ao campo do turismo atraía pouca atenção da comunidade acadêmica mundial até a década de 1990 (Kane e Tucker, 2004), hoje pode-se encontrar uma miríade de publicações produzidas por turismólogos e também por profissionais de Educação Física, Educação, Psicologia, Ciências Sociais, Medicina, entre outras.

Esse poder transversal do tema concretiza-se nos diversos lançamentos editoriais crescentes a cada dia e que têm o segmento como cerne da discussão. São artigos em periódicos indexados, comunicações em eventos temáticos, trabalhos de conclusão de curso na graduação, monografias de especialização, dissertações de mestrado ou ainda teses de doutoramento.

Se o crescimento do turismo de aventura no meio acadêmico já é uma realidade, verifica-se que no *trade* tal segmento já está consolidado, seja na operacionalização de pacotes temáticos ou na comercialização de produtos sugerindo uma ampla “comodificação”.

No presente capítulo procura-se realizar uma reflexão sobre o turismo de aventura pautado na revisão de relevantes trabalhos, oriundos de pesquisas das mais diversas áreas com o interesse convergente na compreensão desse segmento.

A “comodificação” do turismo de aventura

Em estudos anteriores, houve a oportunidade de se investigar o segmento “aventura”, propondo um entendimento da sua relação com o fenômeno

* Mestre em Estudos do Lazer (FEF/UNICAMP) e Doutor em Turismo e Lazer (ECA/USP). Professor Livre-docente e Coordenador do Bacharelado em Lazer e Turismo da EACH/USP. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (CNPq/GIEL/USP).

do consumo (UVINHA, 1996), buscando o significado dos ditos “esportes radicais” (UVINHA, 1997), sua relação com a cultura e os signos presentes numa identidade do grupo de jovens (UVINHA, 2001); sua utilização como ferramenta pedagógica na Educação Física escolar (UVINHA, 2004); ou, ainda, sua aproximação com o turismo enquanto segmento (UVINHA, 2000, 2005a, 2005b).

Entre esses entendimentos, foi proposto o que norteará este capítulo:

O turismo de aventura é um segmento em que se pode verificar uma relação oferta/ demanda característica, aproximada com a prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares, viabilizada com infra-estrutura e recursos humanos especializados a fim de implementar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo (sem pernoite) ou do turismo. (UVINHA, 2005b, p. 271)

Ressalta-se na proposição desse conceito o momento atual que vive o turismo de aventura no mundo todo, no tocante à necessidade de certificação das operações comerciais que envolvem o segmento. Tal fato apresenta-se com destaque no Brasil a partir de meados da presente década.

André Jansson, da *Karlstad University* na Suécia, ressalta que o assunto “certificação” tem sido a tônica na discussão do turismo de aventura em escala mundial. Isto porque não basta adotar o discurso de encontrar destinos que fujam do tradicional, mas garantir ao turista uma clara gestão do risco nas atividades por meio de operadoras profissionais e tecnologia atualizada (JANSSON, 2007).

No Brasil, o processo de certificação e normalização do turismo de aventura remete a fatos relevantes como no ano de 2004, quando foi estabelecido o convênio entre o Ministério do Turismo e o Instituto de Hospitalidade numa ação conjunta com a então criada Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura – ABETA (ABREU; TIMO, 2005).

Nessa conjuntura, podemos verificar que a certificação do turismo de aventura vem acompanhada da crescente necessidade de regulação de um mercado em forte expansão, seja em nações emergentes como o Brasil, seja em países desenvolvidos, nos quais a consolidação do produto “aventura” já está tradicionalmente delineada.

Dias e Alves Júnior (2007) enfatizaram o marcante caráter de mercantilização presente nos esportes de aventura, que se traduz na crescente oferta de produtos especializados para uma prática acompanhada de galopante veiculação temática nos aparelhos mediáticos e na indústria do entretenimento.

No caso das viagens e do turismo, a “aventura” igualmente atinge uma evidente faceta de mercadorização, uma *commodity* a ser comercializada com o mais alto grau de eficiência, processo próximo ao que se convencionou chamar de “comodificação das atividades de lazer” (ROJEK, 2006).

Segundo Parrinello (2001) a comodificação do turismo de aventura associa-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do setor. O autor menciona as “ultratecnologias”, que influenciam sobremaneira não somente a forma como a aventura é praticada – como, por exemplo, em ambientes virtuais – mas também numa verdadeira revolução da indústria têxtil presente em roupas, sapatos e demais artefatos disponíveis.

A comodificação do turismo de aventura apresenta-se como um fato na e da sociedade atual, atraindo o interesse do mercado global pelo segmento e veiculando-o em forma de produto, vivência a ser operada por um atento *trade* especializado. A sonhada experiência de visualizar presencialmente o cume do Monte Everest, por exemplo, pode ser realizada sem a necessidade de preparação física e mental para escalar o ponto mais alto do mundo, já que desde Kathmandú (Nepal) dispõe-se de voos regulares em aeronaves cuidadosamente equipadas para que os turistas visualizem por alguns minutos boa parte da cadeia montanhosa dos *Himalaias*.

Numa das publicações brasileiras sobre o turismo no final da década passada, Pellegrini Filho (2000) resgatava que o turismo de aventura havia movimentado em 1998 a cifra de US\$8 bilhões em vendas globais, simbolizando o segmento que mais crescia em termos mercadológicos até então.

Dados mais atuais confirmam a tendência de crescimento do turismo de aventura no mundo. Em *survey* realizado pela *Adventure Travel Trade Association* – ATTA no ano 2007, com 220 companhias entre agências e operadoras de turismo, departamentos de marketing e promoção, setores de certificação e gestão do risco, lodges, resorts e 3,6 milhões de consumidores, verificou-se que 83% das empresas que atuam no setor relataram aumento considerável em seus rendimentos (ATTA, 2007).

Veremos a seguir mais detalhes sobre tais números em destacadas localidades.

O turismo de aventura no eixo CANZUS e a interface do segmento na América Latina

O amplo *survey* realizado pela ATTA envolveu 35 países, entretanto, quatro deles respondem por boa parte dos números relativos à operação comercial do turismo de aventura no mundo, seja no caráter emissor da atividade turística

como no receptivo. Trata-se do eixo CANZUS, termo utilizado originariamente por Muller e Cleaver (2000) para se referir ao turismo de aventura no Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos.¹ Voltaremos posteriormente ao trabalho dos mencionados autores; antes, porém, faremos uma breve alusão ao turismo de aventura nesses quatro países a partir de distintas pesquisas.

No Canadá, Simon Hudson, *Professor Associado* na *University of Calgary*, organizou um estudo que resgata no século XIX atividades como o *canoeing*, *sleighbing* e *snowshoeing* eram bastante praticadas em todo o país, auxiliando na formação de uma imagem turística do Canadá associada à aventura, estimulando um crescente setor comercial temático. Assim como em outros países que fazem a base do CANZUS, a elevação de operações no *trade* da aventura foi acompanhada de forte amadurecimento de estudos acadêmicos no meio universitário, em cursos como Lazer, Turismo, Educação Física e Esportes.

No caso do Canadá, ainda na mencionada obra organizada por Hudson, resgata-se que no início da atual década havia 40 faculdades naquele país que desenvolviam algum programa ligado à aventura, geralmente classificado como *outdoors*. Da graduação, floresceram trabalhos que contribuíram para a apresentação de estudos em níveis acadêmicos superiores, como em mestrados e doutorados. Foram ainda organizados vários eventos temáticos à “esportes de aventura” e “turismo de aventura” no país. Tal panorama contribuiu para o estabelecimento de valores associados à aplicação desse elemento em campos como o dos esportes e do turismo (ZAUHAR, 2003).

Na Austrália, em artigo dedicado às relações do ecoturismo e turismo de massa, o professor da *Griffith University* David Weaver analisa criticamente naquele país uma certa tendência comercial pela distinção dos segmentos *Ecoturismo*, *3S (mar, areia e sol)*,² e de aventura. David frisa que os “pacotes comerciais” no turismo comercializam produtos nos quais se pode bronzear ao sol ou desafiar a si próprio em atividades de riscos controladas como em *trekking*, *climbing* ou *rafting*. Entretanto, pontua: tem havido uma tendência de a proposição comercial criar certa “hibridez” no turismo de aventura (combinar os três segmentos para potencializá-los em nome do consumo). Assim, num país que tem na Grande Barreira de Corais um destino turístico mundialmente conhecido, modalidades como o mergulho *scuba diving* (Figura 3) podem atingir o propósito de união dos segmentos, ao usufruir tanto de recursos associados ao ecoturismo, como da tríade mar-areia-sol num ambiente recheado de desafios e tecnologia para a minimização de riscos (WEAVER, 2001).

¹ Em inglês, a sigla remete a *Canada, Australia, New Zealand and United States*.

² Do original em inglês *Sea, Sand and Sun*.

Na Nova Zelândia, nação conhecida internacionalmente como destino temático ao turismo de aventura, Kane e Tucker (2004) expõem um panorama do segmento, buscando aproximações entre os pressupostos teóricos da “aventura” – que geralmente exploram os conceitos de risco, perigo, adrenalina, potenciais para levar o praticante a um incidente/acidente – até por outro lado aqueles associados ao turismo que sugerem diversão, eventos excitantes e experiência segura. Ao analisar elementos provenientes de entrevistas realizadas *in loco* com turistas envolvidos na prática comercial do *kayaking*, sinalizam que tal atividade simboliza uma rica experiência de reafirmação da identidade para seus praticantes, sendo fundada em elementos como proximidade com a natureza, desafio, cooperação e sentimento de liberdade que perduram muitas vezes para além da mera participação naquele momento do “pacote turístico”.

Em relação aos Estados Unidos, Henderson et al (2001) expressam o crescimento de atividades como *rock climbing*, *hang gliding* e *whitewater paddling*, sugerindo o grande desafio para as empresas proponentes: como oferecer essas atividades enquanto operação comercial no turismo, garantindo excitação e risco aos participantes, resguardando contudo a empresa quanto à possíveis acidentes e danos ao ambiente natural.

Em *survey* realizado com 892 viajantes nos Estados Unidos que tinham a aventura como elemento de motivação para a atividade turística, propôs-se uma classificação do segmento em seis subgrupos, diferenciados por suas características de consumo e comportamento de viagens (SUNG, 2004). Reproduz-se a seguir as principais informações daquele estudo:

Quadro 1 – Segmentação de viajantes de aventura nos EUA quanto a características e perfil na prática

Grupo	Características / Perfil
Entusiastas Gerais	Fãs de atividades de aventura, em grande parte formado por homens que praticam atividades com a família ou grupo de amigos de bom poder aquisitivo e que pelo menos uma viagem de aventura por ano.
Jovens com limitados orçamentos	Grupo formado por jovens de 19 a 34 anos de idade e solteiros, com baixo orçamento para gastos com atividades de lazer em geral.

Moderados <i>softs</i>	Formado em grande parte por turistas de meia-idade (35-54 anos) que preferem atividades mais leves de contato com a natureza, como <i>hiking</i> ou <i>camping</i> sem a presença de muitos riscos na prática e realizadas em grande parte com família.
Naturalistas <i>upper high</i>	Assim como os moderados <i>softs</i> , não levam em consideração a busca pelo desafio ou superação dos riscos na escolha de uma atividade de aventura no turismo. Também de meia-idade em grande parte, diferenciam-se do soft pela busca da novidade em destinos exóticos na Europa, África, Ásia e Pacífico Sul.
Viajantes em famílias	Trata-se do viajante casado e com filhos, com alto grau de escolarização e engajados em atividades profissionais. As decisões do destino recebem influência da família e referem-se à prática ocasional de atividades de aventura em práticas turísticas geralmente realizadas em destinos <i>allinclusive</i> .
Viajantes solitários	Têm ênfase na motivação para a prática de atividades que envolvam altos desafios em riscos controlados, como <i>hanggliding</i> ou <i>windsurfing</i> . São em sua maioria solteiros e viajam geralmente sozinhos, apesar de não dispensarem a contratação de operadoras/agências especializadas para cuidar dos preparativos das viagens. Buscam a novidade e o exotismo nos destinos.

Fonte: Adaptado de Sung (2004)

Apesar da preocupação central do autor em estabelecer tal classificação com fins mercadológicos, considerando o perfil do praticante presente nos distintos grupos para sugerir a mais adequada estratégia de *marketing* na promoção de destinos e produtos temáticos ao turismo com ênfase na aventura, entende-se que a importância de tal estudo está na abrangência da amostra e na proposta de caracterização de um dos mais tradicionais públicos na prática desse segmento, o norteamericano.

Voltando ao termo CANZUS, Muller e Cleaver (2000) analisam a força da prática e da promoção do turismo de aventura na geração *Baby Boomers*. A compreensão do artigo é de que geração *Baby Boom* refere-se aos nascidos entre 1945 e 1966 (período pós-guerra), durante o qual as taxas de natalidade se

mostraram praticamente estáveis. Estes *boomers* teriam em comum uma notória condição de tornarem-se alvo específico de *marketing* pela clara inclinação de consumismo, principalmente nos países mencionados no CANZUS.

Ainda segundo os autores, além de abundância natural para usufruto do turismo de aventura naqueles países, esses teriam em comum o desenvolvimento de estratégias de *marketing* para a promoção de produtos temáticos que na geração *Baby Boom* teriam um forte apelo de mercado. Isso ocorreria pelo estilo de vida geralmente adotado por indivíduos nessa faixa de idade, que agora experimentam a maturidade e apresentam poder aquisitivo para pagar por atividades de aventura em suas viagens que envolvam riscos controlados, consumir roupas, equipamentos e toda sorte de produtos associados ao segmento.³

Quando a análise é para além do eixo CANZUS, a América do Sul vem sendo constantemente mencionada como o destino potencial para o desenvolvimento do turismo nos seus vários segmentos. Nesse sentido, vale mencionar o monitoramento constante realizado pela *United Nations World Tourism Organization* – UNWTO, por meio de sua *Secretaría General Iberoamericana* – SEGIB, que publicou em 2006 um documento com as características e tendências do turismo na região da IberoAmérica.⁴ Neste, resultado em grande parte da *IV Reunión Ministerial de Turismo* ocorrida naquele ano na cidade de Colonia de Sacramento, Uruguai, destaca-se que o turismo de aventura pertence ao grupo dos segmentos de maior interesse na região, fundando-se no fato de que em especial os destinos latinoamericanos têm grandes chances de se posicionar com destaque no mercado turístico mundial por possuírem vantagens competitivas únicas no desenvolvimento de produtos temáticos (UNWTO, 2006).

A tendência observada no documento da SEGIB/UNWTO se coaduna com os dados mais atuais publicados no *survey* realizado pela ATTA: nele, a América do Sul aparece como o destino mundial com maior vocação para o turismo de aventura (ATTA, 2007).

Especificamente no Brasil, pesquisas atuais no âmbito mercadológico do turismo de aventura vêm sendo divulgadas em grande parte por intermédio do Ministério do Turismo em interface com as ações da Associação Brasileira de Empresários de Turismo de Aventura – ABETA. Numa delas, em documento intitulado “Relatório Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil”, de 2007, menciona-se que o turismo de aventura atende cerca de três milhões de

³ Este dado reforça a tendência exposta na comentada pesquisa realizada pela ATTA, no sentido de que a faixa de idade mais participativa em atividades de turismo de aventura é a de 41 a 60 anos (ATTA, 2007).

⁴ Além do Brasil, inclui-se no escopo da análise no documento os seguintes países: Andorra, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

turistas por ano movimentando aproximadamente R\$ 300 milhões. De acordo com a pesquisa, dos quase 1.700 prestadores de serviços temáticos, 20% de empresas que atuam no setor ainda operam na informalidade (ADVENTURE Sports Fair, 2007).

Os megaeventos comerciais no setor do turismo de aventura no Brasil vem-se consolidando como realidade e permitem que as empresas que oferecem tais serviços compartilhem de suas operações. Considerada a maior feira de turismo de aventura da América Latina, a *Adventure Sports Fair* tem sido um evento catalisador do fortalecimento comercial do setor no Brasil. O evento teve seu início em 1999, com um público estimado em 42 mil visitantes e R\$19.000.00 milhões de negócios gerados. Em 2004, teve uma expressiva elevação para 64 mil visitantes e movimentação na casa dos R\$75.000.00 (AMARAL, 2005). Em eventos como esse, o setor governamental brasileiro tem promovido suas ações especialmente por meio do Ministério do Turismo.

Em 2007, por meio do Ministério do Turismo Brasileiro, foram definidos 65 destinos prioritários para atingir padrão de qualidade internacional no turismo, beneficiando com essa ação mais de 700 municípios com investimentos diversos de promoção e infraestrutura. O turismo de aventura aparece como segmento de destaque, associado a locais como Fernando de Noronha – PE, Alto do Paraíso\Chapada dos Veadeiros (GO), Foz do Iguaçu (PR), Florianópolis (SC) e Bonito – (MS) Figura 5.

Inúmeros desafios impõem-se para o Brasil e o mundo, a fim de tornar a atividade turística segmentada na aventura mais comprometida com o desenvolvimento social. Ao estabelecer um panorama de crescimento menos preocupado com atividades meramente comerciais na geração de divisas para seus proponentes, as viagens de aventura podem (e devem) ser uma excelente oportunidade para o fortalecimento das localidades temáticas promovendo oportunidades de desenvolvimento e fazendo com que as comunidades receptoras passem a ser devidamente incluídas e mobilizadas nas atividades.

Considerações finais

O setor temático de aventura encontra uma clara interface com a atividades de viagens e turismo e já consta como elemento vital para o incremento das economias globais na sociedade atual.

Contudo, em contraposição à mera faceta globalizante e seus aspectos de *commodity*, o turismo de aventura deve ser compreendido não somente como um compêndio para o desenvolvimento econômico da sociedade, mas como dimensão humana de elevada relevância para a busca de engajamento social.

Entendendo a atividade turística como uma base importante para a proteção natural, histórica e cultural – por sua capacidade de mobilização econômica e política –, defende-se um turismo de aventura próximo de uma prática cultural que afirme valores e identidades, proporcionando geração de renda e oportunidades para a população das localidades temáticas.

Referências

ABREU, J. A. P. de.; TIMO, G. F. Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, R. R. (Org.). *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005. p. 43-70.

ADVENTURE Sports Fair. *Adventure Sports Fair amplia público de negócios e anuncia expansão para 2008*. [2007]. Disponível em: <www.adventurefair.com.br>. Acesso em: 01 set. 2007.

AMARAL, M. C. do. O desafio da Adventure Sports Fair e o turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, R. R. (Org.). *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005. p. 233-245.

ATTA. Adventure Travel Trade Association. *Benchmark 2006: Adventure Travel Practices and Trends Report Unveiled*, Jun. 2007. Disponível em: <www.adventuretravel.biz/release032007.asp>. Acesso em: 01 out. 2008.

DIAS, C. A. G.; ALVES JUNIOR, E. de D. *Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007.

HENDERSON, K. A. et al. *Introduction to recreation and leisure services*. Pennsylvania State College, USA: Venture Publishing, 2001.

JANSSON, A. A sense of tourism: new media and the dialectic of encapsulation/decapsulation. *Tourist Studies*, London, v. 7, p. 5-24, 2007.

KANE, M. J.; TUCKER, H. Adventure tourism: the freedom to play with reality. *Tourist Studies*, London, v. 4, n. 3, p. 217-234, 2004.

MULLER, T. E.; CLEAVER, M. Targeting the CANZUS baby boomer explorer and adventurer segments. *Journal of Vacation Marketing*, London, v. 6, n. 2, p. 154-169, 2000.

PARRINELLO, G. L. The technological body in tourism research and praxis. *International Sociology*, London, v. 16, n. 2, p. 205-219, jun. 2001.

PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo*. São Paulo: Manole, 2000.

- ROJEK, C. Commodification, globalization and leisure: how harmful leisure forms are re-positioned in the global marketplace. In: JACKSON, E. L. (Ed.). *Leisure and the quality of life: impacts on social, economic and cultural development – Hangzhou Consensus*. Hangzhou: Zhejiang University Press, 2006. p. 138-145.
- SUNG, H. H. Classification of Adventure Travelers: behavior, decision making, and target markets. *Journal of Travel Research*, London, v. 42, p. 343-356, May 2004.
- UNWTO Press and Communications Department. *Turismo en IberoAmérica: panorama actual*. Colonia de Sacramento, URU: UNWTO/SEGIB, 2006. Disponível em: <www.unwto.org>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- UVINHA, R. R. Adventure tourism: an environmental ecological dimension in Brazil. In: WORLD LEISURE CONGRESS, 6., 2000, Bilbao. *Proceedings...* Bilbao, Spain: WLRA, 2000.
- _____. Corpo-imagem jovem e o fenômeno do consumo. *Revista Movimento*, Porto Alegre, ano 3, n. 4, 1996.
- _____. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, L. G. G. (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005a. p. 437-447.
- _____. Esportes radicais nas aulas de Educação Física do ensino fundamental. In: MOREIRA, E. C. (Org.). *Educação Física escolar: desafios e propostas*. Jundiaí: Fontoura, 2004. P. 99-111.
- _____. *Juventude, lazer e esportes radicais*. São Paulo: Manole, 2001.
- _____. Lazer na adolescência: uma análise sobre os skatistas do ABC paulista. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.
- _____. Tendências para o turismo de aventura no cenário nacional. In: _____. (Org.). *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005b. p. 269-300.
- WEAVER, D. B. Ecotourism as Mass Tourism: contradiction or reality? *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, London, p. 104112, 2001.
- ZAUHAR, J. Historical perspectives of Sport Tourism. In: HUDSON, S. (Org.). *Sport and adventure tourism*. New York: The Hawort Hospitality Press, 2003. p. 27-48.

Risco e sociabilidade no voo livre

*Giuliano Gomes de Assis Pimentel**

Introdução

O voo livre é codificado como esporte de aventura, predominantemente fruído como opção de lazer, mobilizando tecnologia, conhecimentos meteorológicos e técnicas corporais em torno da busca ancestral de voar. Parece ser um sonho concretizado no coletivo: por envolver desafios e incertezas ambientais, o risco é um fator de *cola social* entre os grupos de praticantes. Racionalmente, as trocas simbólicas entre os pilotos seriam fundamentais para a sobrevivência na atividade e, por consequência, o aspecto primeiro da constituição de sua sociabilidade. Entretanto, é possível argumentar que o risco intensificaria emoções, cujo compartilhamento contagiante insuflaria a pulsão gregária.

Entender o risco deliberadamente assumido no voo livre enseja uma compreensão da lógica interna presente nas redes sociais tecidas – por causa e – por meio dessa aventura desportivizada. Como não se pode pensar em intervenção sobre algo pouco conhecido, faz-se mister ao profissional do lazer e do esporte mergulhar nos significados atribuídos pelos praticantes. Assim, numa perspectiva etnográfica, busquei nessa manifestação corporal uma racionalidade de fundo, expressa em pequenas razões momentâneas. Na perspectiva de Maffesoli (2001), a lógica interna de uma prática esportiva seria a expressão cultural dos seus praticantes, uma singular lógica compartilhada entre poucos.

No entanto, chegar à lógica interna exige uma postura diferenciada: ver a grandeza nas pequenas coisas, sem precisar transferi-las mecanicamente a grandes sistemas de compreensão na tentativa de torná-las aplicáveis a outros

* Docente da Universidade Estadual de Maringá e do Programa Associado UEM/UEL de Mestrado em Educação Física. Pesquisador financiado pelo CNPq e pela Rede Cedes/Min. Esp. Coordenador do Grupo de Estudos do Lazer (GEL), grupo de pesquisa com ênfase em formação/atuação profissional e em lazer não-convencional.

contextos. Até porque, ao fazê-los particulares, é possível articular o risco e a sociabilidade no voo livre com as questões mais gerais que perpassam a concretude dessa prática corporal.

Para tanto, privilegiei a descrição da existência e desenvolvimento de relações no voo livre, imergindo nas experiências com *parapentes* e asas. Em consequência, o presente texto é deliberadamente desigual no espaço dedicado à descrição/análise em relação à sua fundamentação teórica.¹ Aqui, convidado pelo desejo de produzir uma *descrição densa* nos moldes geertzianos, priorizei falas obtidas com pilotos entrevistados e momentos circunscritos da observação participante junto a praticantes que frequentam um ponto de voo conhecido por Três Morrinhos, localizado em Terra Rica, Noroeste do Paraná.

Neófitos no ar

Ao contrário das aves, o homem não possui os movimentos de voar em sua programação natural. Portanto, para realizar o sonho – recorrente à infância – de tornar-se um piloto (ou *voador*), todo iniciante necessita passar por um processo de aprendizagem. Analogamente ao surfista que necessita sintonizar-se com a onda, o voador deve adaptar-se, aprendendo a deslocar-se por meio do vento e das térmicas.

Idealmente o aprendizado no voo livre – independentemente se com asa ou *glider* –, é realizado em local designado de morrinho, barranco ou morrote: um elevado entre 20 e 50 metros de altura, de onde o aprendiz adquire os conhecimentos técnicos básicos do voo. De forma unificada e cumulativa, buscar-se-ia autonomia em quatro blocos de saber, organizados de acordo com o nível de dificuldade: 1) **desmontar e montar equipamento**; 2) **automatizar os movimentos básicos** (colocar o aparelho em simetria com o corpo, correr, *picar*, *estolar*, virar à direita e à esquerda) transferindo-os para situação real de voo; 3) **decolar**, incluindo a interpretação do vento; 4) **pousar**.

O primeiro aprendizado do iniciante consiste em montar e desmontar seu equipamento para uso nas aulas. Para tanto, o instrutor seleciona a asa disponível, correspondente ao peso da pessoa. Embora isso pareça óbvio, o desconhecimento das especificações, associado à má instrução, levou dois dos pilotos pesquisados a situações de perigo por usarem equipamentos errados. Um não conseguia decolar porque usava uma asa com capacidade abaixo de seu peso, enquanto o outro não pousava, pois era muito leve para o tipo de asa-delta que usava.

¹ Para obter a fundamentação teórica e o método do trabalho ver Pimentel (2006).

Quando se adquire prática, a montagem demora em média 20 minutos, mas ainda demanda concentração do piloto. Distrações podem ocasionar em erros na colocação das peças, aumentando o perigo de acidentes. Por isso, é aconselhável o piloto monte sozinho sua asa e depois a submeta à inspeção de um colega experiente.

O segundo aspecto importante no aprendizado refere-se a automatizar os comandos básicos. Uma vez montada a asa, o primeiro desafio é equilibrá-la nas costas e carregá-la até o local de treinamento. Embora o trajeto seja de 20 metros, o esforço nas primeiras vezes é considerável. Não se trata de carregar um equipamento de 28 quilos, mas de conseguir equilibrar os lados direito e esquerdo da asa, considerando que, se ela for aliviada, fica muito leve, e a pessoa sai arrastada pelo vento, ou, se a asa for picada (abaixar o bico) demais, o peso do equipamento torna-se insuportável de ser sustentado por muito tempo.

O aprendiz no parapente luta para inflar seu *glider*, tendo de aprender a controlar sua simetria por meio dos freios. Os movimentos básicos com as mãos, para uma *direção ativa* no Voo, são puxar (aliviar) e levantar (picar) os batoques. Picando, diminui o ângulo de incidência e a curvatura do *glider*, o que lhe confere mais velocidade, com ligeiro afundamento. Aliviando, dificulta a passagem do fluxo de ar, freando o *glider*. Para se realizar uma curva, basta puxar o batoque do lado para o qual se deseja virar. Há ainda movimentos pendulares com a cadeira (direita, esquerda) como formas de compensar falta de pressão em um dos lados do *glider* durante o voo em térmicas.

Portanto, uma vez vencido o desafio de encaixar-se no trapézio (asa) e inflar (*glider*), “picar” e “aliviar” ficam sendo o próximo desafio tanto na asa-delta como no parapente. Abaixar os braços no *glider* é freiar e erguer-se é acelerar. Na asa-delta, levar os braços para baixo (puxar o *speed*) resulta em aumento de velocidade enquanto levantá-los alivia o bico da asa, tornando-a mais lenta. Resumindo, aliviar significa levantar o bico da asa, com desaceleração, e picar (ou bicar), abaixar, aumentando a velocidade.

Embora esse conhecimento não seja difícil de ser raciocinado, sua incorporação demanda dedicação. Quando se está conduzindo uma asa o neófito tem grande dificuldade de organizar sua noção de tempo e espaço, não conseguindo harmonizar sua consciência corporal a partir de sua conexão com o equipamento. Essa dificuldade continua porque a boa condução da asa não só depende de que o bico fique perpendicular ao solo, mas também do encaixe dos ombros no trapézio. Em geral, a primeira aula consome as energias do aluno só em tentar segurar a asa em solo.

Como todo iniciante em uma habilidade motora nova, o movimento sai ineficiente apesar de se fazer força em excesso, com dispêndio desnecessário

de energia. Há uma desestabilização muito forte no aprendiz, pois ele vê as pessoas realizando com facilidade algo que ele não consegue. Por outro lado, há movimentos que parecem simples ao primeiro olhar, mas exigem um nível de coordenação mais elaborado.

Outro fator de estresse no aprendizado do voo livre, na opinião dos entrevistados, diz respeito a vencer o medo. A superação do medo é decisiva para a formação do praticante. Porém, acreditar racionalmente (conforme as teorias) na sustentação de uma asa no ar está longe de anular a incredulidade subconsciente do iniciante. A exemplo da natação em que, mesmo compreendendo as teorias de flutuação e tendo condicionamento para nadar, um iniciante pode ter barreiras psicológicas no contato com o meio líquido; no voo livre esses fatores sobressaem porque a adaptação ao “meio aéreo” trata da flutuação numa substância (o ar) mais invisível e incomensurável que a água.

Assim, realizar um movimento que o bom-senso sempre desaconselhou requer um *descondicionamento* ímpar. Não por menos aprendizes mais velhos relatam o conflito entre o desejo de voar e “uma voz-zinha na cabeça” desaconselhando aqueles movimentos rumo ao vazio do espaço. E, no paraglider parece antinatural estar de costas para o vento de forma a inflar o velame, realizar um giro de 180º e lançar-se ao ar. Ao aprender a decolagem da asa-delta, a pessoa está de frente para a queda e deve correr em toda velocidade até que a asa decole. O instinto de sobrevivência em qualquer animal terrestre é acionado a frear a corrida quando se aproxima de um precipício. No voo livre, esse condicionamento precisa ser quebrado. Quando era encorajado pelo instrutor a dar tudo de si na corrida, um piloto local recorda: “as pernas parecem não querer correr”.

Portanto, não se trata apenas de incorporar ou redimensionar certos movimentos. Cezão, um piloto curitibano, diz acertadamente que o desafio do aprendiz é “transformar o pensamento mais rápido que o voo”. Quando decola do barranco, o aprendiz tem algo próximo a 20 segundos de voo. Numa decolagem dos Três Morrinhos, o voo mais curto durará ainda cinco minutos. Isso significa que o aprendiz, além de ser mais inexperiente, precisa realizar obrigatoriamente toda a sequência de movimentos em um tempo menor que o exigido na situação “real” de voo.

É extensa a descrição dos comportamentos, caso deseje evitar acidentes, a ser incorporados e que serão exigidos nesse pouco tempo. De modo a pontuar a complexidade de ações motoras, trago a cena descrita a seguir pelo Cezão no momento da decolagem, que é o terceiro aspecto imprescindível no aprendizado do voo livre:

Veja só: se você está com a asa no chão. Você já aprendeu a pegada. Você entra embaixo da asa. Encaixa teu ombro embaixo do trapézio o mais nivelado possível. Segura a asa no chão o mais nivelado possível e você levanta ela. São duas posições, mais uma da proa para a quilha. Se você erguer a proa o vento vai entrar por baixo. Se erguer um pouquinho, aquela pressão vai deixar a asa leve. Então ela já está fluando. Você vai sentir os dois lados da asa. Tem que estar nivelado. Depois passa para o plano automaticamente. Nem vai precisar olhar mais (pois sente um lado mais pesado...). Se você corre com um lado mais baixo, a asa volta porque a parte mais baixa vai voar num ângulo menor, é como dois compassos. E não vai consertar mais, não adianta.

Assim, ao abstrair sobre a necessidade de tornar “o pensamento mais rápido que o voo”, Cezão menciona o momento de maturação em que o novato dá conta de pensar e executar todos os movimentos dentro do tempo de voo. Noutras palavras, o voador não pode pensar para fazer. Deve pensar fazendo e fazer pensando. No início, obviamente, não apenas há a dificuldade de fazer todos os gestos, como é necessário obter *feedback* de colegas e instrutores sobre seus movimentos (a postura no encaixe, se aliviou ou picou demais, como foi a troca de mão, entre outros aspectos). É um desafio assimilar e coordenar todos os movimentos no tempo do voo. Porém, para as respostas motoras serem acertadas, a captação de informações do meio e a correspondente interpretação precisam estar integradas entre si.

A integração do corpo com a asa (concomitante a uma interpretação das forças do vento) é evidenciada quando o piloto não mais procura olhar se a asa está na posição; ele agora “sente” a asa, diz Cezão. Essa observação não é casual nem única. Muitos pilotos vêem a asa como uma extensão do corpo. Não interpretam somente o vento pelo fluxo do ar visualizado na biruta e sentido diretamente na derme, mas, também, pela leitura das correntes de ar que agem sobre a vela. A asa passa a “sentir” porque, em estágios elevados de concentração na decolagem, homem e asa compõem um só.

Chegar a esse patamar não é tarefa fácil. Em Terra Rica o rito de passagem de neófito para voador não se resume a um dia. São necessários aproximadamente seis voos com orientação do instrutor por rádio até que o aprendiz receba liberação para ter autonomia sobre suas decisões na decolagem, voo e aterrissagem. No fim desse período de tutela o processo de aprendizagem permanece (indefinidamente), visto que é necessário dominar novas

técnicas para ficar mais tempo no ar ou decolar em condições atmosféricas diferenciadas.

Importa frisar que não há aprendizado sem conhecimento de peças, características da asa, técnicas corporais, noções sobre aerodinâmica, clima e variações corporais frente à mudança de estágio no voar. O voo livre exige uma série de conhecimentos e habilidades que se encontram disponíveis para serem rememorados nos grupos de praticantes. Além da recarga de saberes, se necessita do outro para checagem do equipamento. Em síntese, esse voador precisa, para sua evolução e segurança, incorporar-se em redes de voadores mais experientes.

O racional e o não-razional da socialidade

Ao tratar da sociabilidade (ou socialidade), entendo-a como relações sociais estabelecidas informalmente, sem papéis rígidos. Oliveira (2001), a partir de leitura antropológica da obra de Maffesoli, destaca que o conceito de socialidade remete a trocas de representações culturais ou trocas simbólicas de códigos culturais partilhados, independentemente do grau de racionalidade envolvido na sua elaboração. Daí, a socialidade envolver o compartilhamento de representações (códigos) entre integrantes de determinada coletividade. Esse conhecimento garantiria conhecimentos em comum, atualizados e confrontados mediante aprendizado recíproco nas interações. Portanto, o acesso à representação social dos integrantes de um grupo é uma forma ímpar de compreender suas práticas.

Também se pode concluir que o conhecimento fora do convívio grupal é incipiente e leva o indivíduo isolado a uma alienação crescente. É na efervescência do grupo que renovam-se, oxigenam-se, carregam-se saberes as ideias energias. Longe de se pensar a “socialidade” como uma necessidade racionalizada. Ela é fomentada pela “incompletude” e “finitude” das coisas e do próprio ser humano na sua contínua formação como indivíduo e como parte da coletividade. Por conseguinte, há a ampliação de si no seio do grupo.

Empiricamente, porém, nos primeiros contatos com os pilotos, a impressão que reinava era de não encontrar nem tribos nem grupos institucionalizados. O movimento desordenado de pilotos, subindo o morro em dias e horários diferentes, sugeria não haver sequer um mínimo de articulação entre eles. Observava-se como pessoas muito distantes de buscar interações umas com as outras, mais parecendo praticantes solitários, unicamente voltados para o gozo individual e particular da aventura. A rotina daqueles sujeitos envolvia subir e descer o morro. Em geral, vinham não mais que duas pessoas por veí-

culo. Chegando ao topo, sentavam-se em algum ponto isolado sem estabelecer aproximação com o pequeno, mas ininterrupto, fluxo de curiosos.

Porém, esse isolamento não significava distanciamento das pessoas. Trata-se de uma necessidade relatada por muitos pilotos de sentir o ambiente (as correntes de vento, as formações de nuvens, o voo dos urubus e outros sinais da natureza) para decidir montar ou não seu equipamento. Outros fatores, como o nervosismo a cada novo despegar-se da terra, também explicam essa rotina.

Essa peculiaridade da pouca conversa nos minutos iniciais, quando os sentidos são concentrados para interpretar informações da natureza, é substituída por constante comunicação com outros pilotos ou pessoas do meio, de forma a compartilharem impressões e dados. A rede de interações é bem tecida e complexa. É extremamente difícil um piloto não buscar agrupamento, seja como reconhecimento, proteção, ajuda mútua ou sentimento de pertencimento.

Não obstante essa rede social, em geral, as falas dos pilotos enfatizam as estratégias individuais como modo de controle dos riscos. As mesmas não fogem do trinômio piloto-condição-equipamento. Fazer cursos, checar equipamento antes de decolar, treinar emergências, voar em equipe e realizar avaliação meteorológica são alguns itens adotados pela maioria. Entretanto, outros aspectos são controversos. A aquisição de asas ou *gliders* mais modernos, por exemplo, é condenada por muitos, pois os equipamentos recentes são mais rápidos e instáveis, aumentando os riscos de colapso no voo. Por outro lado, outros advogam que cada piloto deve conhecer suas capacidades, optando pelo equipamento mais adequado à sua performance.

Assim, a adoção de uma ou mais estratégias é costumeiramente associada ao conhecimento próprio quanto a possibilidades e limites do corpo. Como o risco de mortes ou lesões em acidentes é considerado alto (uma chance em duas, afirmam alguns), todo piloto precisa conhecer seu limite. Otávio, um piloto catarinense, expressa esse entendimento do limiar da seguinte forma:

No voo, os erros cometidos são cobrados com rigor: não existe perdão. Assim, procuro ter um bom conhecimento técnico que me permita avaliar com segurança os parâmetros envolvidos a cada momento. Exemplo: condições meteorológicas, características da rampa em uso, restrições do pouso, deficiências do equipamento, meu estado físico e psicológico etc. Cada piloto tem seus parâmetros próprios para atribuir um grau de importância aos itens por ele observados. Ao ser ultrapassado o seu limite, ele não decola.

O contraditório em falas como a anterior é perceber como os pilotos transferem a responsabilidade para o nível privado, individual, se nas observações a troca de informações, os auxílios e checagem mútuos são dinamicamente oferecidos e buscados. Isso não significa que o risco seja tratado de forma racional, uniforme e individualizada. Há discrepância entre os equipamentos de segurança, estoque de conhecimento técnico e apoio grupal, o que reforça as diferenças entre pilotos no tocante ao risco no voo.

Um aspecto importante é a capacidade dos voadores mais experientes de identificarem, entre pilotos desconhecidos, quem necessita de mais acolhimento e ajuda. Pelo que pude notar, boa parte das rampas é pública não sendo necessário um reconhecimento institucional para subir os morros, pois o próprio equipamento (cada vela revela um nível de performance), acessórios, linguagem técnica, expressão corporal e a maneira como se monta a asa ou parapente denunciam a qualidade do piloto. De fato, não observei ninguém anunciar aos outros seu nível (de I a VI). É ao se observarem reciprocamente em voo que os pilotos reconhecem o patamar de cada um.

Outro aspecto importante de sua socialidade diz respeito ao tratamento dado aos não-iniciados. Embora não dirijam total atenção aos curiosos, os pilotos, em geral, demonstram seu material e respondem às perguntas. Nos primeiros contatos, ia conversar com os pilotos e era recebido como um simples observador. Esse reconhecimento impunha limites de acesso ao universo deles. A principal barreira, no entanto, era terminológica. Em tom audível, dizia um deles: “Nossa, estou drenado. Vou fazer picar o *speed* até o saco para fazer um prego mesmo porque está muito chacoalhado para eu ralar o morro em *lift* e as térmicas estão muito merrecadas para eu enroscar numa ascendente”. Ser do grupo é compartilhar de certos códigos, valores e, claro, uma linguagem.

Tais falas denotam certa emulação entre eles, visando o uso mais rico de termos técnicos, também fundam uma barreira aos não iniciados. Porém, quando a pessoa apresentava interesse em aprender a voar, havia maior atenção, principalmente por parte de quem é instrutor. Afinal, um curioso pode vir a ser um futuro colega ou aprendiz.

Nesse sentido, as redes de relação no voo livre assumem tipificações e convenções formais, mas, ao mesmo tempo, apresentam uma porosidade maior do que as relações na vida cotidiana. Essas barreiras e acessos ao mundo dos voadores parecem seguir uma dinâmica de repulsão/atração de acordo com o capital cultural de cada interlocutor e, principalmente, o quanto ele externe saberes e sentimentos que o identifiquem como um promissor (futuro) integrante do grupo.

Por conta dessas constatações, seria razoável concluir que as relações sociais são pautadas por interesse em aumentar o grupo, garantindo sua renovação/perpetuação, além dos fatores segurança (ter alguém para checar meus equipamentos) e intercâmbio de conhecimentos. Porém, a socialidade, por diferir do conceito estático de grupo social, não é algo fácil de ser notada pelos instrumentos de pesquisa. Se numa primeira visão, eu sentia serem os pilotos indivíduos pouco sociáveis, o aprofundamento nas observações e as entrevistas permitiram-me detectar coesão, afetividade, paixão, desejos relacionados à pulsão individual de voar. Individual, em termos, porque as afinidades iam aparecendo, dando a esse comportamento errante, suicida ao primeiro olhar, uma organicidade típica das socialidades contemporâneas.

Buscas e rejeições na socialidade

Não foi objetivo do estudo compreender a estrutura interna de todos os grupos de afinidade, mas, o trabalho de campo permitiu estabelecer uma organização aproximada dos mesmos com base em quatro critérios que definem cada piloto: a) meio pelo qual voa – asa ou *glider*; b) época de aprendizado (com um recorte – antes e após 2001, data de novos investimentos no voo); c) município de residência (numa dicotomia mais esquemática que nativa – “os de dentro” de Terra Rica e os “de fora”, residentes noutras cidades); d) condição civil – sem relacionamento fixo e os casados, o que implica compromissos, inclusive de lazer, com o cônjuge e uma série de negociações para viabilizar as idas ao morro.

Quanto mais desses itens coincidirem, mais se verifica uma proximidade ético-estética intra-grupal porque as condições de vida tendem a aproximar percepções e sensibilidades. Vale lembrar que o sentido gregário é estimulado desde a época de aprendizagem intragrupo e intergrupos. Durante o período de aulas no barranco, é comum a divisão de gastos com alimentação e transporte, além da motivação conjunta. Quando se é piloto recém-formado, ainda não há confiança suficiente, sendo necessário o apoio de pessoas mais experientes.

Uma estratégia é procurar voar nos mesmos dias e horários de outros pilotos, mas, em geral, o piloto nos seus primeiros voos autônomos busca ventos mais lisos e fracos, sem muitas térmicas, típico de final da tarde ou início da manhã. Já pilotos mais avançados procuram as térmicas que lhes permitem subir grandes altitudes e viajar longas distâncias (*cross country*). Como nem sempre os melhores dias para pilotos nível I e os mais experientes coincidem, o recurso é o agrupamento entre colegas de formatura.

Porém, seria incorreto considerar que seu sentido gregário seja comandado exclusivamente por uma necessidade instrumental. De fato, o estar junto e a necessidade de segurança complementam-se. Fernando, por voar sozinho em sua região (Campo Mourão-PR), afirma ter ido algumas vezes para Terra Rica, acompanhado de sua esposa, para não perder esses laços e, também, para atualizar seus saberes e destrezas em meio aos saberes coletivos. A oportunidade de ver e ser visto não é menos forte na sua fala. Assim se expressa:

Eu moro numa região que na minha cidade só tem um voador. E eu costumeiramente canso de ir por morro sozinho. Então, essa é minha maior dificuldade. Porque se eu tivesse num grupo com outras pessoas, o esporte desenvolve mais. É uma troca de idéias. É informação. É o pique de ir todo mundo pro morro, tentar voar. Então, pra mim acaba sendo um esporte muito solitário... apesar de que o voo em si é solitário, você está lá em cima sozinho. Mas, você ir para o morro sozinho, e voar, e depois não ter ninguém para comentar, pra trocar idéia até pra se gabar: *puts, que baita Voo que eu fiz hoje*, é meio complicado. Então, eu faço minha cadernetinha de minhas horas de Voo e jogo ali as minhas idéias, mas é uma... Então por isso que vez ou outra eu venho para Terra Rica pra estar em contato com outros, informação, para conversar, voar junto, é bem gostoso.

As colocações de Fernando trazem à superfície não uma, mas várias razões para se estar em grupo. Sua fala, de fato, é polissêmica, diverge e diversifica sobre os significados da socialidade no voo. Chama atenção a insuficiência do registro de suas descobertas na caderneta. Oliveira (2001) avaliou bem ao considerar a grupalidade um depositário das representações individuais que, confrontadas, formam as representações coletivas, o senso comum de uma tribo. Tal compartilhamento informal, permeado de impulsos gregários e afirmação da autonomia, denotam como a socialidade, ao emergir da desestruturação das relações formais, é capaz de construir coisas novas, incluindo saberes voltados para a autonomia e para a interdependência.

Esse saber é nômade, não se fixa exclusivamente em alguém ou num lugar. Está incorporado, por múltiplas atualizações, em cada pessoa do grupo que, por sua vez, dada a efemeridade e permeabilidade dessas agregações, comunica-se com outras socialidades, compartilhando sensações e conhecimentos numa infindável troca simbólica.

O estar junto é evidenciado como uma forma análoga a voar por Marcos, piloto da região, para quem o voo livre não trata de um esporte individualista ou se resume a estar fisicamente voando. Existem outras sensações prazerosas e salutares:

A gente não vem só para voar. A gente vem para rever os amigos em cima do morro, comentar o que foram os voos passados, a respeito dos equipamentos que estão saindo. Então é uma terapia completa no meu modo de ver. Então, isso influencia diretamente no meu comportamento durante a semana. Enquanto a gente espera o vento, bate papo dos voos anteriores. É o que foi o voo anterior, um contando as suas experiências e... o que foi, o perigo, as alegrias. É sempre um bate-papo sobre voo. O assunto não difere quase nada do que é voar. A gente sempre brinca ainda que a gente tá voando no chão.

O piloto não é o único a relatar que sente sua participação (voando ou interagindo socialmente) influir positivamente no comportamento semanal. É preciso, no entanto, diferenciar essa percepção de bem-estar (“terapia completa”) como um mero resultado instrumental decorrente dessas reciprocidades entre o sujeito e sua comunidade.

Em suas falas, os voadores dão destaque ao atendimento (aparentemente) desinteressado dos outros pilotos nos momentos decisivos da decolagem, minorando chances de acidentes “roubadas”. Uma “roubada” pode resultar não só em frustração do prazer do voo, mas desencadear acidentes com lesões ou mesmo morte. É preciso estar bem para cuidar do outro, da mesma forma que eu sei – para além de uma lógica racional – que o outro precisa estar bem para cuidar de mim. Logo, o estar bem e o estar junto são recíprocos.

Entretanto, sendo as concepções pautadas pela mescla de elementos contraditórios, é evidente que os pilotos não reduzem, em suas concepções, sua sazonal socialidade a trocas cognitivas e de proteção. Mas, também, põe em relevância o prazer sentido pela companhia do outro, conquista afortunadamente, para eles, vinda de forma desestruturada e voluntária.

Como além dessa ambiguidade é próprio da natureza das comunidades ético-estéticas a fluidez, a provisoriabilidade e o pluralismo, não se espera um esgarçamento do tecido social no seu sentido clássico. Onde não há contrato social é impensável falar de quebra das normas de convivência. Mesmo assim, as falas nas entrevistas ocultam rivalidades e oposições (tão provisórias quanto

as afinidades e complementações) entre os pilotos. Nas conversas dos mesmos em seus subgrupos, coletei comentários desairosos sobre voadores que: são seletivos demais em seus voos; mostram atitudes pouco cooperativas; fazem apenas *voos prego* (sem regularidade, com permanência apenas alguns minutos no ar); abandonam o aprendizado ou a prática do voo livre.

Em geral, há uma recriminação, na forma de chistes, aos pilotos que não voam regularmente. Mais uma prova de que não é uma posição fixa na estrutura social que garante a honorabilidade do voador no grupo, mas a seu envolvimento com a prática. Talvez porque os não praticantes representem maus exemplos, abrandando a incandescência desejada pelo coletivo de ver o espaço aéreo tomado por muitas asas e o morro povoado de voadores em suas trocas simbólicas.

Para o microsistema de valores dos grupos em Terra Rica, o critério de pertencimento é voar. Pessoas estranhas, quando acompanhadas de pilotos conhecidos, são sempre indagadas pelo “você é piloto?”, seguida da incontida fisionomia de decepção em caso de negativa. É inegável a diferença de tratamento dada ao pesquisador nos seus três momentos: como observador comum, como pesquisador indicado pelo piloto mais influente e, finalmente, como alguém que começou fazer o curso. Mesmo não voando com eles, as pessoas chegavam para me cumprimentar, sorriam, faziam confissões, aconselhavam sobre técnicas e equipamentos, entre outros diálogos próprios aos “de dentro”. Não ser reconhecido como piloto representa uma barreira para o acesso.

Não bastasse a posição externa e o menosprezo pelos pilotos menos apaixonados pela atividade, identifiquei uma divergência entre pilotos de parapente e pilotos de asa-delta. Em Terra Rica, apresenta-se mascarada sob o élan do sentimento maior compartilhado (voar), mas não deixa de fazer-se presente, especialmente no receio do ‘pessoal da asa’ de perder sua hegemonia nos Três Morrinhos.

Contribui para essa subdivisão (*glider x asa*) as peculiaridades técnicas na montagem, decolagem, navegação e pouso em cada equipamento. Assim, percebia uma predominância de conversas e auxílios entre pilotos do mesmo tipo de vela. Nas falas corriqueiras, ao se referir ao outro tipo de equipamento, era comum cada qual buscar atributos positivos para sua escolha ou mesmo desqualificações jocosas sobre os praticantes da outra modalidade.

Essa emulação, especialmente nas conversas pós pouso – as mais descontraídas – era percebida nas brincadeiras entre os pilotos de asa que, entre outras referências ao *glider*, diziam ser uma “coisa perigosa”, algo “muito lento”, “um absorvente feminino no ar”, um “pano de chão voando”, uma “ameba no mar” enquanto a asa era o “golfinho” ou ainda que era muito fácil de navegar se comparado à técnica exigida na asa.

É inescrutável o valor que esses conflitos (intra e extra voadores) assumem na constituição e destituição da socialidade entre os pilotos. Todavia, eles são um indício para não se tomar de forma romantizada as relações cooperativas entre participantes de atividades de aventura, nas quais também há antagonismo.

Considerações finais

Percebemos, a partir de Maffesoli (1997), que a tribalização do mundo surge como resposta da potência de socialidade diante do isolamento do indivíduo. Sentimento gregário quase sempre fugaz, porém intenso, como observado nos Três Morrinhos. E é nesses momentos de intensa empatia que a ideologia da responsabilização do indivíduo tem a sua relativização. Juntos, os voadores consideram-se mais preparados para enfrentar as “roubadas” e evitar que, em redescobrimo a vida no voo, percam-na por algum descuido individual. A força do coletivo atua, conforme a fala de um voador local, Passarinho, como uma proteção: “Sempre quando um tá numa roubada o outro vai lá e tira. Então é um companheirismo muito forte, cara. É uma amizade, acho que tá em primeiro lugar. No Voo livre isso é muito importante. Quando um vai o outro vai também”.

Socialidade marcada pelo interesse em estar com o outro e ajudá-lo no que for possível. São etnograficamente ricas as expressões de expectativa, horror, fascínio e satisfação dos pilotos em solo quando assistem os colegas, respectivamente, nas situações de decolagem tensa, “roubadas”, manobras difíceis e ascensão nas térmicas. Há diversos ex-pilotos que, apesar de não voarem mais devido a sequelas (físicas, psicológicas), acompanham os companheiros de voo nas viagens com o intuito de assessorá-los e compartilhar sensações.

Não obstante essas interações apaixonadas interferirem na dimensão da segurança diante dos perigos, elas não apagam a autonomia e a responsabilidade do indivíduo em suas percepções e decisões no voo. Até a conjunção verbal utilizada quando se refere a um acidente está na voz ativa e individual: “ele cristalizou”; “ela arborizou”; “eu bati contra a montanha...”. Na verdade, essa ambiguidade não se resolve, existindo paralelamente à imersão no tribalismo e à ênfase no indivíduo. Somos seres multifacetados, inclassificáveis.

Neste capítulo busquei articular risco e socialidade no contexto do voo livre. Essas questões foram surgindo concomitantemente às incursões na realidade estudada, cujo conhecimento mais aprofundado revelou desafios em relação à adoção de um esporte de risco por sujeitos adultos, numa fase da vida consumida no universo do trabalho. Esses indivíduos, por conta dessa opção de lazer, foram reunidos e criaram identificações em torno de afinidades.

Nem por isso a maioria rompeu com as identidades já construídas no âmbito do trabalho e da residência. Estabeleceram uma forma paralela de vida, tendo no esporte voo livre uma possibilidade de estabelecimento de laços sociais menos formais e de deslocamentos (turísticos?) para diferentes locais de voo (portanto, de novos encontros). Por isso, pensar esse esporte como um mero interesse físico-esportivo do lazer é uma temeridade tanto quanto acreditar que a responsabilização individual é a resposta para a gestão dos riscos nas práticas corporais de aventura. Pelo contrário, num atrevimento conclusivo, as evidências revelam a vitalidade das redes sociais no campo do lazer esportivo.

Referências

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1997.

_____. *Elogio da razão sensível*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Fabiano Viana. *Indivíduos em “Rizoma”*: a sociabilidade em rede de um grupo formado a partir da internet. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. *Risco, corpo e socialidade no Voo livre*. Tese (Doutorado em Educação Física)–Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

Quem é quem no montanhismo brasileiro

*Cleber Augusto Gonçalves Dias**
*Edmundo de Drummond Alves Junior***
*Zenaide Ribeiro Mariano****

Em nosso esforço de compreensão dos sentidos assumidos contemporaneamente pelos esportes na natureza, temos nos dedicado, entre outras coisas, a acompanhar – por meio de abordagem etnográficas – eventos e atividades ligadas ao montanhismo. A escolha justifica-se em parte por vermos no montanhismo uma das modalidades mais representativas desse campo esportivo específico. Foi o montanhismo, ao lado do iatismo (e talvez da canoagem), uma das primeiras práticas a se desenvolver no âmbito do conjunto de modalidades a que temos chamado *na natureza*. Mais que isso, seu desenvolvimento parece-nos uma espécie de exemplo paradigmático da maneira como seus adeptos vivenciam e apreendem essas experiências esportivas. Mesmo sendo ainda pouco popular no Brasil, as imagens, as noções-chave, o vocabulário e todo o imaginário envolto em sua prática parece impregnar um conjunto de representações referentes a esse tipo de esporte. De certo modo, ao se evocar a noção de esportes na natureza, vem-nos a mente, quase de pronto, a imagem de alguém caminhando pela montanha, de pé sobre uma escarpa ou dependurado em uma corda.

* Doutorando em Educação Física (Unicamp); coordenador do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Natureza (UFF); autor de “Entre o mar e a montanha: esporte, lazer e natureza no Rio de Janeiro” (EdUFF / 2007) e “Urbanidades da natureza: o surfe, o montanhismo e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro” (Apicuri / 2008).

** Doutor em Educação Física, professor associado da Universidade Federal Fluminense, autor do livro “Entre o mar e a montanha: esporte, lazer e natureza no Rio de Janeiro” (EdUFF / 2007), organizador dos livros *Lazer e Cidade: Reflexões sobre o Rio de Janeiro* (FAPERJ/SHAPE, 2008) e *Envelhecimento e Atividade Física* (GEF/ANIMA/ANG, 2005). Responsável pelo Grupo de Pesquisa Esporte Lazer e Natureza (GPEN) e do Núcleo de pesquisas da Rede CEDES na UFF.

*** Professora de Educação Física, formada na UFRJ, atuando na rede municipal de educação de São Gonçalo. Faz parte do grupo de pesquisa Esporte, Lazer e Natureza, da UFF. Tem estudado o lazer nos parques naturais e, em especial, o acesso a este lazer.

Nesse sentido e por conta disso, temos acompanhado há alguns anos a abertura da temporada de montanhismo do Rio de Janeiro. Trata-se de um evento realizado anualmente pelos montanhistas cariocas a fim de marcar, simbólica e oficialmente, o início da abertura da temporada de escaladas na cidade. Tal atividade funciona como uma demarcação para o calendário esportivo dessa modalidade, pois o período em que se realiza o evento (geralmente em maio) é o das condições meteorológicas mais propícias à prática do esporte: relativa queda da temperatura aliada a escassez de chuvas. Na prática, é oportunidade para uma grande confraternização que congrega todos os clubes de excursionismo da região, reunindo, de maneira bastante alegre e festiva, um considerável contingente de esportistas, dirigentes, comerciantes e entusiastas em geral.

Da nossa parte, é a oportunidade para termos num só lugar e de modo concentrado, um pequeno exército de pessoas a serem contactadas, entrevistadas e observadas. Em outra oportunidade, apresentamos algumas considerações que buscavam inferir, por meio de uma observação participante, elementos sobre o montanhismo em geral a partir desse evento em particular. Na ocasião, tentamos nos concentrar nas peculiaridades comportamentais dos grupos presentes ao evento. Nesse sentido, mencionamos simbolismos e significados do local em que se realiza o encontro, traços identitários distintivos e facilmente perceptíveis, associações com discursos preservacionistas, possíveis contradições ou conflitos estruturantes entre alguns dos valores anunciados e práticas efetivadas (DIAS; ALVES JUNIOR, 2007).

No entanto, dessa vez, ocorreu-nos que as circunstâncias poderiam configurar-se como a chance para o esboço de um experimento de outra natureza. Nossa ideia então foi a de nos concentrarmos em dados e elementos quantitativos que garantissem o conhecimento de certos aspectos que, até ali, aparentavam ser um tanto obscuros, além de potencialmente úteis para a compreensão geral dessa prática. Pensávamos, por exemplo, no silêncio quase absoluto de informações sobre o perfil de quem pratica montanhismo no Brasil. E, uma vez que parte das nossas preocupações tem sido saber quem é o praticante de esportes na natureza, julgamos que seria pertinente perguntarmos, mais abertamente, a quem esses esportes atraem e por quê? Sob este aspecto, pretendíamos agora, em um universo numericamente ampliado, saber quem eram, o que pretendiam, do que gostavam ou o que os impulsionava. Em vez, portanto, de tentarmos investigar suas composições, motivações, gostos e predileções por meio de abordagens qualitativas, microscópicas, pretendíamos obter, disponibilizar dados e informações de ordem mais numérica a respeito de sua constituição.

Assim, na abertura da temporada de 2007, que teve uma estimativa extraoficial de que mais de mil pessoas tenham circulado pelo evento ao longo do dia, entrevistamos 110 praticantes que estiveram no local. Utilizamos um questionário fechado com 27 itens de múltipla escolha, dividido em quatro blocos de questões cujo preenchimento esteve a cargo de pesquisadores –alunos e estudantes vinculados ao nosso grupo de pesquisa. No primeiro bloco tínhamos sete questões relacionadas aos dados pessoais do entrevistado (idade, sexo, ocupação ou local de residência). Em segundo lugar, havia um pequeno bloco com três questões referentes à participação na própria abertura da temporada, onde se perguntava em quantos eventos daquele tipo o entrevistado esteve presente, o que o motivava e se pretendia retornar no próximo ano. Em terceiro lugar, mais sete questões ligadas à vida esportiva do entrevistado: há quanto tempo praticava o montanhismo, se haviam se iniciado por intermédio de algum clube, se já haviam participado (ou participavam ainda) de clubes ou associações, há quanto tempo o faziam e com que regularidade. Em quarto lugar, tínhamos um bloco com 10 questões relacionadas à maneira de se praticar o montanhismo. Tratava-se de perguntas sobre a frequência e o tempo de permanência no local de prática, critérios e predileções para a escolha desses locais, assim como as de suas companhias e das técnicas de escalada empregadas.

As pessoas a serem entrevistadas eram escolhidas aleatoriamente, sendo a condição de praticante o primeiro e único critério para efetivarmos a entrevista.

Com antecedência de algumas semanas, apresentamos o questionário à direção da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro – que é a responsável pela organização do evento – a fim de termos, além do seu apoio e anuência para a aplicação dos mesmos, críticas e sugestões sobre o modo de formulação das questões. Depois de ampla colaboração, que ajudou decisivamente a adequar nossas perguntas às categorias de pensamento próprias do montanhismo, a direção da entidade apresentou-nos uma demanda, que incorporamos ao nosso instrumento. Eram perguntas que pretendiam determinar a média percentual de adesões à federação, o índice de satisfação ou insatisfação acerca do seu modo de atuação, bem como colher comentários, críticas e sugestões, e que foram incluídas como um quinto bloco de três perguntas. Por se tratarem de questões muito específicas e ligadas diretamente às necessidades de gestão da federação, não apresentaremos aqui seus resultados.

Panorama

Como primeiro perfil geral dos que participaram dessa pesquisa tem-se uma ampla maioria de homens (79%), entre 20 e 39 anos (61%), com ligeiro predomínio da faixa de 20 a 29 anos (31%), profissionais liberais (32%) ou empregados do setor privado (30%), moradores da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (41%) e que dispõem de condução própria (65%). A maioria esteve presente em cinco ou mais destes eventos (53%) e é constituída por um público que participa da vida associativa dos clubes de montanhismo (69%). Nesse grupo a maioria (25%) declarou que participa há um tempo que varia entre dois e cinco anos, embora haja também um grande número de participantes desses clubes há mais de 20 anos (22%).

De início é interessante observar como alguns desses índices – sobretudo aqueles sobre o sexo dos esportistas – aproximam-se de outras pesquisas realizadas. De acordo com o “Censo de praticantes de montanhismo e escalada *indoor*”, realizado pelo “mundo vertical”, em 2005, com amostra total de 1.469 pessoas que acessavam e respondiam ao questionário livremente através da Internet, o montanhismo no Brasil é composto por 83% de homens e 17% de mulheres. Próximo a isso, em uma enquete realizada em 1991, pela revista *Mountain Voices*, entre os seus assinantes, apontou-se para um público de 78% de homens e 22% de mulheres (FRECHOU, 1992, p. 2).

Os principais motivos para visitar o evento estão relacionados à sociabilidade, na qual “rever e acompanhar amigos” aparece como a principal motivação em 71% das respostas obtidas. Destacam-se, ainda: a “curiosidade” e o “comprar equipamentos”, que aparecem, respectivamente, com 11% e 8% do total de respostas. Todos os entrevistados informaram que pretendem comparecer novamente no ano seguinte.

Entre os esportistas que mantêm algum vínculo com clubes ou associações, a maior parte vai a reuniões e encontros semanalmente (32%); enquanto aproximadamente 13% declaram fazê-lo a cada 15 dias. Ao mesmo tempo, os clubes não parecem tão decisivos para a iniciação esportiva dos entrevistados. A distribuição entre os que se iniciaram por intermédio de algum clube e os demais (iniciaram por outros canais de socialização) é bem igualitária (49% e 51%, respectivamente).

A prática do montanhismo acontece principalmente nos fins de semana (81%), ocupando geralmente manhã ou tarde (44%); ou por vezes o dia inteiro (42%). Os que declaram praticá-lo apenas “algumas poucas horas” compõem 8% do total, enquanto aqueles que costumam fazê-lo por mais de um dia constituem 6%.

Os montanhistas geralmente procuram e são atraídos por locais que possuam “belezas cênicas e paisagísticas” (18%), com “variedade de trilhas e vias” (16%) e que apresentem “desafios técnicos” (15%). Para tal, gostam de ser acompanhados por pessoas com quem tenham afinidade (20%), que possuam “bom condicionamento físico” ou “habilidade técnica” (ambos 17%). “Disponibilidade de tempo” e “posse de materiais” são critérios de escolha dos parceiros de escalada que aparecem em seguida, com 16% e 12%, respectivamente.

Os tipos de escalada preferidos pelos entrevistados são, em primeiro lugar, as de agarra (21%). São escaladas que se realizam por meio do apoio em pequenos acidentes rochosos na parede da montanha. É uma forma de escalar que materializa toda uma nova concepção esportiva, ligada ao surgimento de uma nova mentalidade no esporte, além do desenvolvimento de uma gama de materiais, técnicas e equipamentos, que pouco a pouco foram viabilizando outras possibilidades performáticas durante a escalada (DIAS, 2008).

Em segundo lugar, aparecem as “fendas” (17%) e as “aderências” (17%). A primeira diz respeito a escaladas realizadas por meio do apoio em pequenas fissuras disponíveis na parede da montanha; a segunda fala de escaladas realizadas em paredes rochosas mais lisas, nas quais apenas a aderência formada pelo atrito do corpo ou do calçado do esportista com a rocha oferece o apoio para a ascensão. Ambas estão ligadas, em certa medida, aos mesmos elementos que impulsionaram a escalada por “agarras”.

Em terceiro e quarto lugares na preferência dos praticantes aparecem, respectivamente, as “chaminés” (14%) e os “*boulders*” (13%). As chamadas “chaminés” são grandes fissuras na montanha e constituem uma técnica mais antiga que parece ter caído em relativo desuso após o surgimento daquelas novas concepções. Os *boulders* são pequenos blocos de pedra, geralmente com tamanho inferior a seis metros de altura, escalados sem o uso de equipamentos de segurança. O desenvolvimento dessa técnica tem aberto algumas novas possibilidades, como, por exemplo, a entrada em cena de novos atores. Pessoas até então alheias ao universo de referências desse esporte podem passar a sentirem-se atraídas pela possibilidade de praticar a escalada sem a necessidade de terem que adquirir os onerosos equipamentos. À medida que esses personagens ocupam e se fazem presentes nos espaços (ou nas imediações dos espaços tradicionalmente utilizados), vão também acionando uma nova escala de valores, carregando consigo novas maneiras de atribuir-lhes significado e se apresentando como portadores de outra cosmologia.

Não por acaso, essa é uma modalidade do montanhismo que, desde sempre, esteve acompanhada por um estigma de preconceito. A princípio idealizada para ser uma forma de treinamento para ascensão de grandes montanhas, a

escalada em pequenos blocos de rocha (o *boulder*), nunca deixou de ser visto, no dizer depreciativo de alguns montanhistas, “como um mero treino para as montanhas”. Mesmo nos dias de hoje, quando a modalidade já conquistou sua autonomia em relação a outras modalidades de montanhismo, a prática ainda é vista por muitos escaladores – sobretudo aqueles que se intitulam como adeptos do montanhismo tradicional – como algo menor e pouco interessante. Aqueles que por ventura decidirem se dedicar exclusivamente à prática do *boulder* nunca estarão em condições de serem reconhecidos pela comunidade de escaladores como montanhistas de verdade. De fato, uma vez que esse novo grupo de praticantes não compartilhem o mínimo de convicções com os praticantes já estabelecidos chegando, em alguns casos, a não aceitarem as regras do montanhismo estabelecidas por meio dos usos e costumes da comunidade, poder-se-á ter uma luta pelo estabelecimento da modalidade mais legítima de se praticar o montanhismo. “A presença de novos atores nesses espaços significa a imposição de uma reordenação de todo um código de conduta, que traz consequência à própria ressignificação dos sentidos gerais desses espaços” (DIAS; ALVES JUNIOR, 2008, p. 129).

Os meninos e os coroaos

Para obter um perfil mais detalhado, procuramos verificar as realidades e preferências nos diversos grupos de entrevistados. Interessava-nos saber se existiam diferenças no modo de se relacionar com o esporte de acordo com a idade, o sexo ou as formas de participação nesse universo esportivo. Em outras palavras: um montanhista mais velho iria conceber sua prática de maneira significativamente diferente da de um jovem; um homem o faria em relação a uma mulher; alguém que participa de clubes o faria em relação a quem não o faz. O primeiro grupo de correlações levantadas é referente à idade dos montanhistas.

Observamos que, entre os mais jovens (20 a 39 anos), há uma grande proporção (40%) de pessoas que não participam de nenhum clube ou associação; proporção que diminui conforme aumenta a idade dos entrevistados. Mesmo assim, em qualquer idade, a maior parte dos entrevistados mantém algum vínculo institucional. Exceção é a faixa etária menor de 20 anos, na qual só tivemos um entrevistado que não era participante de nenhum clube.

Esses dados corroboram com um entendimento que vínhamos apontando em outras reflexões no sentido de indicar a importância da vida associativa e dos canais institucionais formais dentro deste esporte. Em outras palavras, essas instituições são, nesses caso,

instâncias privilegiadas onde a ação esportiva desses atores se inscreve [...] um meio de efetivação histórica dessas subculturas esportivas; lugar onde um emaranhado de ideias e convicções se organiza e ganha corpo palpável [...] quem oferece um modelo esportivo a ser seguido (DIAS; ALVES JUNIOR, 2007, p. 86-94).

A tendência, confirmada pelos números, de que as gerações de esportistas mais jovens não se associem a esse tipo de organização, parece recente e deve estar relacionada aos últimos desdobramentos do desenvolvimento desse campo esportivo, bem como (de maneira mais geral) às novas configurações e modos de organização da juventude no mundo contemporâneo.

Quanto à frequência à prática do montanhismo, a idade não parece ser um diferencial. Em todas as faixas etárias é grande o número de pessoas que o praticam todas as semanas. Mesmo entre aqueles que declaram permanecer costumeiramente mais de um dia na montanha há uma presença equitativa de todas as faixas etárias.

O mesmo se pode dizer quanto à preferência por determinadas técnicas ou modalidades de escalada, isto é, os diversos tipos técnicos de escalada encontram quem os prefira em todas as idades. Entretanto, é na faixa de 40 a 49 anos que essa preferência é mais distribuída e equilibrada.

Em linhas gerais, a idade também não altera os principais critérios para considerar um determinado lugar como bom para o montanhismo, nem os principais critérios usados para considerar uma pessoa como um bom companheiro de montanha. Entretanto, considerando todo o conjunto de qualidades de um bom parceiro para ir à montanha, vemos que há algumas mudanças entre as faixas etárias. O condicionamento físico, por exemplo, será menos considerado na faixa mais jovem (12%), atingindo um pico entre os 40 e os 49 anos (18%). A habilidade técnica, por seu turno, é considerada cada vez menos importante com o avanço da idade. Disponibilidade de tempo aparece como segunda característica mais importante para aqueles acima dos 50 anos (16%), atrás apenas da afinidade, que é a característica mais importante em todas as faixas.

Homens e mulheres

A comparação entre as preferências de homens e mulheres mostra algumas diferenças, a começar pelos critérios utilizados para se considerar um lugar como bom para o montanhismo. Enquanto os homens tendem a preferir “locais com variedade de vias e trilhas” (23%), critério seguido de perto por

“belezas cênicas e paisagísticas” (21%) e “desafios técnicos” (21%), as mulheres tendem a preferir sempre as “belezas cênicas e paisagísticas” (27%), aparecendo em segundo lugar a “variedade de vias e trilhas” (22%) e, em terceiro, os “desafios técnicos” (18%).

Nota-se que, embora as duas primeiras preferências sejam as mesmas (em ordem inversa), há grande diferença na quantidade proporcional de respostas obtidas para cada uma. Se o item “belezas cênicas” apresenta poucas diferenças, “variedade de vias e trilhas” e “desafios técnicos” foram escolhidos por um percentual muito maior de homens do que de mulheres, indicando que são mais valorizados por aquele grupo que pelo último.

Quanto à frequência da prática do montanhismo, a diferença apresenta-se especialmente na opção “diariamente”, não apontada por nenhuma mulher. Isso provavelmente indica a existência de um número muito pequeno de mulheres instrutoras de montanhismo, quando comparado com o número de homens nessa função, pois, em geral, parece ser apenas entre os que se dedicam a explorar o esporte profissionalmente que encontraremos quem o pratica diariamente.

Nessa pesquisa, não nos preocupamos em diferenciar os que se relacionam com o esporte profissionalmente ou como atividade de lazer. Por isso, não podemos precisar se entre os que declararam praticar o montanhismo diariamente há predominância de pessoas que atuam profissionalmente. Contudo, parece-nos que há entre os que fazem do montanhismo uma profissão, uma desproporção entre homens e mulheres aparentemente maior do que aquela já existente no montanhismo de maneira geral. E, uma vez que esse grupo de profissionais, por questões óbvias, tende a estar em atividade mais constantemente, é possível especular que este seja um elemento que explique o baixo percentual de mulheres que declaram praticar a atividade diariamente.

No que toca à participação em clubes e associações, a maior parte – tanto de homens quanto de mulheres – está associada. No grupo das mulheres, entretanto, a diferença numérica entre associadas e não associadas é bem menor que entre os homens: proporcionalmente há mais homens do que mulheres nas instituições.

Os critérios usados para considerar um montanhista como bom companheiro de montanha são os mesmos para homens e mulheres, embora haja diferença na ordem em que aparecem. Para os homens, “afinidade” surge em primeiro lugar (88%), “condicionamento físico” em segundo (58%) e “habilidade técnica” em terceiro (56%). Para as mulheres esta ordem seria, respectivamente, “afinidade” (95%), “habilidade técnica” (65%) e “condicionamento físico” (48%). Como veremos no próximo item, estas são as mesmas diferenças observadas entre participantes e não participantes dos clubes e associações

de montanhismo: as respostas dos homens se assemelhando às dos participantes e as das mulheres às das não participantes.

Embora a escalada do tipo de agarras seja a favorita de homens e mulheres, as demais preferências são diferentes. A principal diferença notada é relacionada à do tipo chaminé, largamente preterida pelas mulheres, em comparação com as respostas masculinas. Aqui, é provável que aqueles mesmos motivos que inventariamos para tentar explicar o pouco caso diante dessa técnica se apliquem também ao público feminino, só de que de maneira ainda mais óbvia.

Associados e independentes

Ao comparar participantes de clubes e associações de montanhismo com os não participantes, notamos algumas diferenças: os não associados são, basicamente, os mais jovens; a habilidade técnica do companheiro de escalada aparece em segundo lugar para o grupo dos não participantes, enquanto em terceiro lugar está o grupo dos participantes. Ou seja, parece que para aqueles que possuem vínculos institucionais com o montanhismo a questão da habilidade ou da destreza será um elemento menos importante do que para aqueles que não o possuem.

No quesito condicionamento físico, a situação se inverte: em segundo lugar estão os participantes e, em terceiro, para os não participantes. Em ambos os casos, contudo, a afinidade é a característica mais importante de um bom companheiro de montanha.

Quanto à preferência por técnicas e modos de ascensão, os dois grupos apontam para a escalada do tipo de agarras. O segundo tipo preferido dos participantes de clubes e associações é a fenda, e o terceiro, a aderência – ao contrário do que acontece entre os não participantes, que preferem a aderência e depois as fendas.

Os dois grupos apresentam as mesmas preferências em relação às características de um bom lugar para a prática do montanhismo.

Partes dessas diferenças devem ser compreendidas de maneira articulada e à luz das diferenças geracionais já apontadas anteriormente. Pois, independentemente de terem ou não laços com instituições esportivas, os montanhistas mais jovens parecem ter uma inclinação para valorizar a habilidade ou a capacidade de desempenho técnico como um critério na escolha dos seus parceiros. Por sua vez, isto pode estar associado ao fato de haver, entre os mais jovens, uma tendência de se recusarem a participar do universo associativo dos clubes de montanhismo. Desse modo, essa geração de montanhistas tende a incorporar um conjunto de referências que os impele a desenvolver

uma escala de valores que não aquela orientação tradicional, idealística, da organização dos clubes: fraternidade, companheirismo ou amizade.

Mudanças nos modos de organização desse esporte fizeram com que surgisse a possibilidade de se aprender o montanhismo fora dos clubes. O aparecimento da figura do instrutor profissional, entre outras coisas, permitiu que, a partir do final dos anos 1970, aspirantes a montanhistas aprendessem as técnicas da modalidade por intermédio de relações contratuais e comerciais. Nesse caso, não havia e não há ainda uma continuidade necessária entre o vínculo que une aluno e instrutor, de modo que:

Uma vez aprendida a técnica, o aprendiz não tem uma instituição para frequentar, como acontece no aprendizado no interior dos clubes. Do mesmo modo, e até por isso, não haverá garantia da reprodutibilidade das tradições e ideologias dominantes do mundo da escalada. Os novos praticantes tendem a não compartilhar as mesmas concepções e visões de mundo daqueles esportistas iniciados na atmosfera dos clubes. Em alguns casos, pode até mesmo acontecer de os novos praticantes descumprirem o acordo tácito que garante o equilíbrio de forças e confere legitimidade a determinadas convenções comportamentais do montanhismo. Em outras palavras, por não estarem imbuídos dos mesmos ideais, pode ser que haja um desrespeito à ética montanhista. Esta ética pode ser ferida por discordância, falta de conhecimento ou, o que é mais emblemático ainda, por puro desprezo. (DIAS; ALVES JUNIOR, 2007, p. 90)

Considerações finais

Antes de encerrarmos, gostaríamos de apontar alguns limites e algumas possíveis vantagens heurísticas que esse estudo pode desencadear. Em primeiro lugar, deveríamos nos perguntar se é correto ou legítimo tomar um único grupo como representante de toda uma categoria de praticantes que, sabemos bem, pode ser diversa e multifacetada. Dito de outro modo: é adequado tomar montanhistas cariocas (no caso do grupo entrevistado, era ligado a clubes ou associações) como parâmetro de referência para os montanhistas brasileiros em geral? A situação de um grupo específico, ou mais ou menos específico, pode ser generalizada e tomada como amostra de um espectro maior e mais abrangente dessa “população”?

Nesse sentido, devemos sublinhar que esse grupo analisado não foi tomado por nós como representante dos montanhistas brasileiros, senão como um grupo representativo deles. O “Censo de praticantes de montanhismo e escalada *indoor*”, aponta que, do total de respostas daquela pesquisa, 25% eram do Rio de Janeiro.

Embora números como esses tenham sido obtidos por métodos pouco afeitos ao rigor científico, têm-se aí, assim mesmo, indícios que servem para chamar atenção ao que estamos pretendendo evidenciar. O Rio de Janeiro é, sabidamente, um dos principais polos de concentração de montanhistas no país. Assim, falar da situação dos montanhistas cariocas é quase como falar, por homologia, da situação dos montanhistas no Brasil. Pois, em que pese o exagero da declaração, não podemos desconsiderar que possivelmente um quarto do total de montanhistas brasileiros morem no Rio de Janeiro.

Por outro lado, reconhecemos também que, se tivéssemos entrevistado um grupo de praticantes em outras circunstâncias que não aquela de um evento promovido pelos clubes e pela federação, teria sido bastante provável que encontrássemos um perfil diferente. Uma vez que abordássemos um ou mais grupos em situações cotidianas de prática, por exemplo, teria sido possível que nos deparássemos com redes de relacionamentos mais informais e em certa medida até mesmo avessas a qualquer tentativa de institucionalização.

Mas essa é uma ponderação que talvez se aplique apenas a uma parte dos argumentos que apresentamos aqui, nomeadamente à proporção entre montanhistas que participam ou não de entidades institucionais associativas desse esporte. Nós mesmos achamos difícil generalizar a conclusão de que quase 70% dos montanhistas brasileiros estejam vinculados a alguma entidade ou associação clubística. Por outro lado, essas ponderações provavelmente não se aplicariam aos gostos e predileções dos praticantes, pois mesmo considerando-se essa peculiaridade, quando comparamos os resultados desse grupo com os que não participavam de nenhuma associação, não encontramos diferenças tão significativas. E o mesmo pode-se dizer quando comparamos homens e mulheres ou jovens e velhos.

Esse perfil geral dos praticantes de montanhismo talvez represente, até os dias de hoje, o modo de constituição histórica dessa modalidade. Desde os seus primórdios, tratava-se de uma prática afeita às elites, que reunia artistas, cientistas, políticos e homens com notoriedade pública. De acordo com André Rauch (2001), entre os 333 membros da seção de Paris do Clube Alpino Francês, em 1880, 142 tinham profissões liberais. Eram médicos, banqueiros, parlamentares, advogados, magistrados, editores, professores ou funcionários do alto escalão governamental.

Nada de novo: trata-se de uma sociedade erudita como as que se vão formando ao longo do século XIX. Os primeiros excursionistas criam uma forma de selecção inspirada no círculo. Integrar o círculo pressupõe um sentido cívico e uma certa instrução: apreciar o estudo, as excursões artísticas, científicas, etc., justificando assim uma conduta honrosa: aliás, é preciso ser-se apresentado por vários membros e assinar a adesão. Este regulamento é decalcado pelos círculos burgueses. (RAUCH, 2001, p. 119)

É claro que entre os anos de 1880 e 2008 existe um considerável abismo de diferença, do mesmo tamanho, provavelmente, daquele que separa o Rio de Janeiro de Paris. Essas duas experiências, no entanto, constituem uma espécie de continuidade transformadora. Pois, mesmo com os praticantes alegando que no mundo esportivo do montanhismo “tem de tudo” (referindo-se a uma possível diversidade de origens sociais), na prática vemos que ainda é possível observar ecos de uma determinada economia moral, que assenta suas origens mais profundas num modo de percepção social ligado ao romantismo e, em última instância, ao advento do capitalismo moderno com seu poderoso sistema de classes.

Referências

- DIAS, Cleber. *Urbanidades da natureza: o surfe, o montanhismo e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo. *Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EdUFF, 2007.
- _____. Geografia da ação: esportes na natureza e o território carioca. In: ALVES JUNIOR, Edmundo; MELO, Victor; BRÊTAS, Angela (Org.). *Lazer e cidade: reflexões sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p. 119-132.
- FRECHOU, Eliseu. Editorial. *Mountain Voices*, São Paulo, ano 2, n.10, p. 2, mar./abr. 1992.
- RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada (1830-1939). In: CORBIN, Alain (Ed.). *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.

O surfe no cinema brasileiro¹

Rafael Fortes*
Victor Andrade de Melo**

O surfe no contexto brasileiro dos anos 1980

O surfe esteve pioneiramente presente em um longa-metragem brasileiro, em *Garota de Ipanema* (1967), de Leon Hirszman, que teve como roteiristas o próprio diretor, Vinícius de Moraes, Glauber Rocha e Eduardo Coutinho. A trama traçava um perfil da classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro nos anos 1960, sendo uma tentativa de desmistificar a ideia de “juventude dourada carioca”.

Márcia (interpretada por Márcia Rodrigues), a protagonista, namora o campeão de surfe Pedro Paulo (Arduíno Colassanti).² Naquele momento, a referência a esse esporte já dialogava com a configuração de uma cultura juvenil de classe média, algo que não surpreende se considerarmos na película a presença da bossa nova, um produto musical que dialogava com o gosto desse estrato da população.

¹ A primeira parte deste artigo resume uma investigação realizada pelos autores em 2007; a segunda parte foi escrita especialmente para este livro. Analisamos longas-metragens relativos ao surfe, lançados no cinema, seja em circuito comercial ou exibidos em festivais. Não nos debruçamos sobre outras produções, como, por exemplo, os vídeos: desde os caseiros até os oficiais de campeonatos e os promocionais (financiados por patrocinadores). A circulação desse material varia muito, sendo mais restrita aos adeptos da cultura do surfe: são vendidos por reembolso postal e pela Internet, vistos e baixados na Internet, ofertados como brinde na compra de revistas ou alugados em locadoras especializadas.

* Doutorando em Comunicação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Comunicação, historiador e jornalista pela mesma instituição. Pesquisador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (PPGHC/UFRJ).

** Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada/IFCS/UFRJ e da EEFD/UFRJ. Possui estudos de Pós-Doutorado em Teoria Crítica da Cultura/Estudos Culturais. É coordenador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. É autor, entre outros, de “Cinema e Esporte: diálogos” (2006, Aeroplano/Faperj), “Cidade Sportiva” (2001/Relume Dumara/Faperj) e “Esporte, Lazer e Artes Plásticas: diálogos” (2009, no prelo, Apicuri/Faperj). É bolsista de produtividade de pesquisa/CNPq.

² A trajetória de Colassanti é muito interessante. Participou, como ator ou na parte técnica, em mais de 30 longas-metragens, tendo sido também um dos pioneiros do surfe e da caça submarina no Brasil. Morador de Ipanema, era a perfeita incorporação de um personagem de filme de surfe.

Depois de mais de 10 anos sem aparecer em longas e curtas produzidos no Brasil,³ entre o fim dos anos 1970 e o início dos 1980, o surfe ocupou espaço de destaque em quatro filmes: *Nas ondas do surf*, de Lívio Bruni Júnior (1978); *Nos embalos de Ipanema* (1978), *Menino do Rio* (1981) e *Garota dourada* (1983), os três de Antônio Calmon.

Além disso, como coadjuvante, o esporte também esteve presente em outras películas no decorrer da década de 1980: como exemplo, *Vai vem à brasileira*, de Manuel Carlos Semião da Silva (1983); *Fulaninha*, de David Neves (1986); e *A menina do lado*, de Alberto Salvá (1987). Na verdade, o surfe não abandonou mais as grandes telas: é presença constante em várias produções dos anos 1990 e 2000.

O que estaria por trás dessa frequência na produção cinematográfica brasileira? Em nosso país, o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 é marcado pela transição da ditadura para a democracia. Se, por um lado, eram perceptíveis importantes avanços, as produções artísticas ainda estavam submetidas à censura e setores contrários à abertura jogavam suas fichas em atividades conspiratórias para forjar a necessidade de se manter a estrutura de repressão funcionando a pleno vapor. Ventos de liberdade começavam a soprar, mas nuvens negras ainda pairavam sobre os céus brasileiros: a produção cultural certamente expressava essas tensões.

No que diz respeito ao surfe, a estruturação e organização das competições e do profissionalismo ainda davam os primeiros passos:⁴ os campeonatos eram esporádicos (ainda que torneios como os de Saquarema e do Arpoador já fossem reconhecidos) e a maior parte dos surfistas era amadora; poucos contavam com patrocínios. O crescimento do número de praticantes, contudo, já era flagrante, algo claro inclusive na fundação de diversas associações locais e estaduais, que buscavam organizar os atletas e melhor promover os circuitos.

A produção midiática sobre o surfe dá um salto no Brasil, um retrato do crescimento do interesse do público e do fato de que a juventude passava a ser cada vez mais alvo do mercado e dos meios de comunicação.

³ Em consulta realizada no banco de dados da Cinemateca Brasileira, pode-se perceber que nos anos de 1966/1967 é possível encontrar cenas de surfe em cinejornais. Após esse período, somente em 1977 o esporte volta a esses programas, como, por exemplo, em *Brasil Hoje*, número 210, onde podem-se encontrar imagens da etapa brasileira do 1º Circuito Mundial de Surfe, realizada em 1976, no Arpoador, Rio de Janeiro. Para uma lista completa dos longas onde o surfe esteve representado, ver o banco de dados do projeto Esporte e Arte: diálogos: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/esportearte>.

⁴ Algumas fontes indicam que o surfe já era praticado no Brasil desde a década de 1930, na cidade de Santos. Contudo, é mesmo no Rio de Janeiro, na década de 1950, que começa a se estruturar um campo ao redor da prática, inclusive com os primórdios de uma cultura *surf*.

Fluir, a revista brasileira mais vendida, longa, dedicada ao esporte, é criada em 1983, dando sequência e aperfeiçoando algumas experiências anteriores, como a da pioneira *Brasil Surf* (1975). Em 1986 havia no país oito publicações, tendo o surfe como assunto central (MIRA, 2001, p. 164). Emissoras de rádio como a “Maldita” Fluminense FM – de Niterói, criada em 1982, voltada para o público jovem que ouvia *rock* – tiveram participação importante na divulgação dos campeonatos.

Na televisão, em 1980, a novela *Água Viva*, de Gilberto Braga, exibida pela Rede Globo, trouxera a cultura de praia para o horário nobre, causando polêmicas pelas referências ao *topless* (uma nova moda nas areias cariocas) e à maconha. Na abertura, velas de *windsurf* “bailavam” ao som da música *Menino do Rio*, de Caetano Veloso, na voz de Baby Consuelo: “...o Havaí, seja aqui...”. Em 1983, *Realce*, o primeiro programa de esportes de ação da televisão brasileira, estreia na Rede Record do Rio de Janeiro, apresentado por dois surfistas: Ricardo Bocão e Antonio Ricardo.

Os filmes de surfe chamaram a atenção para a temática e inspiraram uma narrativa que se materializou no seriado *Armação ilimitada* (1985-1988), uma referência na história recente da televisão brasileira. O coordenador artístico e um dos roteiristas era Antônio Calmon, contratado pela Rede Globo “por saber falar ao público jovem”, diretor de três das quatro películas nas quais o surfe ocupou, no período, importante espaço. Um dos personagens centrais era interpretado por André de Biase, o mesmo protagonista daqueles filmes. O seriado caracterizava-se pela “inovação na linguagem” e “infinidade de referências à cultura *pop*”, entre as quais “desenhos animados, cinema, programas de televisão, gibis, *rock*, *surf* etc.” (RAMOS, 1995, p. 77).

Para a consolidação dessas iniciativas, passou a ser necessário não apenas a formação de um público cativo, mas também atrair anunciantes que custeassem a produção. No caso das revistas, por exemplo, o preço de venda mal cobria os custos de impressão e distribuição. *Fluir*, para viabilizar-se em seus primeiros momentos, cobria vários esportes (surfe, voo livre, *bicicross* e *skate*) e tinha periodicidade bimestral. Após algumas edições, o crescimento do número de propagandas específicas de surfe (fabricantes de roupas, equipamentos e acessórios) é decisivo para a publicação excluir as demais práticas e se tornar mensal.

A juventude, mesmo a que não praticava o surfe e vivia longe das praias, usava roupas e acessórios de marcas como Pier, Company, Rico, K & K, originais, compradas nas lojas, ou adquiridas nos camelôs que proliferaram pela cidade. Como bem identifica Bueno (2005, p. 77):

Uma das mudanças mais significativas no tocante à produção cultural juvenil nos anos 80, em relação às décadas anteriores, foi a sua abrangência. Se nos anos 50 e 60 essa produção concentrou-se entre os jovens da classe média urbana, a partir dos anos 70 os setores operários tiveram acesso mais direto às experiências e produtos juvenis. Isso ocorreu graças à incorporação dos jovens de baixa renda ao mercado de trabalho formal, possibilitando as transformações dos padrões de consumo.

Essa produção midiática, portanto, ao mesmo tempo em que divulgava o surfe e seu estilo de vida, é, em si, uma prova da consolidação de um mercado em torno desse esporte no Brasil, bem como da construção de novas referências simbólicas em nossa sociedade, na qual se destaca a juventude.

Nesse artigo analisaremos os quatro filmes pioneiros já citados⁵ e mais outros cinco que podem nos ajudar a entender um pouco mais da magnífica presença desse esporte nas grandes telas brasileiras: *Manobra radical* (Elisa Tolomelli, 1991), *Surf adventures* (Arthur Fontes, 2002), *Fábio fabuloso* (Pedro Cezar, Ricardo Bocão, Antonio Ricardo, 2004), *Indo.doc* (Leondre Campos, André Pires, 2006), *Tow in surfing* (Jorge Guimarães e Rosaldo Cavalcanti, 2006).

Nas ondas do surf

Se considerarmos que *Nas ondas do surf*, de Lívio Bruno Junior, (1978) é o único documentário entre as quatro películas pioneiras, poderíamos, a princípio, pensar que se trata de uma produção absolutamente distinta das demais. Certamente é a que mais apropriadamente pode ser chamada de filme de surfe. Na verdade, ao tentar captar o clima existente ao redor do esporte que se estruturava, o longa exhibe uma série de representações que futuramente serão incorporadas nos filmes de ficção em que o surfe ocupa espaço importante.

Um dos aspectos mais significativos da produção é difundir pioneiramente um estilo de vida que estava em construção, já delineando elementos-chave que sempre serão ressaltados ao redor dessa prática esportiva: vida

⁵ Vale observar que não foi nada desprezível a bilheteria dessas fitas, mesmo para os padrões do cinema nacional da época, superiores aos atuais. Segundo Ramos (1995), *Menino do Rio* foi assistido por mais de dois milhões de pessoas, *Nos embalos de Ipanema* por mais de quinhentos mil espectadores, e *Garota dourada*, por mais de seiscentos mil. Segundo Bueno (2005), *Nas ondas do surf* foi a segunda maior bilheteria de 1978.

na natureza, desejo de correr risco, prazer de viajar, beleza das praias e dos novos corpos “dourados”.

Da mesma forma, traça um perfil do surfista como personagem controvertido, que tem problemas com a polícia e/ou com aqueles que não o compreendem em suas opções de vida, equivocadamente considerado desviante e alienado. Na tentativa de desfazer essa visão, demonstrava-se que existe uma grande cadeia econômica sendo gestada ao redor da prática: a mensagem é que há “coisas sérias” por trás dessa aparente brincadeira.

O longa dialoga tanto com o contexto brasileiro, especificamente com o primeiro grande fluxo de desenvolvimento do esporte, quanto com as experiências documentais de filmes de surfe norte-americanos, que passaram na época a ser mais exibidos em nosso país, em circuito alternativo. A narrativa é muito semelhante à das mais famosas fitas de surfe do momento: muitas cenas de atletas “pegando onda”, espontaneamente ou em algum campeonato (no caso, a etapa do Primeiro Circuito Mundial, realizada na Praia do Arpoador, e o Festival Nacional de Saquarema, organizado na Praia de Itaúna, ambos em 1976); música instrumental de fundo (a trilha esteve sob a responsabilidade do grupo A Cor do Som, que à época buscava uma sonoridade alternativa e que futuramente embarcaria na onda *pop*); a exibição de imagens que buscam a valorização da integração homem-natureza e da sensação de emoção.

As informações técnicas apresentadas, narradas por Sérgio Chapelin a partir de texto bastante didático de Alberto Pecegueiro, à época, editor da *Brasil Surf*, reforçam a impressão de que a película intentava dar uma aula de surfe para o público.

Nos embalos de Ipanema

No nosso modo de entender, *Nos embalos de Ipanema* (Antônio Calmon, 1978) não pode ser chamado efetivamente de um filme de surfe, embora fletasse com um público específico e desejasse atraí-lo. Calmon, que já dirigira algumas pornochanchadas, parece ter realizado uma película híbrida, esteticamente no meio do caminho entre os anos 1970 e anos 1980, já visualizando um possível público juvenil, mas ainda trazendo muitos elementos de suas experiências cinematográficas anteriores (vale lembrar que, ao contrário de seus filmes posteriores, nesse a censura foi de 18 anos).

Não por acaso, a relação entre surfe e Ipanema foi estabelecida no filme, algo que já fora sugerido em *Garota de Ipanema*, de Hirszman. Nos anos 1950 e 1960, grande parte dos pioneiros surfistas cariocas vivia no bairro e aquela

praia era constante local da prática; o lendário Arpoador é praticamente uma continuação de Ipanema.

Na década de 1970, a instalação de um *piér* para a construção de um emissário submarino proporcionou melhores condições para a formação de ondas. Além disso, as “dunas” formadas pela areia revolvida foram “ocupadas” por jovens e artistas, sendo referência inclusive no que se refere ao uso de drogas. A ideia de “desbunde” passava por aquelas areias e o surfe situava-se nesse contexto. Sendo assim, não surpreende que também no bairro tenha sido aberta a primeira loja especializada no esporte no Brasil – a Magno.

O filme narra a história de Toquinho, interpretado por André de Biase (na primeira de muitas parcerias com Calmon), *bon vivant* morador de Marechal Hermes, cujo maior sonho é ir para o Havaí, viver “pegando ondas”, sem precisar trabalhar. Para alcançar esse sonho, à busca de vida fácil e de condições financeiras para sair com Patrícia (Zaira Zambeli), filha de burgueses de Ipanema, que se chocam com seus costumes avançados, Toquinho estabelece uma relação homossexual com André (Paulo Villaça) e aceita fazer programas com mulheres mais velhas, tudo capitaneado por Das Bocas (Roberto Bonfim), típico cafetão. O retrato das praias é menos charmoso e idealizado do que se costuma ver em filmes de surfe.

O uso de drogas é apresentado de forma bastante distante da ideia de alternativa no âmbito da contracultura. O surfista central é do subúrbio, vai à praia de trem e de ônibus, vive pedindo dinheiro para comer algo ou mesmo para voltar para casa. Sua prancha é velha; para comprar uma nova, não pensa duas vezes antes de se envolver em atitudes “moralmente condenadas”. A distante Barra da Tijuca é apresentada não como um local bucólico, mas um bairro em que se localizam os motéis. Ao final, pelos depoimentos, tudo indica que Toquinho não se deu bem, o que faz com que todos neguem que o conheceram ou que com ele tiveram alguma forma de relação. Aliás, o próprio nome do personagem central é simbolicamente menos glamouroso do que o do protagonista do futuro *Menino do Rio* (Valente).

O surfe, na verdade, aparece como contraposição ao trabalho. Não se trata de um estilo de vida alternativo, mas de uma possibilidade para fugir da carência de opções. O esporte figura somente como uma mediação/desejo de identificação no âmbito dos choques entre os da Zona Norte e os da Zona Sul. Não surpreende que a mãe de Patrícia (Jacqueline Laurence) comente em determinado momento que, desde que construíram os túneis (Rebouças e Santa Bárbara), as praias passaram a estar “infestadas de suburbanos, farofeiros, paus de arara”; por isso sugere que se cobre a entrada no litoral. Mesmo Verinha (Angelina Muniz), que não se deslumbra pela Zona Sul como Toquinho,

acaba enganada por Maurício (Stepan Nercessian), seu patrão rico. Ao final, os dois personagens do subúrbio, cada um a seu modo, parecem desiludidos acerca das possibilidades de serem respeitados nesse outro mundo dentro da mesma cidade.

Menino do Rio e Garota Dourada

Menino do Rio, de Antônio Calmon (1981) foi o primeiro filme brasileiro dos anos 1980 dirigido ao público jovem. Na esteira do seu sucesso, dois anos depois é lançada uma continuação, *Garota dourada*, de Antônio Calmon (1983). Estava prevista ainda uma terceira parte, *Menina Veneno*, nunca realizada.

Nos dois longas, o personagem central é Valente (André de Biase), praticante de surfe e de voo livre, membro de um grupo adepto de uma vida em que a simplicidade e o contato com a natureza são valorizados. Ao contrário de Toquinho, o surfista de *Nos embalos de Ipanema*, Valente é um herói sem ambiguidades morais. Deve-se ressaltar, contudo, que nos dois filmes da década de 1980 não temos exatamente vilões. Além disso, esse novo herói não está mais tão preocupado com os desígnios sociais, mas sim mergulhado em suas próprias questões.

Em *Menino do Rio*, a história da paixão de Valente por Patrícia (Cláudia Magno), frívola e ligada à alta sociedade, tem como pano de fundo alguns temas que compõem um belo panorama da época. Não é equivocado afirmar que o filme capta, reforça e mesmo antecipa algumas das novas dimensões que vão marcar a sociedade brasileira daquela década.

Menino do Rio dialoga claramente com o processo de desenvolvimento dos esportes de natureza, com referências à influência californiana. As citações ao surfe já podem ser perceptíveis na logomarca da película, muito veiculada no enorme esquema de *marketing* que cercou seu lançamento e divulgação. Não surpreende também que a música central seja *De repente Califórnia*, de Lulu Santos e Néelson Motta: “Garota eu vou pra Califórnia, viver a vida sobre as ondas, vou ser artista de cinema, o meu destino é ser *star*. [...] Na Califórnia é diferente irmão, é muito mais do que um sonho”.

O estilo despojado que marca os personagens centrais parece ser uma releitura local de uma cultura de praia que tem no Havaí (em seus símbolos, os trajes estampados, os *luau*s, a alimentação) tanto uma referência quanto um ideal: o desejo central de Valente é ir para lá com Paulinho (Evandro Mesquita), que vivera no arquipélago como esportista e mergulhador profissional. Esse foi o sonho e um ritual de passagem para muitos surfistas brasileiros da época e mesmo de hoje, como veremos em *Surf Adventures*.

Claramente empenhado na configuração de uma cultura juvenil, não surpreende que o filme dialogue com a conformação de uma cultura *pop*, algo

claro inclusive na escolha dos músicos envolvidos com a produção (na qual se destacam os já citados Nélson Motta⁶ e Lulu Santos), precursores dessa proposta no início dos anos 1980. O processo de distensão política e um certo ar de maior liberdade que voltava a soprar impulsionavam as possibilidades de produção cultural, mais reconhecidamente na música, com a gestação da conhecida geração BRock.

Já *Garota dourada* parece ocupar um espaço intermediário entre *Menino do Rio* e *Armação ilimitada*. Ainda que mantendo as tomadas lentas e pausadas, Calmon busca um diálogo maior com os videoclipes, com os videogames, com as histórias em quadrinhos. A ideia de velocidade timidamente apresenta-se na inserção de ultraleves e da moto pilotada pelo anjo Gabriel (interpretado pela cantora Marina), embora ainda prepondere o ideal de afastamento da cidade, de comunidade isolada à busca de prazer nas coisas simples da vida. Não surpreende que a nova heroína chame-se Diana (Bianca Byington), na mitologia romana a deusa dos animais e da caça.

Na película, essas novas condições de vida são apresentadas como uma retomada, tanto para Valente, que fora abandonado com sua filha, no início da trama, por Patrícia (Cláudia Magno), insatisfeita com o casamento que marcou o fim do primeiro filme, quanto para Zeca (Sérgio Mallandro), que, agora astro do rock, demonstra cansaço com a extensa agenda e com a perseguição das fãs. Os dois praticamente fogem para Encantado, um lugar mágico no litoral de Santa Catarina.

Em *Garota dourada*, outra discussão é levantada ao redor da figura de Diana: a independência feminina. Se Patrícia, no início do filme, demonstrara desprendimento ao deixar a família para buscar a felicidade, comunicando sua escolha simplesmente com um bilhete, Diana desempenha o papel da mulher que escolhe: diante de Valente e Betinho (Roberto Bataglin), é ela que decide com quem vai ficar.

O conflito central nas duas produções, mais claro em *Menino do Rio*, é entre um estilo de vida tradicional, conservador e abastado e outro jovem, livre e simples, do qual o surfe e os esportes na natureza fazem parte. Valente, mesmo tendo nascido no seio de uma família rica, abandona os negócios do pai para viver como surfista. Patrícia sente-se incomodada com a estrutura de sua família e abandona o “playboy” Adolfinho (Ricardo Zambelli) para se envolver com Valente.

É importante dizer que, obviamente, uma parte muito pequena dos cariocas, que sequer abrange a maioria dos jovens da Zona Sul, vivia algo semelhan-

⁶ Vale lembrar que o produtor já organizara o espetáculo “Som, Sol e Surf”, por ocasião de um dos Festivais realizados em Saquarema (1976).

te ao exibido pelos dois filmes. O que nos interessa, todavia, não é tratar as películas como expressão da realidade mas como representações que de alguma forma partiam de elementos concretos para construir modelos de juventude, pautados em perspectivas de sociedade. E, nesse cenário, um novo esporte era elencado como exemplar, uma nova prática esportiva passaria a frequentar as telas dos cinemas como sinônimo de liberdade, saúde, desafio: o surfe.

Antigos temas e novos olhares sobre o surfe (1991-2006): cinco filmes⁷

Manobra radical

Manobra radical (Elisa Tolomelli, 1991) tem entre os protagonistas dois surfistas e duas *bodyboarders*, interpretados por atletas: João Capilé, Eraldo Gueiros, Glenda Kozlowski e Dominique Scudera, que vestem e usam produtos de marcas como Morey Boogie, Cyclone, Company, Quicksilver.

A trama gira em torno das dificuldades para se manter no esporte. Logo no início, Guel (João Capilé) afirma: “o que mais quero na vida é viver do surfe [...] o surfe é minha vida”. Enfrentando a falta de dinheiro, surgem as críticas dos pais: o conflito de gerações é constante. Rui (Otávio Augusto) reclama que o filho largou a faculdade e só quer saber do esporte: “eu sou seu maior patrocinador”. Tais críticas são vistas pelos surfistas como incompreensão e “carentice”.

A grande questão é o estilo de vida. Tanto assim que boa parte da trama se passa no decorrer de duas viagens (os protagonistas são cariocas). Muitas são as imagens de surfe, *bodyboard* e natureza. O contraste se estabelece na volta à cidade: viadutos congestionados, trânsito pesado e poluição.⁸ As viagens são apresentadas como oportunidade de conviver com amigos, “sintonizar” com o meio ambiente, viver a vida sexual fora do domínio dos pais.

Outro contraste importante é gerado pela paixão: “Paula [Claudia Cepeda], menina cheia de grana, e Guel, um surfista que parece mais um troglodita”, como resume um dos personagens. Quando a moça engravida, Bernardo (Cecil Thiré), seu pai, numa tentativa de conciliação, oferece a Guel um bom emprego. Contudo, os problemas continuam: “eu falo português, ele fala *surfês*”, diz Bernardo à filha. Em determinado momento, sogro e genro engalfinham-se. O

⁷ Vale registrar que no período outros filmes fazem referências ao surfe, entre os quais *O diabo a quatro* (Alice de Andrade, 2004); 1972 (José Emilio Rondeau, 2006), *Pode crer!* (Arthur Fontes, 2007); *Meu nome não é Johnny* (Mauro Lima, 2008).

⁸ Para uma discussão sobre a dicotomia e as articulações entre urbanidade e natureza, ver Dias (2008).

primeiro afirma: “não sabe andar, não sabe nem falar!”, ao que Guel responde: “você é sogro de surfista! Meu pai era, eu sou, seu neto vai ser!”

O enredo se resolve com a vitória de Guel em um campeonato importante, que lhe rende contrato de um ano com patrocinador e passagem para correr etapas do Circuito Mundial na Austrália. O clipe final mostra que venceram os jovens e seu amor pelo surfe – até o sisudo Bernardo aparece se divertindo na praia.

A dinâmica da trama (grupo de amigos, viagens, relações amorosas conturbadas, incompatibilidade entre estilo de vida do surfe e famílias ricas) aproxima o filme do universo de *Menino do Rio*.

Surf adventures

Em *Surf adventures – o filme* (Arthur Fontes, 2001), a busca de traçar um panorama do esporte, ou mesmo de construir uma série de representações sobre a prática, enfoca alguns dos principais surfistas brasileiros em importantes cenários: Fernando de Noronha (Brasil), Ilhas Mentaway (Indonésia), Jeffrey’s Bay (África do Sul), Havaí (EUA) e Mavericks (Califórnia, EUA).

De um lado, vemos o lado profissional do esporte: uma etapa do WCT (divisão principal do Circuito Mundial de Surfe), na África do Sul (2000), apresentada por Teco Padaratz, então um dos principais atletas brasileiros: “aqui é o meu escritório” e competir é “o que mais gosto na vida”; naquele momento, viver do surfe como profissional já era uma possibilidade concreta. No entanto, permaneciam problemas e preconceitos, alguns deles revelados por Peterson Rosa, segundo colocado na etapa do WCT:

Competição é uma maneira que eu achei para mostrar pros meus pais, pros empresários, para o povo brasileiro que o surfe é um esporte de qualidade e não é coisa de vagabundo, drogado, que só quer ficar jogado na praia. É uma profissão de respeito como outra qualquer. Por isso eu comecei a entrar em competição, para mostrar pra vocês que se pode viver do surfe e que é uma profissão tão boa quanto ser médico, quando ser um advogado irado, pode ganhar tão bem quanto esses caras.

A declaração se articula com a música *Não é sério* (Charlie Brown Jr.): “o jovem no Brasil nunca é levado a sério/sempe quis falar/nunca tive chance/tudo que eu queria estava fora do meu alcance”. Mais uma vez, o conflito de gerações aparece como chave explicativa para a resistência em aceitar o surfe como estilo de vida.

De outro lado, há os velhos desejos dos surfistas. Em Noronha, destaca-se o “privilegio” de estar com amigos, livre das desgraças do mundo, comendo peixe assado, tocando violão, tomando cerveja e pegando “altas ondas”. Nas ilhas Mentaway, Teco Pararatz explica que a região, com coqueiros, mar azul e transparente é o paraíso sonhado.

Vários falam da procura da onda perfeita: “a busca é eterna. Se você falar que está satisfeito, você morreu.” (Renan Rocha). Isso move o surfista a viajar para os mais diferentes lugares em busca de novas ondas ou da repetição de experiências anteriores, como na ida anual ao Havaí, uma espécie de peregrinação realizada de forma quase religiosa por muitos entre os meses de novembro e março: “a gente pensa nele o ano inteiro” (Fábio Gouveia). Lá, o risco é um companheiro constante. Vários dizem que “todo mundo tem medo” das ondas grandes e contam histórias de quedas, de quase morrer e de mortes, enquanto as imagens mostram sequências de pranchas quebradas. Narram a dificuldade de dormir com a adrenalina na véspera da entrada do *swell*.

Um ponto distinto do filme é a evolução do surfe feminino. Andréa Lopes afirma que nunca sofreu preconceito na água e reforça algo um tanto comum no universo do esporte, um certo sentimento de *superioridade* em relação ao *bodyboard*: “depois que uma menina fica em pé numa prancha, ela não desce mais deitada”. Ainda assim, as mulheres aparecem em poucas situações – majoritariamente usando biquíni na praia.

As sequências finais configuram a autorrepresentação do estilo de vida do surfe: “tenho que estar surfando para estar vivendo, então espero surfar por muito tempo.” (Fábio Gouveia); “descer uma onda acho que é a melhor coisa do mundo” (Raoni Monteiro). Ao fundo, ouve-se *Por enquanto* (Legião Urbana), na bela interpretação de Cássia Eller: “mudaram as estações, nada mudou [...] estamos indo de volta pra casa”. Um toque lírico em referência à melancolia típica do fim das viagens, mas também às boas lembranças que ficam. O ciclo se repete, pois a busca da onda perfeita nunca termina.

Fábio fabuloso

Fábio fabuloso (Pedro Cezar, Ricardo Bocão e Antônio Ricardo, 2004) é um documentário sobre a trajetória de Fábio Gouveia, detentor de alguns dos melhores resultados de brasileiros no Circuito Mundial e um dos atletas mais importante da história do surfe nacional.

De início, parentes e amigos narram a trajetória de Gouveia, desde o tempo em que “matava aulas” e pegava ônibus e carona em caminhões para chegar até Baía Formosa, praia do litoral potiguar onde aprendeu a surfar. A

história é pontuada por elementos que remetem às culturas do Nordeste: literatura de cordel, trilha sonora, gírias, expressões e sotaque.

Em *Fábio fabuloso*, o esporte apresenta-se como consolidado no Brasil e a carreira de seu principal expoente é apresentada de forma criativa e brincalhona – coerente com o próprio personagem, aliás. Atletas brasileiros e estrangeiros, fotógrafos internacionais, patrocinadores, todos que conviveram com Gouveia destacam o estilo e a peculiaridade de sua personalidade.⁹

O filme deve ser entendido no atual contexto da produção ligada ao esporte, facilitada pelos novos e ágeis equipamentos de gravação, armazenamento e edição de imagens, ainda que as etapas de distribuição e veiculação continuem sendo problemas sérios. De outro lado, a película se serve de extenso material de arquivo gravado desde os anos 1980. Para isso, certamente ajudou o fato de Ricardo Bocão e Antonio Ricardo o dirigirem. Ambos trabalham há muitos anos produzindo mídia sobre surfe, especialmente na televisão.

Enfim, com o esporte consolidado, ainda que sigam alguns velhos temas (como a questão das dificuldades de um distinto estilo de vida), assim como *Surf adventures* o intuito central de *Fábio Fabuloso* é discutir o personagem central e reforçar as principais representações ao redor da prática, nesse caso com peculiaridades regionais.

Indo.doc

Indo.doc (Leondre Campos e André Pires, 2006) é bastante distinto dos outros filmes discutidos. Quatro amigos estavam com viagem marcada para surfar na Indonésia quando houve sucessivamente uma tsunami (26/12/2004) e um terremoto (28/3/2005) que devastaram o local. Mesmos assustados, os surfistas resolveram ir e “o que era uma surf trip acabou virando o Indo.doc”, informa o narrador.

Depois de seis meses de leitura e planejamento, a viagem foi realizada em meados de 2005. As tragédias mudaram o sentido e o roteiro da aventura. Alguns picos de surfe foram excluídos, e os lugares mais afetados pelos desastres, incluídos. Em um contexto repleto de dificuldades, tal como a de conseguir informações confiáveis sobre o que pretendiam visitar, tornaram-se fundamentais os conhecimentos e contatos de um dos quatro, Felipe Ufo, que

⁹ Fabinho corria o Circuito Mundial acompanhado da esposa Elka (*bodyboarder* que conheceu dentro d'água) e dos três filhos do casal – ato considerado inusitado e inacreditável pelos outros surfistas. A disputa do circuito, que envolve muitas viagens e meses fora de casa, é um problema sério para os atletas no que diz respeito às relações familiares e amorosas (BOOTH, 2005). Nas palavras do campeão mundial Kelly Slater, em *Surf adventures*: “é difícil sossegar, estabelecer-se num lugar e manter família e filhos. Há um lado egoísta e viciante na liberdade do surfe”.

costuma passar vários meses por ano trabalhando na Ásia. Em Banda Aceh, risco de sequestro por grupos rebeldes armados e falta de gasolina; em outra ilha, acamparam em uma cidade abandonada, tendo como companhia mosquitos transmissores de malária e terremotos. Os surfistas aparecem como pessoas com espírito aventureiro, humano e desbravador, mas preocupados com segurança, logística e saúde.

Na verdade, aparece algo pouco comum nos filmes de surfe: o caráter de engajamento político, mesmo que via questões ligadas à solidariedade. Aloy Fithrico, surfista que teve a loja e a pousada destruídas e foi guia e anfitrião do grupo, diz que os surfistas devem continuar indo para lá para que, com seu dinheiro, ajudem a população local a reconstruir sua vida.¹⁰ Um dos quatro (Elísio Tiúba) pinta a frente do café recém montado por Fithrico; outro (Bruno Pesca) lhe dá de presente uma prancha.

O filme lembra que houve surfistas participando diretamente da recuperação como voluntários de associações como Surfaid. É particularmente interessante o relato da médica de uma ONG a respeito de três surfistas que ajudaram a tratar vítimas do terremoto aprendendo e fazendo o trabalho de enfermeiros. Segundo ela, um deles, francês, apresentou-se explicando que “viajava todo ano para Nias [ilha indonésia] para surfar e queria ajudar e retribuir de alguma forma”.

O filme termina com uma mensagem de esperança:

Nossa expedição tinha o objetivo de desbravar a Indonésia pós-tsunami. Ver a situação do local e como está sua recuperação. Mas, mais do que isso, acho que trouxemos essa lição de que todos nós temos responsabilidade em tudo que acontece no planeta em que vivemos e, que agindo em conjunto, podemos gerar mudanças. Um ato de cidadania pode correr o mundo. E até um simples olhar, um sorriso, um gesto, pode fazer uma grande diferença.

Os créditos finais apresentam ainda uma lista de *sites* de organizações para que se possa colaborar com a recuperação da Indonésia; por fim, a frase: “Visite a Indonésia!”, uma aposta na solidariedade por meio do esporte.

¹⁰ Mais entrevistados destacam a importância do surfe para a economia e a vida locais Em Asu, o brasileiro Alex Macabu (gerente de um *surf camp*) narra as dificuldades enfrentadas pela falta de surfistas e Mama Silvi, dona da única loja local, faz um apelo para que voltem a visitar e frequentar a ilha.

Tow in surfing

Tow in surfing (Jorge Guimarães e Rosaldo Cavalcanti, 2006), embora narrado em inglês, é o primeiro filme brasileiro especificamente dedicado à modalidade em que o surfista tem ajuda de um *jet ski* (pilotado por um parceiro, também surfista) para entrar na onda e para ser resgatado ao fim dela. Isso é necessário em função do tamanho das ondas (com 6, 8, 10 metros de altura), volumosas e rápidas demais para que o surfista entre nelas remando – e para que saia delas vivo.

O filme é um documentário laudatório da modalidade, apresentada como extensão, aperfeiçoamento e futuro do surfe. Elenca as qualidades físicas e mentais (como coragem, concentração, respeito aos limites do mar e de si mesmo) e habilidades necessárias ao surfista (e piloto) para aderir ao *tow in*. Somam-se a esses atributos algumas restrições de outras ordens, como poucos lugares em que há ondas gigantes e infraestrutura, alto custo, poucos dias do ano com condições apropriadas. Ao que parece, a maior parte das cenas de ação foram gravadas em dois períodos corridos: em Mavericks (Califórnia, EUA) e um campeonato em Jaws (Havaí, EUA).

Cheyne Horan, ex-surfista profissional, afirma que “a única razão pela qual não morrem muitas pessoas é porque é um esporte novo e há poucas pessoas praticando”. Os entrevistados relatam o risco de vida constante e são apresentadas cenas com quedas e salvamentos, mas, diferentemente de *Surf adventures*, o filme não aborda mortes ou contusões sérias, seja na fala dos entrevistados, seja nas imagens.

Em nossa visão, as restrições inerentes ao *tow in* e à situação ainda incipiente da modalidade afetam a produção cinematográfica. A combinação de fatores necessários para reunir várias duplas na água também vale para a infraestrutura necessária à gravação (com câmeras em *jet ski* e helicópteros). Por sinal, esse é um ponto em comum com o início do surfe de remada que, por muitas décadas, tinha poucas manobras – o mais comum era descer-se a onda. No *tow in*, o tamanho e a velocidade das ondas fazem com que os surfistas desçam quase “fugindo” da parte que está quebrando.

Composto basicamente pela alternância de depoimentos explicativos e imagens de ondas enormes, *Tow in surfing* lembra *Nas ondas do surf*. É possível que, assim como ocorreu com o surfe de remada e outros esportes, a evolução do *tow in* (novos equipamentos, possibilidades, manobras, ideias, competições etc.) traga, permita e obrigue a inovações nos filmes que buscam retratá-lo¹¹

¹¹ Vale notar que já há um número razoável de filmes estrangeiros sobre o assunto. A Associação de Surfistas de Puxada (Association of Professional Towsurfers) foi criada em 2003. Ver <<http://www.protowsurfers.org>>. Acesso em: 16 out. 2008.

pois, ao que parece, as representações mais comuns sobre o esporte tenderam a se aprofundar e a não serem abandonadas.

Conclusão

Comparando os dois blocos de filmes analisados, percebemos continuidades e rupturas. Começamos pelo gênero: enquanto entre os quatro pioneiros havia apenas um documentário, nas duas últimas décadas a ficção é uma exceção; das cinco películas analisadas, apenas *Manobra radical* (por sinal, a mais próxima, temporalmente, dos pioneiros) se enquadra na categoria.

Lembremos, ainda, que, à exceção de *Indo.doc*, todas as produções receberam apoio e/ou patrocínio de empresas ligadas ao surfe e/ou ao público jovem. A indicação às vezes aparece explicitamente no início ou no fim dos filmes, mas também na exposição de roupas, pranchas e demais produtos que estampam as marcas.

Em linhas gerais, o surfe é apresentado como um esporte juvenil, saudável, excitante e alegre, algo que faz bem para o corpo e para a mente: um estilo de vida peculiar, articulado obviamente com certos produtos que o consagram. Há também um lado onírico, explicitado por Binho Nunes no início de *Surf adventures*: “o surfe é a terra do nunca. A gente nunca vai crescer.” Trata-se da ideia de que o surfista sempre vai querer praticar o esporte, estar com amigos, viver novas experiências em busca da onda perfeita, de sensações, emoção e adrenalina. Outras práticas, que, de alguma forma, comungam com algumas dessas representações (voo livre, *bodyboard*, *windsurf*), estão presentes em quase todos os filmes – na maioria dos casos, ocupando pequenos espaços.

As ficções destacam-se pelo mergulho no universo dos jovens: paixões e turbulências nos relacionamentos amorosos; viagens como possibilidade de experimentar liberdade, convivência com os amigos e sair da vigilância dos pais; conflito de gerações.

As ideias de risco e perigo estão sempre presentes, mas variam desde algo pontual (o tubarão em *Manobra radical*), passando por algo relativo ao lugar e às condições em que se surfa (Havaí e surfe de ondas grandes em *Surf adventures*), chegando ao risco estrutural inerente à viagem realizada em *Indo.doc*.

Problemas como o localismo pouco aparecem – exceto por breves passagens em *Garota dourada* e *Manobra radical*; mesmo assim, as brigas entre surfistas locais e de fora têm mais a ver com disputas por mulheres do que por ondas. Na que diz respeito a gênero, as mulheres têm pouca participação nas cenas e sequências mais diretamente ligadas ao surfe, ainda que haja exceções nos documentários, como Andréa Lopes (*Surf adventures*) e Maya

Gabeira (*Indo.doc*). Nas ficções há várias personagens femininas com papel relevante, mas nenhuma delas surfista; o mais próximo são as *bodyboarders* de *Manobra radical*.

Os filmes do bloco de 1991-2006, na verdade, aprofundam questões e representações lançadas nas películas do primeiro grupo, captando, contudo, outro momento da sociedade, da produção cultural e do surfe brasileiros, onde a ideia de profissionalização é mais marcante. Nesse sentido, *Indo.doc* e *Tow in* talvez estejam apontando momentos de uma virada: o primeiro, ao apresentar uma nova postura para o esporte (mais engajado) e o segundo, ao mostrar os novos desdobramentos da prática. Obviamente que essas são suposições que só o futuro poderá confirmar ou não.

Referências

- BOOTH, Douglas. Paradoxes of Material Culture: The political economy of surfing. In: NAURIGHT, John; SCHIMMEL, Kimberly S. (Ed.). *The political economy of sport*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005. p. 104-25.
- BUENO, Zuleika de Paula. *Leia o livro, veja o filme, compre o disco: a produção cinematográfica juvenil brasileira na década de 1980*. Tese (Doutorado em Multimeios)–Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.
- DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. *Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. (Sport: História)
- MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. *O surfe no cinema brasileiro na transição dos anos 1970/1980*. Rio de Janeiro, 2007. Mimeo.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água: Fapesp, 2001.
- RAMOS, José Mario Ortiz. *Televisão, publicidade e cultura de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Os “novos” esportes na cobertura jornalística: o caso da *Folha de S. Paulo*

*Marília Martins Bandeira**

Introdução

Este artigo é parte da monografia de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Social da Faculdade Cásper Líbero e sinaliza para os benefícios da consideração interdisciplinar de um objeto de estudo que se situa na interface de diferentes áreas do conhecimento. Partindo de uma discussão que algumas práticas esportivas têm – de serem reconhecidas como “novas” –, entendeu-se que a localização do discurso social acerca dessas atividades é fundamental para situar mudanças no comportamento de lazer de nossas sociedades. Por isso, a proposta deste estudo foi realizar uma análise documental. O levantamento da cobertura midiática refletiria as novas configurações sociais, combinações de valores e trocas ideológicas de nosso tempo que precisam ser apreendidas pelos diversos profissionais envolvidos com os “novos” esportes: educadores físicos, jornalistas, turismólogos, administradores, entre outros.

Entenda-se por “novos” esportes, num primeiro momento, aqueles não olímpicos e não motorizados. Modalidades mais antigas ou contemporâneas que têm sido agrupadas em categorias mais gerais que as designam por oposição aos esportes tradicionais. Essas atividades ganham cada vez mais adeptos, alimentam um segmento crescente da mídia especializada e adquirem seu espaço nas pautas do jornalismo tradicional. A frequência de menções a tais atividades pelos veículos de informação de massa pode ser lida como indicativo de sua ascensão enquanto prática social do aumento de seu número de pra-

* Bacharel e Licenciada em Educação Física pela Universidade de São Paulo, Especialista em Teoria e Práticas da Comunicação pela Fundação Cásper Líbero, Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos.

ticantes e, ainda, a afirmação de sua representatividade enquanto modalidade característica de uma época. Sua representação, não apenas na mídia especializada, mas agendada como interesse mais geral da população, noticiada para um “grande público”, sugere tal fato.

Após a realização de um estudo exploratório foram identificados os tipos e frequências de publicações acerca dos “novos” esportes em jornais impressos representativos para o país. Em *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*, durante um mês do segundo semestre de 2007, os novos esportes foram apresentados em categorias temáticas, a saber: esportes de risco, esportes radicais, esportes na natureza ou esportes de aventura. Isto suscitou alguns questionamentos: a que se refere cada um destes termos? Que atividades são estas representadas por tais categorias?

Quais são os critérios de classificação para cada uma delas? Como são caracterizadas pelos veículos de comunicação? Que mudanças sugerem no comportamento de lazer contemporâneo?

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar que estatuto a imprensa brasileira edita para os esportes não tradicionais. Os objetivos específicos: identificar como são representadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, as modalidades esportivas não olímpicas e não motorizada e em que categorias e segmentos do jornal são agrupadas, como inferências de como os “novos” esportes são apreendidos e representados pelo senso comum.

A hipótese que norteia este artigo: há uma confusão conceitual quanto aos termos *esportes de aventura*, *esportes radicais*, *esportes de risco* e *esportes na natureza* e um uso indiscriminado de tais termos na comunicação de massa (no que se refere a designar os “novos” esportes). Este artigo levanta, ainda, um debate que contribuirá tanto para a discussão das dinâmicas da cultura corporal, quanto sugerirá caminhos para a abordagem dos últimos acontecimentos esportivos pelos meios de comunicação e empreendimentos acadêmicos.

Situando os “novos” esportes na mídia impressa: procedimentos

Após o período de exploração de três jornais impressos brasileiros, optamos por ter como fontes de pesquisa edições da *Folha de S. Paulo*, veículo no qual encontramos o maior número de publicações sobre o tema. As unidades de análise foram, as notícias e matérias de interesse, compreendidas num intervalo de tempo determinado. Recortes de todas as edições (exceto as inserções publicitárias) da *Folha de S. Paulo* relacionados aos termos esportes de aventura, esportes na natureza, esportes radicais e esportes de risco. O recolhimento de material (*clipping*) foi realizado no período de julho a

dezembro de 2007, em função da realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Certamente, no primeiro semestre de 2007, o megaevento esportivo seria privilegiado em termos de divulgação na mídia, podendo interferir na amostra no que diz respeito aos cadernos de jornalismo esportivo. Para tanto, consultamos o acervo eletrônico da *Folha de S. Paulo*, utilizando seus próprios sistemas informatizados de busca. Tal opção metodológica esteve relacionada ao procedimento da categorização semântica, que foi aplicado desde o momento da busca, e consistiu em agrupar as unidades de análise em um número reduzido de categorias preliminares pelo critério temático (esportes de aventura, esportes na natureza, esportes radicais e esportes de risco).

Partindo do pressuposto de que todo discurso ocorre em função de um contexto determinado, de que a mensagem contém um estatuto social, uma elaboração sobre as regras de funcionamento e padrões de significação de suas práticas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo para empreender esta discussão. Levamos em conta: a frequência de matérias sobre os “novos” esportes, como indicativo de importância do tema; associações e caracterizações manifestadas sobre cada um dos termos, bem como, os cadernos em que foram abordados, todos interpretados como intensidade de uma crença sobre a natureza de tais categorias e suas motivações de prática. Os elementos de análise, no caso palavras-chave, foram destacados e reagrupados em conjuntos similares, sendo descartadas as matérias que apresentaram uma ou mais expressões, mas que não abordavam o tema dos “novos” esportes especificamente.

Revisão bibliográfica: comunicação e os “novos” esportes

O levantamento bibliográfico acerca da relação dos “novos” esportes com a mídia denuncia uma produção escassa e extremamente recente, prioritariamente relacionada ao jornalismo especializado de revista. Embora aqui a opção seja investigar o tratamento dado às novas práticas esportivas pela comunicação de massa, é pertinente apresentar os dados que se seguem na medida em que são caracterizações dos “novos” esportes no campo da comunicação e explanações acerca da relação entre os mesmos e a mídia.

Dos poucos estudos que não tratam apenas de revistas, o de Fortes (2005) propõe uma abordagem a respeito do surfe em diferentes espaços midiáticos. Sugere que, em qualquer um deles, a modalidade seja entendida como algo que vai muito além do esporte, como um estilo de vida, uma cultura. Pretendendo entender o papel dos meios de comunicação, e seus diferentes

gêneros (jornalismo, publicidade e entretenimento), no processo de construção cultural, afirma que no mundo da virtualidade real, não basta analisar os elementos tradicionais da prática esportiva, a verdadeira arena esportiva é a midiática. Ainda segundo o mesmo autor, não seria o caso de dizer que a cultura surfe faz-se *nos* ou por causa *dos* meios de comunicação de massa, mas de analisar em que medida a apropriação *deles/neles* relaciona-se à afirmação (e, é claro, disseminação e popularização) dessa cultura. Conclui o autor que os veículos de comunicação tornam-se uma referência para a relação estabelecida entre os pares desta prática, inseridos em teias mais abrangentes, como a cultura jovem e a sociedade de consumo.

A preocupação central, portanto, é com a ação das mídias. É através delas que, em grande parte, o específico (surfe) se comunica com o geral (sociedade) e define padrões de consumo, de referência, de identidade construindo uma cultura e movimentando uma economia que vão muito além da prática esportiva em si. (FORTES, 2005 p. 2)

Tratando da representação do surfe nos meios de comunicação de massa, o autor o define enquanto cultura midiática. Ele aponta as décadas de 1980 e 1990 como decisivas para a popularização do esporte, manifesta, sobretudo, em mídia especializada. Quanto ao jornalismo, nosso interesse neste artigo afirma:

No que diz respeito ao surfe, o trabalho jornalístico consiste, em alguma medida, em traduzir e explicar ao leitor, ouvinte ou espectador aquele novo universo constituído pelo esporte. Por outro lado, ao realizar esta explicação ele cria sentidos *a priori*, ou seja, enquadra os novos elementos em categorias e definições pré-existentes. (FORTES, 2005, p. 4)

A mídia, para este autor, funcionaria como agente de um processo, seja apontando contradições, divergências, sugerindo mudanças, seja defendendo permanências. E conclui que as representações do surfe construídas e veiculadas pela mídia seriam o molde para uma identidade, na subjetivação de seus agentes sociais (ligada à contracultura e a um ideal de liberdade, saúde, beleza e natureza) e na objetivação de seu público consumidor (grupo propenso à aquisição de produtos ou serviços relacionados a esses valores).

No mesmo sentido, Maciel (2006) realiza uma análise da construção da identidade de grupo nas revistas especializadas no segmento *bike* a partir do referencial das tribos urbanas de Michel Mafesolli. Aponta o autor, que os leitores buscam mais do que informação e entretenimento quando acessam tais publicações: procuram conhecer um grupo de interesses comuns, identificar-se. Dessa forma, o objetivo foi compreender como o público da revista é representado em suas páginas e quais recursos são utilizados para este fim.

Maciel (2006) também evoca o conceito de cultura, para empreender sua explanação, como padrões de significados incorporados à vida social, ações, expressões, manifestações, símbolos, textos, artefatos e produções midiáticas. Desse modo, afirma que, por meio da mídia, as formas simbólicas adquirem acessibilidade ampliada, tornam-se acessíveis a um número bem mais amplo de possíveis receptores situados em contextos cada vez mais diversificados. O público passa a ter acesso a um conhecimento não local que cria novas possibilidades de experimentação. Por isso, entende identidade como o significado para o ator social de seu papel em determinados grupos, e seu sentido de pertencimento a eles, embora não sendo unificada, fixa, essencial ou permanente, mas múltipla e cambiante – característica da organização social contemporânea. Define a alteração do perfil jornalístico por publicações mais especializadas, segmentadas, personalizadas, que passam a cumprir a função de agregar indivíduos de acordo com interesses e afinidades, o que também favoreceria a publicidade. Além disso, destaca como assuntos frequentes de publicações desta temática: natureza, aventura, viagens e esportes entre artes, literatura, e outras. Afirma que “no caso dos esportes radicais, como aponta Abiahy (2000 apud MACIEL, 2006), o público busca uma diretriz, um padrão comportamental de grupo, uma identificação com os praticantes”. O enfoque não é só esportivo, a cobertura também recai sobre tendências da moda e das trilhas sonoras utilizadas nestas práticas. Daí afirmar que muitas revistas esportivas especializadas optam por retratar um estilo de vida associado ao esporte, uma linguagem – neste campo carregada de gírias – compartilhada por um grupo específico de praticantes.

Vale dizer que a especialização do mercado editorial de revistas interfere na linguagem presente nas distintas publicações. A linguagem adequada para um público, pode ser indecifrável para outro. A dificuldade enfrentada pelas revistas especializadas é acertar na dosagem de especificidade da linguagem... (MACIEL, 2006, p. 43)

Considerando as revistas esportivas como gênero do segmento masculino de publicações, Maciel (2006) explica que estas se diferenciam das demais por estarem ligadas diretamente à aventura, mas não esclarece a que o termo se refere. Também indica que, por estarem relacionadas à “necessidade física do homem de extravasar a violência”, são menos procuradas por mulheres. Sentença questionável do ponto de vista antropológico e infundada pela perspectiva de seu estudo, que não se propôs a verificar tal suposição. O autor conclui que são recursos utilizados para promover a identificação do público nas revistas do segmento *bike* explicitação de um estilo de vida para além da prática esportiva; construção de ídolos do esporte; a publicidade vinculada a produtos e serviços específicos; e a presença do elemento olímpico de Edgar Morin.¹

Em um último momento, ao notarmos na pré-análise para este projeto que grande parte das publicações nos jornais impressos sobre os referidos esportes aparecem nos cadernos de Turismo, averiguamos o fato de que o turismo relacionado às práticas esportivas é crescente. Brandão (2005), analisando revistas especializadas em Turismo, aponta que a comunicação e a atividade turística estão intimamente ligadas, sendo que uma promove e informa sobre as viagens e a outra as realiza. A origem de tal relação, para o autor, está na literatura de viagem que divulga aventuras, explorações e roteiros distantes, com grande mistura de fantasia e fato. As características de reportagens de turismo, segundo ele, são: promoção de uma localidade, mistura de publicidade (não paga) e propaganda (paga), discurso opinativo e subjetivo do repórter, com destinos, meio ambiente e aspectos socioculturais como assuntos mais abordados. Mais do que o fato, interessa o produto turístico, já que não se pauta nos acontecimentos do dia. Mas o mais relevante para o presente trabalho é a inferência de que:

Em geral, o tipo de turismo mais abordado em todas as revistas é o Ecoturismo e o Turismo de Aventura. Isto por que atualmente o viajante tem procurado por locais naturais onde poderá apenas descansar e usufruir as belezas naturais ou praticar esportes de aventura como rapel, trekking, rafting, entre tantos outros. (BRANDÃO, 2005, p. 11)

¹ Narrativa que faz com que pessoas comuns se vejam realizando feitos heróicos, no caso, imaginário de que praticantes deste tipo de atividade enfrentam aventuras com muita coragem e muitas vezes contam apenas com os acessórios que podem carregar e com os componentes do grupo que realiza o trajeto para superar as adversidades.

Após recorrer à revisão de literatura na área de Comunicação Social para situarmos os “novos” esportes, percorreremos, agora, outro caminho. No intuito de descrever o objeto de investigação de uma emergente linha investigativa recorreremos aos diferentes termos que se referem a ele no discurso jornalístico. Em mãos, os termos: esporte radical, esporte de aventura, esporte na natureza e esporte de risco. Partiremos, assim, do levantamento realizado no jornalismo tradicional, tido como força do senso comum, e passaremos a uma discussão fundada na apresentação da origem etimológica dos termos pelo dicionário.

Os “novos” esportes na *Folha de São Paulo*

As mensagens da mídia são discursivamente elaboradas, discutidas e compartilhadas em um círculo de indivíduos. Temos, então, que os jornais impressos oferecem uma estrutura narrativa que reflete o pensamento social acerca dos “novos” esportes. Pôde-se averiguar, em primeiro lugar, na análise do material coletado, que as notícias e matérias acerca dos “novos” esportes estão presentes em diferentes sessões do jornal *Folha de S. Paulo* e apresentam-se em maior número do que o esperado.

A frequência das matérias selecionadas a partir dos termos esportes de aventura, esportes na natureza, esportes radicais e esportes de risco na amostra, aparecem aqui como indicativos da importância do tema e estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de publicações por busca por categoria preliminar

Categorias preliminares	Esportes- radicais	Esportes de aventura	Esportes de risco	Esportes na natureza
Número de publicações por busca	18	10	05	02

Do total de 30 publicações em um semestre verificamos, durante as fases de busca, que uma mesma unidade de análise, ou seja, uma mesma matéria poderia ser listada em mais de uma categoria buscada. Uma notícia pode ser dada em esporte de aventura e esporte radical, por exemplo. As matérias repetidas não estão contabilizadas no total de publicações, mas são contadas no número de publicações por categoria.

Este fato é entendido por nós como sugestão de que as categorias de classificação dos “novos” esportes são usadas indiscriminadamente, como

sinônimos. Em uma mesma nota as expressões natureza, aventura, risco e radical podem ser utilizadas para descrever e qualificar estas práticas alternativas.

Outro dado importante para esta análise é o fato de que os termos esportes na natureza e esportes de risco não foram encontrados, em oposição ao que se verificou na literatura científica sobre o tema. Risco e natureza, embora presentes no discurso, são substantivos que aparecem separados da expressão esporte nos textos sobre modalidades prioritariamente chamadas radicais ou de aventura. Como exemplificado no trecho abaixo:

As condições do tempo, aliás, são motivo de preocupação dos praticantes. Temporal e falta ou excesso de ventos são a dor de cabeça dos velejadores. Mas, para quem gosta de esportes radicais, não há adrenalina sem um pouco de risco. (*Folha de São Paulo*, 28 ago. 2007)

Por outro lado, os termos eventos ou exercícios ao ar livre e esportes de ação, não previstos neste estudo, foram encontrados em menor escala. Para apreciação nos exemplos abaixo:

O QUE TALVEZ tenha sido o maior e mais espetacular tombo da história do skate marcou a 13ª edição dos X-Games, em Los Angeles, EUA, entre os dias 2 e 5 de agosto, e transmitida pela ESPN para 145 países. Realizada anualmente, a “Olimpíada dos *Esportes de Ação*” já não tem a mesma repercussão que suas primeiras edições, mas, na competição, percebe-se uma evolução permanente. (*Folha de São Paulo*, 09 ago. 2007, grifos nossos)

O prazer de se exercitar *ao ar livre* ou a praticidade de uma academia? Se entre essas opções o coração balança, bem, o ideal mesmo é conciliar as duas coisas. (*Folha de São Paulo*, 09 ago. 2007, grifos nossos)

A Tabela 2 apresenta o número total de menções aos termos (categorias averiguadas) encontrados em todas as unidades de análise, evidenciando a clara preferência pela expressão esporte radical nas matérias relacionadas aos “novos” esportes.

Tabela 2 – Número de menções aos termos verificados no total de matérias selecionadas

Categorias averiguadas	Esporte Radical	Esporte Aventura	Esporte Ação	Atividades ao ar livre
Número de menções ao termo	20	08	02	02

O termo esporte radical aparece como a categoria mais geral em que se enquadra uma multiplicidade de novas práticas. Parece ser o termo mais popular para designar tais atividades, seguida de esportes de aventura e, por vezes, apenas aventura.

As modalidades, ou grupos de modalidades, mencionadas em todas as matérias como o que entendemos por “novos” esportes, ou esportes radicais, foram: *skate*, patins, *kitesurfe*, tirolesa, *le pakour*, *bungee jumping*, escalada, *wakeboarding*, *mountain bike*, *orbital ball*, arvorismo, *tow-in*, alpinismo, *moto-cross*, *boardercross*, rapel, *rafting*, paraquedismo, esqui, *base jump*, técnicas verticais, parapente, surfe, *paragliding*, *tandem surfing*, caiaque, *trekking*, *wakesurfe*, mergulho, *windsurfe*, cavernismo, asa delta, vela, canoa havaiana, *snowboard*, *bike BMX* e corrida de aventura. Esta lista de modalidades nos leva a perceber que o critério de classificação “não a motor” para designar os “novos” esportes em oposição aos olímpicos e automobilísticos torna-se obsoleto. Embora, não se tratando da pilotagem das máquinas efetivamente, o *tow-in*, o *wakeboard* e o paraquedismo, por exemplo, utilizam-se respectivamente de *jet ski*, lancha e avião para possibilitar sua prática. Teríamos que refletir sobre esses usos.

A classificação apresenta-se confusa devido à constante hibridização dessas práticas. Combinações e trocas de equipamentos, aperfeiçoamento tecnológico, exploração de novos espaços de exercício são características inerentes e intenção deliberada no cenário dos “novos” esportes e fazem aparecer sempre outros termos e modalidades. Percebeu-se, também, durante as fases de coleta, que, se for solicitada uma busca por modalidades, e não por categorias, serão encontrados alguns artigos não listados pelas buscas anteriores, por exemplo, se procurarmos por surfe especificamente, no lugar de esporte radical, ou escalada no lugar de aventura, ou *rafting*, *skate* etc.

No que se refere a inserção dos “novos” esportes em pautas específicas do jornalismo tradicional esperávamos encontrá-los no Caderno de Esportes. Contudo, como podemos observar na Tabela 3, averiguamos sua maior presença

no caderno Cotidiano, seguido do *Caderno de Turismo e Folhateen*, o que confirma a indicação de Brandão (2005) apontada anteriormente.

Tabela 3 – Número de publicações sobre o tema por Caderno

Cadernos	Cotidiano	Turismo	Folhateen	Esporte	Ilustrada	Equilíbrio	Negócios
Número de publicações sobre o tema	08	07	05	04	04	02	01

O *Caderno de Esportes* vem apenas em quarto lugar e conta com matérias sobre o esporte institucionalizado, voltadas para o acompanhamento de grandes competições formalizadas, tradicionais ou profissionais e tem o futebol como modalidade predominante. Quando as matérias sobre os “novos” esportes estão neste caderno, normalmente tratam de competições, grandes eventos e *rankings*. Podemos verificar tal inferência no exemplo a seguir:

BRASILEIRO – SNOWBOARD Embalada pela vitória no “Big Air” da Copa Milo, Isabel Clark disputa a partir de sábado o 13º Brasileiro de snowboard, que, pela primeira vez, será em El Colorado, Chile, e vale pontos para o ranking FIS. (*Folha de São Paulo*, 23 ago. 2007)

Pode-se perceber que, quando encontradas no *Caderno de Esportes*, as publicações referentes ao tema são pequenas notas em meio à grandes matérias sobre futebol e outras modalidades tradicionais, o que implica um conhecimento prévio por parte do leitor do evento ou modalidade que está sendo divulgada, como siglas e principais atletas.

MUNDIAL DE SURFE – WQS C. J. Hobgood disputou três provas nos EUA e ganhou todas. No domingo, no US Open, bateu Jeremy Flores, campeão do WQS 2006. Jean da Silva ficou em terceiro. (*Folha de São Paulo*, 02 ago. 2007)

Isto demonstra como o que é dado no caderno de esportes segue a lógica do jornalismo especializado analisada por Maciel (2006), trazendo uma terminologia específica e nomes de eventos que sugerem que elas são direcionadas aos iniciados em tais modalidades.

BRASILEIRAS NO MUNDIAL Jacqueline Silva, 28, tornou-se em Haleiwa, Havaí, a primeira bicampeã mundial na divisão de acesso do surfe, WQS. Sua colega no Tour, Silvana Lima, 23, tem cinco pódios em seis etapas e disputa com a estrepante e líder do circuito, Stephanie Gilmore, o título da elite, WCT. (*Folha de São Paulo*, 22 nov. 2007)

No que se refere às notas e matérias do *Caderno Cotidiano e Turismo* verificamos que os “novos” esportes são mais noticiados na rotina de praticantes comuns como opções de lazer ou curiosidade do que como ações institucionalizadas ou competições profissionais. No *Caderno Turismo* as matérias são explicativas e tendem a incluir as modalidades como atividades características de um destino determinado deixando o leitor a par dos atrativos da região que irá visitar. No *Caderno Cotidiano* são curiosidades, narrativas fantásticas sobre a rotina de indivíduos comuns, atividades de lazer inusitadas ou admiráveis a serem ressaltadas na história de um personagem que a pratica ou na dinâmica de uma localidade. Este fato pode indicar a abordagem e a popularização ainda recente dessas práticas. E, embora digam alguns teóricos da aventura que em muito pouco estas modalidades diferem do esporte como o conhecemos, demonstrando como eles fazem parte de um mesmo fenômeno, o esporte moderno; no imaginário popular e no discurso jornalístico estas práticas são entendidas como alternativas ao que é apresentado pelo *Caderno de Esportes* como tradicional.

O porquê das expressões encontradas

Realizando um esforço de compreensão sobre por que os termos acima levantados foram adotados e vêm sendo utilizados para designar os “novos” esportes, buscamos na sua origem, definição primeira em nosso idioma e uso informal relatado no país pelo *Dicionário Eletrônico Houaiss* da língua portuguesa uma lógica para a denominação das atividades em questão. No que se refere ao termo mais utilizado pelo discurso jornalístico acerca dos “novos” esportes temos que “radical” é um adjetivo de dois gêneros. A definição no dicionário indica duas possibilidades de uso para o termo.

A primeira significação diz respeito “ao que é relativo ou pertencente à raiz ou à origem; original”. A segunda, que aqui nos interessa, fala de algo caracterizado por um sensível afastamento do que é tradicional ou usual; algo extremo, drástico. Nesta variante encontramos a menção do que é relativo ou favorável às reformas políticas, econômicas ou sociais apoiadas por posições

e opiniões extremadas, disposição para introduzir alterações profundas em hábitos, condições, pontos de vista correntes.

Embora a conotação acima possa estar também relacionada à significação das “novas” práticas esportivas, mais especificamente, interessa-nos o adjetivo radical como aquilo que é brusco, violento e difícil, exemplificado no *Dicionário Houaiss* justamente com a sentença: “faz no surfe manobras radicais”. A expressão esportes radicais convida a vislumbrar algo extremo, correspondendo possivelmente ao termo *extreme sports* do inglês, que originou o evento competitivo *X-games*. Extremo aparece, aqui, com a conotação de mais alto nível de dificuldade, próximo aos limites, que se aproxima do inédito e do impossível.

Voltando ao que é dito da expressão “radical”, temos que, em seu uso informal no Brasil, qualifica alguém moderno, esportivo, vibrante e juvenil ou algo que exige destreza, perícia e/ou coragem, tendo como exemplo os esportes radicais. Diante da origem e do uso corrente do adjetivo radical, pode-se entender aqui que os esportes ditos radicais, são aqueles situados por oposição aos ditos tradicionais. Modalidades que seriam caracterizadas por demandar um tipo especial de competências físicas e psicológicas e que introduz estilos de vida diferenciados do usual. Coragem extremada no enfrentamento de dificuldades drásticas, temperados com a tendência de relacionarem-se a alterações de comportamentos e pontos de vista alternativos sobre a realidade.

Já o substantivo feminino “aventura” com os exemplos “aventuras de um andarilho” e “percorrer as montanhas do Nepal foi uma grande aventura” se refere à possibilidade de incorrer uma circunstância ou lance acidental, inesperado; a necessidade de lidar com uma peripécia, um incidente. Empresa de desfecho incerto, que incorre em risco, em perigo. Correr algum perigo parece-nos o eixo da construção semântica da aventura. Estar exposto a um conjunto de fatores que determinam um acontecimento ou um fim qualquer, contingência, eventualidade. Do latim *adventura* do verbo *advenire* “chegar, sobrevir”; passa à *aventure* no século XI, que significa “o que vai acontecer a alguém”. “Aventura” em sua definição traz os elementos da incerteza e da fabricação de sentido para algo inusitado, e em sua etimologia carrega a condição de percorrer um trajeto, chegar, apesar das circunstâncias. Do latim medieval *risicum/riscum*, associado à *fortuna*, relacionado ao perigo ligado a um empreendimento marítimo e à sorte ou má sorte de um soldado no italiano do século XIII, chegando a *risque* do francês do século XVI que quer dizer “perigo, inconveniente mais ou menos previsível”.

Daí chegou-se ao substantivo masculino risco que, por sua vez, significa, para nós, probabilidade de perigo, geralmente com ameaça física para o

homem e/ou para o meio ambiente, exemplo: risco de vida. E, por extensão de sentido, probabilidade de insucesso, de malogro de determinada coisa, em função de acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados. O dado relevante é a existência de perigo para a integridade de algo ou alguém, mas que pode ser estimado, aproximado, imaginado. Assim como o risco que se entende no esporte. Dispõe-se a corrê-lo, contando com formas mais ou menos precisas de prevê-lo. Ousaríamos dizer que o risco elevado de morte e comprometimentos sérios é o que caracteriza melhor os esportes de risco em oposição aos tradicionais.

Por fim, há o mundo material, espaço em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas, definição do substantivo feminino natureza. É a realidade em detrimento de quaisquer artifícios ou efeitos artísticos. Conjunto de elementos (mares, montanhas, árvores, animais etc.) do mundo natural; caráter inato. O universo, com todos os seus fenômenos ou o somatório das forças ativas em todo o universo. Da etimologia temos *natura* + *-eza*; de **nasc**-do latim depoente *nascor, éris, nātus sum, nasci* “nascer, ser posto no mundo”. Natureza pode ser entendida aqui em oposição ao cenário urbano, e, portanto, como meio ambiente selvagem. Da primeira definição pode depreender-se o sentido da aproximação do praticante de esportes com a natureza. O encontro, aproximação, conhecimento ou reconciliação com aquilo que existe independentemente da atividade humana, com aquilo que provê a atividade humana, com o que contém o somatório das forças ativas do universo por meio do movimento corporal e da transposição de obstáculos e sobrevivência a fenômenos naturais. Neste sentido, é possível vislumbrar o caráter sagrado que algumas dessas práticas assumem para seus praticantes. O da fabricação íntima de um sentido de transcendência no retorno, reencontro ou re-conhecimento da natureza pelo ser humano.

Considerações finais

Se no mundo ocidental todo o tipo de prática e valor são permeados por sua representação na mídia, a interferência dos meios de comunicação de massa na escolha de atividades de lazer e no comportamento esportivo configura-se principalmente nas formas noticiosas e de divulgação das novas práticas. Pensando a representação de tais práticas nos jornais impressos não especializados atentamos para os esportes apenas mais recentemente abordados pela mídia, os chamados “novos” esportes, considerando que é possível apreender as maneiras como os praticantes e espectadores significam suas práticas por meio de sua apresentação nos meios de comunicação de massa.

Dessa forma, na *Folha de S. Paulo*, a categoria esportes na natureza se refere a uma amplitude de práticas, que podem incluir tanto as atividades em trilha ou na praia e que não necessariamente implique no arriscar-se, como as atividades de risco. Embora a natureza seja apresentada como espaço privilegiado de encontro com o adverso e o incontrolável. Então, os esportes de risco estariam mais relacionados à ressignificação da vida a partir do enfrentamento do risco de morte ou da liberação inconsequente da preocupação com o comprometimento da integridade física e psíquica, um risco calculado, mas extremo, seja em espaço urbano ou natural. Já as atividades radicais podem ser entendidas como aquelas que perseguem movimentos fora do comum, novas máquinas lúdicas e a transgressão de regras sociais, também em ambos os espaços, sendo a categoria mais amplamente difundida e que engloba maior variedade de modalidades. E os esportes de aventura trariam um elemento de purificação das pressões e facilidades da vida em sociedade por meio da conversão do esforço e da superação em determinação de caráter a partir da aproximação do homem com a pureza do mundo, da busca por uma intensificação da vida, da formidável formação de si mesmo em meio ambiente natural. Seriam, portanto, atividades de risco ou radicais na natureza. Na linguagem jornalística, entendemos que muitas vezes o esporte radical aparece como sinônimo de esporte de aventura, contendo os aspectos do risco, da inventividade, da transgressão e da natureza. Mas que a aventura em si tem um quê de trajeto e de moral.

Independentemente de como se convençione chamar essas práticas, foi possível averiguar na *Folha de S. Paulo* que os atributos heróicos esportivos são representados de maneira diferente das dos esportes tradicionais, seja na prática recreativa ou na competitiva. Não é o caso dizer que o esporte tradicional é exclusivamente isto ou aquilo. Mas de enfatizar que, na linguagem jornalística, os “novos” esportes são construídos como que priorizando valores diferenciados que são associados à emergência da contemporaneidade. Esta situação está evidenciada no fato de que um maior número de publicações sobre os “novos” esportes está concentrado nos *Cadernos Cotidiano*, *Turismo e Folhateen*, em detrimento do *Caderno de Esportes*. Assim, enquanto os esportes tradicionais, no entender do jornal investigado, priorizam as disputas entre indivíduos ou equipes de pares e formas de se aferir o rendimento em busca de um vencedor, as novas práticas para além das competições incitam o enfrentamento das intempéries naturais e dos obstáculos urbanos na busca do aparentemente impossível, do sentimento de ter sua existência em mãos através do domínio do próprio corpo.

Verificamos também que, além de aparecerem hoje nos jornais impressos em cadernos distintos, estas são atividades de difícil classificação e em cons-

tante mutação que, embora mencionadas cada vez mais frequentemente pelos veículos de comunicação, remetem ao uso de terminologia variada para sua designação.

Fronteiras semânticas muito tênues no uso das distintas expressões acima tratadas são também encontradas na produção científica sobre o tema. As preferências autorais não são suficientemente justificadas e os diferentes termos também aparecem em caracterizações de um mesmo conjunto de modalidades. Encerramos, então, com a ideia de que a multiplicidade de termos para designação das mesmas práticas e a dificuldade de definição de cada um deles são as próprias características da prática esportiva contemporânea. Há que se ser fiel ao uso das expressões elaboradas pelos próprios sujeitos da prática quando se empreende um estudo sobre as modalidades em separado. Mas, tentar elaborar uma categoria única seria impor seu uso, desrespeitando as dinâmicas criativas da vida humana. Portanto, há, sim, uma confusão conceitual quanto aos termos esportes de aventura, esportes radicais, esportes de risco e esportes na natureza e um uso indiscriminado de tais termos na comunicação de massa no que se refere a designar os “novos” esportes, mas que não pode ser evitada.

Referências

ALMEIDA, Cristina. A emergência de uma nova subcultura desportiva. *Revista Horizonte*, Lisboa, v. 14, n. 80, 1996.

BRANDÃO, C. Jornalismo especializado em turismo: foco nas revistas *Horizonte Geográfico*, *Os caminhos da Terra*, *Próxima Viagem* e *Viagens e Turismo*. In: INTERCOM, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em <www.intercom.com.br>. Acesso em: nov. 2007.

DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo. Notas conceptuales sobre los deportes en la naturaleza. *Lecturas*, Buenos Aires, ano 12, n. 114, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd114/>>. Acesso em: dez. de 2007.

FERNANDES, Rita de Cássia. Esportes radicais: referências para um estudo acadêmico. *Revista Conexões: educação, esporte, lazer*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 96105, jul./ dez. 1998.

FORTES, Rafael. *O surfe nas ondas da mídia: uma proposta de abordagem*. 2005. In: INTERCOM, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em <www.intercom.com.br>. Acesso em: nov. 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: BHRUNS; MARINHO (Org.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006.

MACIEL, Tiago Augusto. *A representação de tribo urbana no jornalismo de revista esportivo especializado – segmento bike: análise de representação do indivíduo e da tribo urbana na revista VO2 MAX*. 2006. 67f. Monografia (Graduação em Jornalismo)–Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2006.

POCIELLO, Christian. Os desafios da leveza. As práticas corporais em mutação. In: SANT'ANNA (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

Acesso ao lazer em áreas naturais no Rio de Janeiro

*Zenaide Ribeiro Mariano**

Introdução

O cenário que encontramos nas grandes cidades brasileiras hoje é de um tecido urbano desgastado pelos efeitos da desigualdade social crescente. As zonas mais ricas das cidades são mais preservadas e alvo constante de investimentos governamentais; os equipamentos culturais encontram-se frequentemente concentrados nessas áreas.

A partir da industrialização as populações urbanas veem a degradação do ambiente urbano e olham para a natureza como um retorno a uma condição melhor, a um paraíso do qual foram expulsos. Nesse contexto são criados os primeiros parques nacionais, com o intuito de preservar áreas naturais da degradação que o homem lhes impõe, para que as populações urbanas possam desfrutar delas como visitantes.

O planejamento das cidades passa a incluir a preocupação com as áreas verdes, que se tornam espaços valorizados para visita, e suas proximidades, para moradia (DIAS; ALVES JUNIOR, 2005). A proximidade do verde e a oferta de lazer são amplamente utilizadas como argumento de vendas de imóveis. O que se vende é um estilo de vida consoante com a modernidade, com o desejo de estar próximo e em harmonia com a natureza.

Os parques urbanos em diversas cidades no Brasil, como na Europa, passam por diversas fases, caracterizadas pelos objetivos que tinham seus arquitetos: o parque paisagístico, no século XVIII, foi o primeiro tipo de parque urbano criado inicialmente nos Estados Unidos, seguido na Europa e no Brasil,

* Professora de Educação Física, formada na UFRJ, atuando na rede municipal de educação de São Gonçalo. Faz parte do grupo de pesquisa Esporte, Lazer e Natureza, da UFF. Tem estudado o lazer nos parques naturais e, em especial, o acesso a este lazer.

voltado para o passeio contemplativo das elites. Exemplos desse tipo de parque são o Central Park, em Nova Iorque, e o Passeio Público, no Rio de Janeiro (SANTOS; MIOTTO, 2006).

Dois objetivos relativos à industrialização são agregados na criação desses parques: a recuperação das forças e da saúde e a reserva de oxigênio da cidade. Surgem novos parques, com divisão dos espaços em áreas funcionais, dirigidas a tipos diferentes de atividades. A linha projetual contemporânea valoriza a atividade física condizente com o que se costuma chamar de culto ao corpo, fazendo o artificial conviver com o natural. Nos parques ecológicos urbanos vê-se, ainda, que, geralmente, a maior parte de sua área não é aberta à visitação ou ao lazer, sendo reservada para fins de preservação, mantendo uma visão romântica de natureza perfeita se intocada pelo homem.

Embora a origem dos parques esteja de alguma forma ligada ao lazer dos trabalhadores, como mostrado anteriormente, no Brasil, a tendência era oferecer recreação às elites, primeiramente. A natureza é valorizada em oposição à degradação urbana pós-industrial; quanto mais “intocada”, mais perfeita, mais desejável; a habitação humana em áreas naturais protegidas não deve existir, mas a visitação, sim. Os defensores dessas áreas, incluindo os gestores, geralmente impõem limites à visitação, seja em área, em horário, em variedade de atividades, na cobrança de ingresso; parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão de homem como destruidor da natureza.

Cabem aqui as perguntas: Quem estes parques pensam que seus visitantes são? A quem estes parques estão endereçados? Lembro que, de acordo com Melo e Alves Junior (2003), o modo de enquadramento não é estático e depende do uso que o público faz do produto. Cabe, então, investigar como é a relação entre os parques brasileiros que têm a natureza como cenário e protagonista, projetados para a recreação das elites, recreação essa muitas vezes apenas contemplativa, e seus frequentadores.

Os parques

O Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro,¹ publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e pela Secretaria Municipal

¹ Neste capítulo, os dados numéricos relativos aos parques e os referentes às suas histórias foram extraídos do Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro; os dados populacionais, como o de renda per Capita, e territoriais da cidade do Rio de Janeiro foram obtidos no Armazém de Dados do Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, acessível em <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>.

de Meio Ambiente, traz relevantes informações sobre as principais Unidades de Conservação Ambiental (UCA's) do município. Unidades de Conservação Ambiental foram definidas por Neves e Tostes (apud IBAM/DUMA, 1998), como “áreas que, por seus atributos ecológicos, apresentam um estatuto especial de uso e ocupação de solo e de manejo de seus ecossistemas naturais” (p.11).

Inicialmente, foram selecionadas 29 UCA's, incluindo todos os parques (exceto um, desativado), a única reserva florestal e o Jardim Botânico (que, a rigor, não se enquadra na definição de UCA); esses locais são destinados à visitação e seu uso corresponde à definição de parque. Essas áreas somam 180.705.700m², cobrindo 15,28% dos 1.182km² do território total do município. Considerando apenas as áreas protegidas, a cidade do Rio fica com largos 29,44m² de área verde por habitante, bem acima do mínimo de 12m² recomendado pela ONU, conforme Teles (1991). A cobertura vegetal total do município soma cerca de 332km², ou 28% de seu território.

Quadro 1 - Distribuição os parques e sua devida área e situação administrativa

	Área (m ²)	AP	Ano de criação	Administração
Quinta da Boa Vista	378.000	1	1876	Municipal
Campo de Santana	155.200	1	1880	Municipal
Passeio Público	33.600	1	1783	Municipal
Parque Darke de Matos	66.700	1	1976	Municipal
Parque Nacional da Tijuca	33.600.000	2	1961	Federal
Parque Guinle	24.700	2	1944	Municipal
Parque do Flamengo	1.219.000	2	1964	Municipal
Parque do Pasmado	43.800	2	1977	Municipal
Parque Estadual da Chacrinha	133.000	2	1969	Estadual
Parque Garota de Ipanema	25.800	2	1978	Municipal
Pq. Municipal do Penhasco Dois Irmãos	253.000	2	1992	Municipal
Parque Tom Jobim	210.000	2	1995	Municipal
Parque da Catacumba	308.000	2	1979	Municipal
Parque Lage	522.000	2	1977	Est. e Federal
Jardim Botânico	1.370.000	2	1808	Federal
Parque da Cidade	470.000	2	1941	Municipal

Parque Recanto do Trovador	77.000	2	1888	Municipal
Reserva Florestal do Grajaú	550.000	2	1978	Estadual
Parque Marcello de Ipanema	129.000	3	1995	Municipal
Parque Ari Barroso	50.000	3	1964	Municipal
Parque Orlando Leite	27.200	3	1982	Municipal
Bosque da Freguesia	310.000	4	1992	Municipal
Bosque da Barra	500.000	4	1983	Municipal
Pq. Municipal Ecológico de Marapendi	1.520.000	4	1978	Municipal
Pq. Ecológico Municipal Chico Mendes	400.000	4	1989	Municipal
Parque Estadual da Pedra Branca	125.000.000	4	1974	Estadual
Parque Ecológico do Mendanha	13.234.700	5	1993	Municipal
Pq. Municipal da Fazenda do Viégas	95.000	5	1996	Municipal

As maiores unidades são o Parque Estadual da Pedra Branca, com 125.000.000m² de área localizados no Maciço da Pedra Branca, chegando a diversos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, mas com acesso apenas pelos bairros de Camorim e Pau da Fome, em Jacarepaguá, e Campo Grande; o Parque Nacional da Tijuca, com 33.600.000m² nos limites de vários bairros, principalmente o Alto da Boa Vista e Santa Teresa; o Parque Ecológico do Mendanha, com 13.234.700m² localizados na Zona Oeste do Rio; o Parque Municipal Ecológico de Marapendi, no Recreio dos Bandeirantes, com 1.520.000m²; e o Jardim Botânico, no bairro do Jardim Botânico, com 1.370.000m².

Em 22 das 29 UCA's selecionadas o ecossistema é antropomorfizado, em alguns casos convivendo com ecossistemas naturais. Esse dado traz a questão sobre a domesticação da natureza, uma vez que até a conservação de áreas naturais é feita por meio das modificações realizadas pelo homem em benefício de seu lazer, sua estética. Os parques possuem equipamentos diversos e são procurados para usos variados. De todas as unidades, 15 dispõem de *playground* e 12 de quadras esportivas, enquanto oito contam com pistas de corrida, *skate* ou bicicleta; oito UCA's são propícias para contemplação e sete para passeios; aparelhos de ginástica são encontrados em sete parques, e seis dispõem de ambiente para recreação infantil; trilhas podem ser percorridas em sete parques; 8 unidades são procuradas para piqueniques, como nos informa o Guia.

Os objetivos de criação das unidades são diversos, desde conservação ambiental, lazer contemplativo, fins sanitários como “dar um pulmão à capital do império”, amenizar a paisagem urbana, paisagismo e lazer ativo para manutenção de um corpo produtivo. O Parque do Pasmado (Parque Yitzhak Rabin), localizado em Botafogo, foi criado com o interessante fim de evitar a ocupação da área de onde havia sido retirada uma favela, removida para o Conjunto Habitacional Vila Kennedy, na Zona Oeste do município, em 1964. Outra parte da encosta do mesmo morro, também fruto da remoção da favela, foi ocupada por um condomínio residencial na década de 1970.

A cidade está organizada em Regiões Administrativas (RA's), em número de 33, cada uma com um ou alguns bairros; essas RA's estão agrupadas em cinco Áreas Programáticas (AP's).² Essas UCA's estão distribuídas por 35 bairros cariocas, abrangendo 16 RA's e as cinco AP's da Administração Municipal. A AP1, que inclui as RA's do Centro, Região Portuária, Rio Comprido, São Cristóvão, Paquetá e Santa Teresa conta com 4 UCA's, totalizando 633.500m² de área verde (1,8% do território da AP), com 2,36m²/hab. A renda *per capita* desta AP é de cerca de R\$456,00. A AP2, que abrange a Zona Sul do Rio e a região da Tijuca, conta com 15 Unidades, somando uma área de 73.033.300m² (73,7% do território da AP), oferecendo generosos 73,21m² de área verde para cada habitante. Nesta Área Programática está localizado o Parque Nacional da Tijuca, amplamente conhecido como detentor da maior floresta urbana do mundo (título contestável), fruto de esforços de reflorestamento de uma área degradada pela monocultura de café, no fim do século XIX. Esta AP apresenta renda *per capita* de aproximadamente R\$1.426,00. Na AP3 existem cinco UCA's, com

² AP1 – Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Rio Comprido, Sta. Teresa, Sto. Cristo, S. Cristóvão, Saúde, Vasco da Gama. AP2 – Alto da Boa Vista, Andaraí, Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Gávea, Glória, Grajaú, Humaitá, Ipanema, J. Botânico, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Maracanã, Pça. da Bandeira, Rocinha, S. Conrado, Tijuca, Urca, Vidigal, Vila Isabel. AP3 – Abolição, Acari, Água Santa, Anchieta, Bancários, Barros Filho, Bento Ribeiro, Bonsucesso, Brás de Pina, Cachambi, Cacuia, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, C. Universitária, Cocotá, Coelho Neto, Colégio, Complexo do Alemão, Cordovil, Costa Barros, Del Castilho, Encantado, Engº Leal, Engº da Rainha, Engº de Dentro, Engº Novo, Freguesia (I. do Governador), Galeão, Guadalupe, Higienópolis, Honório Gurgel, Inhaúma, Irajá, Jacaré, Jacarezinho, J. América, J. Carioca, J. Guanabara, Lins de Vasconcelos, Madureira, Manguinhos, Maré, Marechal Hermes, Maria da Graça, Méier, Moneró, Olaria, Oswaldo Cruz, Parada de Lucas, Pq. Anchieta, Pq. Columbia, Pavuna, Penha, Penha Circular, Piedade, Pilares, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Quintino Bocaiúva, Ramos, Riachuelo, Ribeira, Ricardo de Albuquerque, Rocha, Rocha Miranda, Sampaio, S. Francisco Xavier, Tauá, Tomás Coelho, Todos os Santos, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vigário Geral, V. Cosmos, V. da Penha, Vista Alegre, Zumbi. AP4 – Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia (Jacarepaguá), Gardênia Azul, Grumari, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Pechincha, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, V. Valqueire. AP5 – Bangu, Barra de Guaratiba, Campo dos Afonsos, Campo Grande, Cosmos, Deodoro, Guaratiba, Inhoaíba, J. Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Sta. Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, V. Militar.

206.200m² (0,1% do território da AP), ficando apenas 0,08m² dessa área por habitante da região. A renda per Capita nesta AP gira em torno de R\$420,00. Cinco unidades de conservação localizam-se na AP4, perfazendo uma área de 127.730.000m² (43,5% do território da AP), totalizando 187,27m²/hab, uma razão 15 vezes maior que o índice recomendado pela ONU e 6 vezes maior que o desfrutado na cidade como um todo. É nesta AP que está o maior parque do município, o Parque Estadual da Pedra Branca, que fornece 125.000.000m² de Área de Conservação Ambiental à cidade. Na AP4 a renda *per capita* é de cerca de R\$797,00. Por fim, a AP5 conta com 13.329.700m² de área verde (2,25% do território da AP) distribuídos em 2 UCA's, oferecendo 8,56m²/hab. Esta AP conta com renda *per capita* de aproximadamente R\$281,00.

Como pontua Jacobs, citado por Simone Rechia (2003), a área verde necessária para o fornecimento de oxigênio aos cidadãos não tem de ser necessariamente medida dentro de parques, antes servindo ao mesmo fim qualquer árvore localizada nas ruas dos bairros. Entretanto, chama atenção uma cidade que, oferecendo como um todo 29m² de área verde por habitante, chegando a 187,27 em certa região, contar com menos de 3m²/hab em duas regiões, sendo o índice igual a 0,08 na região mais populosa do município, com 2.353.590 habitantes distribuídos em 202,83km² (lembrando que a recomendação da ONU é de 12m² de área verde por habitante).

Os bairros da Zona Sul carioca concentram 11 parques, com 4.579.300m² de área verde para 514.139 habitantes distribuídos em 52.440.000m², totalizando 8,9m² de área verde por habitante, em 8,73% de seu território. Embora muitos bairros da Zona Sul façam limite com o Parque Nacional da Tijuca, ele não entra nesta conta, pela dificuldade de delimitar quanto dele está nessa Zona, quanto está na Zona Norte. A Barra da Tijuca, juntamente com o Recreio dos Bandeirantes e toda a região de Jacarepaguá detêm cinco parques que somam 127.730.000m², para uma população de 309.178 habitantes em uma área de 292.200.000m² (413m² de área verde por habitante em 43% de seu território).

Para o levantamento do perfil do frequentador dos parques no Rio de Janeiro, com detalhamento das características dos mesmos, foi necessário selecionar 10 unidades a serem visitadas. O critério geral utilizado foi o tamanho dos parques, selecionando os de maior área. A exceção é a Quinta da Boa Vista, que tem a 12^a maior área entre os parques, mas foi incluída considerando sua tradição de receber as famílias dos trabalhadores para momentos de lazer. Embora o Jardim Zoológico seja mais um chamariz para a frequência do parque, não está incluído neste estudo por ser considerado uma unidade independente. Outro ambiente natural que não foi incluído é a praia, que é uma Área de Proteção Ambiental sem ser um Parque; de todo modo, considerando sua extensão e

características peculiares, seria inviável incluir a área neste estudo. O conjunto de montanhas da Urca é também um ambiente muito procurado para lazer na natureza e tem tombamento federal, mas também não constitui parque.

Feitas tais considerações, estão neste estudo as seguintes Unidades de Conservação Ambiental: Parque Estadual da Pedra Branca; Parque Nacional da Tijuca; Parque Ecológico do Mendanha; Parque Municipal Ecológico de Marapendi; Jardim Botânico; Parque do Flamengo (Brigadeiro Eduardo Gomes); Reserva Florestal do Grajaú; Parque Lage; Bosque da Barra (Parque Arruda Câmara); Quinta da Boa Vista. Essas 10 Unidades de Conservação somam 177.893.700m², correspondente a 98,35% da área total dos parques naturais do município, sendo 37% do número de parques.

O Parque Estadual da Pedra Branca encontra-se no maciço da Pedra Branca, limitando-se com vários bairros da Zona Oeste, entre eles, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena, Grumari, Guaratiba, Bangu, Campo Grande e Realengo, perfazendo uma área de 125 milhões de metros quadrados, equivalente a 11% do território do município. Apesar de sua extensão colocar o parque junto a tantos bairros, ele conta apenas com a sede na Taquara, uma subsede em Camorim, Jacarepaguá, e uma guarita no Rio da Prata, em Campo Grande. Um dos maiores atrativos do parque são as cachoeiras e mananciais hídricos. Apesar de o acesso ser gratuito, há necessidade de marcação da visita, que acontece de 8 às 17 horas, acompanhado por um guarda designado pela administração; para percorrer os caminhos do maciço, o que pode ser feito a pé, a cavalo ou de bicicleta em certos trechos, é preciso ainda obter autorização da administração.

O Parque Nacional da Tijuca tem extensão territorial de 33.600.000m² e é o único parque nacional no Brasil localizado em área urbana. O local é considerado redutor da poluição e amenizador do clima, talvez especialmente por estar tão próximo ao centro da cidade. Há uma distinção entre três conjuntos paisagísticos do parque: Andaraí – Tijuca – Três Rios, conhecido como Floresta da Tijuca; Corcovado – Sumaré – Gávea Pequena; Pedra Bonita – Pedra da Gávea. No interior do parque encontram os museus, as capelas, locais para piqueniques, trilhas bem sinalizadas que conduzem a picos com vista panorâmica, o Corcovado com o Cristo Redentor, as quedas d'água das paineiras, rampa de voo livre, restaurantes e diversas outras atrações. Limita-se com diversos bairros, com os principais acessos no Alto da Boa Vista, Cosme Velho, em Santa Teresa, na Gávea e no Jardim Botânico. José Augusto Drummond narra detalhadamente a história da Floresta da Tijuca em seu artigo “O jardim dentro da máquina” (DRUMMOND, 1988).

O Parque Ecológico do Mendanha tem extensão de 13.234.700m² e está no maciço Gericinó-Mendanha, em Bangu, que frequentemente tem as maiores temperaturas da cidade, devido à sua baixa cobertura vegetal. Há dois portões de acesso ao parque, ambos na Estrada Guandu do Sena, com acesso pela Avenida Brasil em Bangu ou em N. S. das Graças, em Campo Grande. O parque tem trilhas ecológicas, rios e cachoeiras ainda pouco exploradas. Parte da área do parque, sob tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, é ocupada por pequenas propriedades agrícolas.

O Parque Municipal Ecológico de Marapendi ocupa uma área de 1.520.000m². A configuração atual do parque cumpre o objetivo de proteger as faixas marginais das lagoas de Jacarepaguá, resguardando e valorizando a paisagem e o ecossistema locais, servindo para recreação e lazer. Está localizado no Recreio dos Bandeirantes, com três acessos ao bairro. O parque dispõe de torres para observação da paisagem, atracadouros, trilhas, ciclovia, e equipamentos de educação ambiental, contando ainda com áreas próprias para piquenique e *playground*.

O Jardim Botânico, localizado no bairro de mesmo nome, tem apenas parte de sua área aberta à visitação, sendo o restante da área destinada à preservação. O acesso é cobrado; há visita guiada em alguns dias da semana. Além de contar com numerosas espécies vegetais oriundas de várias partes do mundo, contém um patrimônio cultural composto por edificações históricas e obras de arte. Sua disposição orienta a visita; os frequentadores contam com parque infantil, museu, horto, biblioteca, cafeteria e lojas.

O Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, mais conhecido como Parque do Flamengo, oferece diversas quadras esportivas, equipamentos para recreação infantil, amplas paisagens das margens da Baía de Guanabara, museus, casas de espetáculos, restaurantes, pistas de corrida, ciclismo e skate, gramados para piqueniques, locais para modelismo aéreo e naval, aparelhos de ginástica, uma marina, bicicletários e praias onde o banho não é recomendado. Em alguns desses equipamentos cobra-se ingresso.

A Reserva Florestal do Grajaú estende-se pela Serra dos Três Rios até os limites do Parque Nacional da Tijuca. Dispõe de equipamentos e facilidades características de um parque, o que atrai o público vizinho para a prática de atividades esportivas, de lazer e sociais. O local tem como atrativos: grutas, trilhas, *playgrounds*, churrasqueiras, aparelhos de ginástica e mesas de jogos, além de vias de escalada.

O Parque Lage abriga em seu terreno a Escola de Artes Visuais e a Fundação Renascer. No parque há uma represa que abastece sete lagos, duas cascatas e um aquário, um mirante, uma gruta artificial, uma trilha que chega ao Corcovado e *playgrounds*.

O Bosque da Barra (Parque Arruda Câmara) tem características semelhantes ao Parque Municipal Ecológico de Marapendi. O Bosque conta com quadras esportivas, pistas de caminhada, corrida, ciclismo e *skate*, áreas gramadas para atividades recreativas, churrasqueiras, brinquedos de tronco de madeira e corda, um teatro de arena e um horto.

A Quinta da Boa Vista está situada no bairro de São Cristóvão, junto a estações ferroviária e de metrô. É um dos locais mais procurados para lazer nos fins de semana e feriados, e conta com diversas atrações, desde o Jardim Zoológico anexo, o Museu Nacional, quadras esportivas e esportes nos gramados, recreação infantil, lago, gruta, restaurante e dois centros de visitantes. O ingresso para o museu é cobrado.

Para a obtenção de um perfil do visitante e para conhecermos aqueles que são atraídos por este parque, de onde vêm essas pessoas, o que as traz ao parque, o que as afasta dele, qual a relação que as pessoas estabelecem com o parque que estão visitando e com os parques, em geral, foram realizadas entrevistas com os visitantes dos parques selecionados. As informações colhidas nas visitas às unidades deve nos oferecer uma ideia sobre quem esses parques pensam que seus frequentadores são, a quem eles estão endereçados. A partir dessas informações, poderemos discutir se o acesso ao lazer em áreas naturais é oferecido em boas condições à população carioca em geral e as possíveis restrições a este acesso.

Apresentação e discussão de resultados

As visitas aos parques revelaram ambientes agradáveis, bem cuidados e convidativos. Exceções foram o Parque Municipal de Marapendi, que margeia a lagoa de mesmo nome, cujo mau cheiro encurta as visitas; os Parques do Mendanha e da Pedra Branca têm trilhas que não podem ser livremente percorridas, necessitando, no segundo caso, de autorização da administração, e, no primeiro, de acompanhamento dos guardas municipais em serviço. Os parques da Tijuca, do Grajaú, do Mendanha, do Flamengo, de Marapendi e o Bosque da Barra têm características que convidam à atividade, como trilhas, equipamentos de ginástica, pistas de caminhada, corrida, bicicleta e *skate*, parquinhos infantis, vias de escalada, piscina e quadras esportivas. O Jardim Botânico e o Parque Lage têm características de contemplação, com jardins e banquinhos; este último conta com uma escola de artes visuais e restaurantes que parecem ser atrações centrais para os visitantes. O Parque da Pedra Branca e a Quinta da Boa Vista são híbridos neste aspecto: o primeiro conta com trilhas que dispõem de banquinhos para os visitantes; caso queiram percorrer

trilhas mais longas, como a que leva ao ponto culminante do município, estes têm de obter autorização, conforme mencionado. A Quinta da Boa Vista é projetada para a contemplação, mas o público faz uso do parque para muitas atividades, especialmente andar de bicicleta, *skate*, patins etc., e piqueniques. Chama a atenção a grande oferta de aluguel de bicicletas, carrinhos, e outros equipamentos, e de venda de brinquedos como bolas e bichinhos de plástico; este é o único parque visitado que conta com tal oferta e por ser seu público provavelmente de menor poder aquisitivo que os demais.

Foram realizadas 116 entrevistas com frequentadores dos 10 parques selecionados no município do Rio de Janeiro, nos fins de semana e um feriado no mês de junho de 2007. As entrevistas buscaram identificar os frequentadores a partir de sua idade, sexo, bairro de residência, grau de instrução, frequência ao parque, frequência a outros parques, conhecimento de outros parques mais próximos de sua residência, condução utilizada para chegar ao parque, companhias na visita, atividades realizadas na visita, concepção de pontos positivos e negativos do parque e o que pensa que o parque deveria ter. As perguntas eram feitas oralmente pela entrevistadora e as respostas, espontâneas, dadas também oralmente. Os entrevistados permaneceram anônimos. As respostas foram categorizadas para o trabalho com os dados.

Houve ligeiro predomínio do público feminino nas entrevistas (69 mulheres e 47 homens), sendo aproximadamente essa mesma a proporção entre os frequentadores de forma geral. A faixa etária mais presente foi de 26 a 35 anos, seguida pela faixa de 36 a 45 anos. Essas duas faixas somaram mais de 50% do total de entrevistas. Foram realizadas poucas entrevistas com crianças, não representando a proporção da população total presente nos parques. Sua presença era maciça na Quinta da Boa Vista, no Jardim Botânico (na área de recreação infantil) e no Bosque da Barra; os parques com menor frequência do público infantil foram o Parque do Flamengo e o Parque Lage.

Dos entrevistados, 5% eram moradores da AP1 (Centro), 43% da AP2 (Zona Sul e Tijuca), 16% da AP3 (Subúrbios), 14% da AP4 (Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá), 8% da AP5 (Zona Oeste), 6% de outros municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e 6% de outros estados. Esses números acompanham aproximadamente a proporção de habitantes nas AP's 1 e 4; no caso das AP's 3 e 5, o número de frequentadores de parques é proporcionalmente bem menor que o de habitantes, enquanto na AP 2 é quase três vezes maior que a proporção de habitantes.

Dois dados são importantes para entender essas discrepâncias proporcionais: a procura de parques próximos da residência; e a distribuição da oferta de parques, especialmente dos maiores, que foram incluídos no estudo. A maioria

dos entrevistados (58%) frequenta parques próximos ao bairro onde moram. Se 52% dos parques do município e 50% dos parques constantes neste estudo encontram-se na AP2, parece condizente que 48% dos frequentadores dos parques sejam moradores dessa área. Em vista desses dados, achei curioso que apenas seis entrevistados tenham se referido à proximidade como um ponto positivo do parque que frequentam, embora seja claramente um critério de escolha.

Quase metade dos entrevistados possui curso superior e tem acesso ao parque em carro próprio, enquanto 29 chegam lá a pé. Poucos precisaram tomar mais de uma condução, e em um único caso esse número chegou a três conduções – o entrevistado era morador de município da região metropolitana. Muitos iam ao parque pela primeira vez (26) ou vão esporadicamente (24), quase tantos quantos alegam frequentar semanalmente (27). Embora, como já vimos, existam parques públicos em todas as Áreas Programáticas do município, 21 entrevistados que visitavam parques localizados fora de sua AP de origem não conhecem parques mais próximos de sua residência. Dos 41 que conhecem, apenas 23 frequentam. A maioria das pessoas vai ao parque com a família, sendo que o objetivo de muitas famílias em suas visitas aos parques é a recreação infantil. Apenas cerca de 5% dos entrevistados vai sozinho ao parque, e esses procuram a realização de alguma atividade física, geralmente corrida.

Caminhada e corrida são as atividades mais praticadas nos parques, seguidas pela contemplação, piqueniques (incluindo churrascos em equipamento permanente dos parques) e recreação infantil. A natureza foi o ponto positivo mais citado pelos frequentadores; o estado de conservação dos parques foi o ponto negativo mais citado, embora tenha muitas citações como ponto positivo também – diversas pessoas não mencionaram ponto negativo.

Muitos entrevistados não deram resposta à pergunta sobre o que o parque deveria ter; das respostas obtidas, os itens mais citados referem-se à estrutura para visitantes, principalmente banheiros, restaurantes e lanchonetes, e também relativos à orientação do visitante. A segurança apareceu como ponto positivo em quase todos os parques, mas apareceu como ponto negativo em sete deles, tendo sete citações entre os frequentadores do Parque do Flamengo. Neste parque houve também cinco sugestões relativas à implantação, conservação ou melhoria da iluminação pública, tida como motivo de preocupação em relação à segurança especialmente durante a noite. Alguns sugeriram até mesmo a realização de eventos como shows no parque à noite como estratégia para torná-lo mais seguro.

Merecem destaque algumas menções à gratuidade como ponto positivo, feitas por visitantes do Bosque da Barra, do Parque do Flamengo e do Parque Lage; à oferta de espaço, na Quinta da Boa Vista e no Parque Lage; e uma menção

à cobrança de ingresso no Jardim Botânico como ponto positivo, sob alegação de que seleciona a frequência. Vale destacar que o Parque Municipal de Marapendi abriga um centro de referência em educação ambiental e, por isso, recebe muitas visitas escolares durante a semana. O parque conta também com equipamentos de recreação infantil, mas não é um local agradável, pois a lagoa que o parque margeia é muito poluída e exala mau cheiro.

Os dados mostram que muitos habitantes do Rio são frequentadores assíduos dos parques e que encontram neles o que procuram, embora desejem mais facilidades. Um número significativo de entrevistados não tem queixas em relação a estes, revelando que, para essas pessoas, os parques cumprem sua função. As reclamações mais encontradas referem-se ao estado de conservação e estrutura para visitantes, itens relativos à apresentação dos parques, e não ao seu propósito e funcionamento. O número de visitantes de primeira vez chama a atenção, mostrando que o morador do Rio ainda está descobrindo suas áreas verdes. Dez dos 26 visitantes de primeira vez frequentam outros parques. Este indicador, juntamente com o número de frequentadores semanais ou quinzenais, aponta para uma relação estabelecida ou em estabelecimento do morador do município com os parques.

Os parques aparecem ainda cumprindo uma função significativa dentro da vida familiar. A maciça presença de grupos familiares entre os visitantes, associada à alta incidência das atividades de recreação infantil e da frequência semanal, indicam que este é um recurso de que as famílias lançam mão para atender a suas necessidades de lazer. Além da facilidade dos parquinhos infantis existentes nessas áreas (também presentes nas praças de bairro), parece contribuir para essa disposição a percepção do parque como um local seguro, em uma cidade cujos discursos apontam para uma sensação de insegurança quase paralisante.

Há uma clara preferência por parques próximos da residência do visitante, o que não representa problema para os moradores da AP2, que dispõem de 15 parques públicos para visitar. O mesmo não se pode dizer em relação às demais AP's. No caso da Barra da Tijuca, os moradores fazem uso de áreas verdes dentro de seus condomínios, o que atende à busca por um parque próximo de sua residência e aos anseios por segurança, e reduz a necessidade de parques públicos. Entretanto, a Barra da Tijuca é um bairro diferente dos outros, como já vimos, e suas características não se aplicam aos demais. Considerando que as AP's 3 e 5 têm, respectivamente, 39% e 27% da população total do município, e apenas 19% e 10% dos visitantes dos maiores parques, contando com apenas três e dois parques em seus territórios, pode-se ver que os habitantes dessas regiões têm menos acesso ao lazer em áreas verdes do

que os das demais regiões. Isso acontece também com os demais equipamentos culturais: as regiões de indicadores mais desfavoráveis são as mesmas que têm menos acesso a esses equipamentos, enquanto as de melhores indicadores têm mais acesso. Como salientam Peres e Melo (2006), “isto não significa que exista uma relação de causa e efeito entre estas duas variáveis, apenas demonstra a ‘força’ que mantém ‘unidos’ estes dois conjuntos de valores”.

Onze parques no município contam com cinco linhas de ônibus ou menos em seu entorno; dois deles, apenas com uma linha; sete parques são servidos por seis a 11 linhas de ônibus; três, por 12 a 19 linhas; quatro parques podem ser visitados por usuários de 20 a 29 linhas e dois, por mais de 30 linhas de ônibus. Dezesete parques dispõem de outros meios de transporte coletivo além de ônibus. Entre os parques que contam com cinco linhas de ônibus ou menos estão os três situados na AP3 e um dos dois localizados na AP5.

Ao lembrar que a AP3 concentra 13,6% dos equipamentos culturais em geral da cidade do Rio de Janeiro e a AP5, 4,5% (PERES; MELO, 2006), vemos que essa desigualdade é recorrente e que essa população conta com uma oferta de equipamentos culturais que não supre a necessidade. Cabe ressaltar que, dos 33 habitantes do Rio que visitavam parques fora de sua AP de origem, 19 eram moradores da AP3, o que indica que há demanda dessa parcela da população por este tipo de lazer, ou de equipamento cultural.

Considerações finais

O tempo livre de obrigações vem sendo cada vez mais utilizado para buscar um contato com a natureza, um retorno a um paraíso do qual a humanidade foi expulsa. Não obstante, a natureza que se busca é modificada, antropomorfizada, reflorestada, com caminhos asfaltados, banquinhos para os mais cansados, sinalização para quem não conhece as trilhas ou as atrações naturais, banheiros, lanchonetes e restaurantes climatizados e sem formigas ou mosquitos.

Anteriormente perguntei a quem os parques estão endereçados, e agora temos alguns elementos para pensar a questão. Parece haver endereçamentos diferentes. Enquanto o público de alguns parques é mais contemplativo, o de outros mistura contemplação e atividade, e o público de outros parques busca o lazer físico, privilegiando a atividade. O modo de enquadramento é sempre dinâmico, e vemos parques como a Quinta da Boa Vista, cuja construção o destina a um fim e cujo público lhe deu um fim diferente, que atende melhor a seus gostos e suas necessidades. A distribuição espacial dos diversos tipos entre os parques existentes é bem igualitária.

No quesito acesso físico revelam-se paradoxos: os parques que dispõem de estacionamentos são frequentados a pé. Aqueles de difícil acesso por ônibus não contam com estacionamento. A restrição das trilhas nos parques do Mendanha e da Pedra Branca, sob justificativa (obtida informalmente) de evitar que as pessoas se percam, já que as trilhas não são bem marcadas, parece indicar que o público suposto não deve percorrer as trilhas, por não saber fazê-lo. Ora, se não há trilhas disponíveis para esse público dificilmente se formará o hábito de percorrê-las e serão conhecidas as práticas e a ética de quem as frequenta; além disso, outros parques, como o da Tijuca, mantêm suas trilhas abertas o ano inteiro, trilhas bem marcadas e com diversas sinalizações alertando sobre o melhor a se fazer na floresta. É claro que ainda existe o risco de pessoas se perderem, risco este assumido pelo parque. Talvez a hipótese seja a de que não há público para trilhas fora dos centros tradicionais de montanhismo do Rio de Janeiro. Não havendo acesso às trilhas ou à cachoeira, no caso do Parque do Mendanha, o público, então, faz uso da piscina de água natural no verão (fui informada de que o parque chega a ter 1.000 visitantes por dia nos fins de semana de verão) e das churrasqueiras no inverno, embora a visitação seja muito menor nessa época.

Referências

- DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo de D. Novas urbanidades na cidade do Rio de Janeiro: o ecologismo, a praia e o surfe. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 17., 2005, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, MS: UCDB, 2005. 1 CD-ROM.
- DRUMMOND, José A. O jardim dentro da máquina. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 2, 1988. Disponível em: < www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/39.pdf >.
- IBAM/DUMA. *Guia das unidades de conservação ambiental do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PCRJ/SMAC, 1998.
- MELO, Victor A. de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de D. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.
- PERES, Fabio de F.; MELO, Victor A. de. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. *EFDeportes Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 93, fev. 2006.
- RECHIA, Simone. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. Tese (Doutorado em Educação Física)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

SANTOS, Edmilson S. dos; MIOTTO, Fernanda. Análise comparativa dos espaços esportivos de parques públicos de porto alegre. *EFDeportes Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 92, jan. 2006.

SZMRECSANYI, Maria Irene. Lazer e consumo: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano. In: BRUHNS, Heloísa; GUITERREZ, Luiz Gustavo. *Representações do lúdico: II ciclo de debates “lazer e motricidade”*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 5-20.

TELES, Aldemir J. F. A frequência dos parques de lazer na cidade do Recife e o perfil dos seus frequentadores. In: AS CIÊNCIAS do Desporto e a Prática Desportiva – Actas (1991). Porto: [s.n.], 1991.

Impacto e conservação: prós e contras da prática esportiva em unidades de conservação

*Felipe de Drummond Alves**

Conhecer para proteger

É fato que praticamente todos os cidadãos das grandes metrópoles sentem uma certa dose de energia positiva quando se deparam com um ambiente natural, sejam cachoeiras, praias, florestas, lagos ou montanhas. Mas por que, mesmo sentindo essa forte conexão, as pessoas degradam o ambiente que amam? Responder a essa pergunta não é tão simples quanto parece, mas pode se resumir em uma única palavra: desconhecimento. Talvez o maior desafio que podemos encontrar nos praticantes de atividades ao ar livre é fazer com que entendam que o lixo não é o único impacto que suas atividades podem gerar.

O principal objetivo desse capítulo é fazer com que os praticantes de atividades ao ar livre entendam um pouco sobre os impactos positivos e negativos gerados por suas atividades e que, com isso, os impactos negativos sejam minimizados ao máximo.

Como a minha linha de estudos está inserida no domínio da Mata Atlântica, irei inicialmente apresentar um breve histórico sobre um dos biomas mais importantes do mundo.

* Bacharel em Engenharia Florestal, Chefe do Setor de Proteção do Parque Estadual da Serra da Concórdia – Valença/RJ, com experiência em conservação da natureza. Participa como pesquisador do Laboratório de Ecologia Florestal e Biologia Vegetal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tendo publicado trabalhos sobre os impactos do Ecoturismo em populações de artrópodes em Unidades de conservação e do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Natureza, onde se dedica ao estudo dos impactos gerados pelos esportes na natureza.

A Floresta Atlântica

A Floresta Atlântica é a formação vegetal que sofre maior impacto da ação antrópica no Brasil. Atualmente, está reduzida à cerca de 7,5% da sua área original. Os seus remanescentes são representados por um elevado número de fragmentos em variados graus de degradação, especialmente devido às diferentes atividades e pressões urbanas ligadas a essas áreas (INPE; IBAMA, 1990; OLIVEIRAFILHO; FONTES, 2000; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2001; ROCHA et al., 2003). A sua degradação causa um impacto imediato ao ambiente, transformando áreas florestadas em campos e pastagens (MORELLATO, 2000), resultando em uma elevada perda de espécies animais e vegetais, com uma conseqüente redução da biodiversidade (PIMM; ASKINS, 1995; PIMM et al., 1995).

A Floresta Atlântica ocorre tanto na região litorânea como nos planaltos e serras do interior, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, sendo considerada a segunda maior formação de florestas neotropicais (MORELLATO, 2000; OLIVEIRA-FILHO; FONTES, 2000). Ao longo de sua distribuição a sua abrangência varia desde pequenas faixas até grandes extensões, atingindo, em média, 200 km do mar para o interior do continente (OLIVEIRA-FILHO; FONTES, 2000).

A Floresta Atlântica apresenta uma grande variedade de formações, englobando um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastante diferenciadas (OLIVEIRA-FILHO; FONTES, 2000). Em geral, essa mudança na estrutura e composição florística está relacionada com as variações climáticas entre as suas regiões de ocorrência, tendo como elemento comum a exposição aos ventos úmidos que sopram do oceano (OLIVEIRA-FILHO; FONTES, 2000; SOS MATA ATLÂNTICA, 2006).

Mesmo estando reduzida a uma pequena parte da sua extensão original, a Floresta Atlântica foi incluída entre os 24 *hotspots* mundiais – áreas com extraordinária diversidade, elevada concentração de espécies endêmicas, e que vêm sofrendo elevada e rápida perda de habitat (MYERS et al., 2000). A maioria desses *hotspots* tem sido alvo de vários estudos, de forma a produzir o maior número de informações que levem a ações prioritárias de conservação e preservação destes ecossistemas (MYERS et al., 2000; ROCHA et al., 2003).

O estado do Rio de Janeiro, segundo projeções históricas, apresentava cerca de 97% da sua área recoberta por Floresta Atlântica, o equivalente a aproximadamente 44.000 km² de florestas (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA/INPE, 1992/1993; ROCHA et al., 2003). No entanto, desde o início da colonização, a Floresta Atlântica do Rio de Janeiro vem sofrendo um intenso processo de desmatamento, uma vez que, ao longo de 400 anos, ela foi a principal fonte

de recursos madeireiros e de utilização do solo para os diferentes ciclos que se instalaram ao longo desse período (FRIEDMAN, 1999).

Atualmente, a ampla área de floresta que cobria o Estado se resume a numerosas manchas florestais, encontradas principalmente nas vertentes das cadeias montanhosas acima de 500m a.n.m. (TANIZAKI-FONSECA; MOULTON 2000; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2001; ROCHA et al., 2003). Esses fragmentos somam cerca de 8.000km², o equivalente a 17% da área original (TANIZAKI-FONSECA; MOULTON, 2000). Dessa área remanescente, cerca de 50% está protegida em unidades de conservação de diferentes tipos (TANIZAKI-FONSECA; MOULTON, 2000; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2001), enquanto parte da outra metade encontra-se nas mãos de latifundiários, estando cercada por uma matriz alterada utilizada para cultivo ou diferentes criações.

Apesar disso, segundo Rocha et al. (2003), o estado do Rio de Janeiro tem uma fundamental importância na conservação da Floresta Atlântica por apresentar grandes blocos de vegetação contínua, que apresentam um elevado grau de conectividade.

O movimento conservacionista mundial

Podemos dizer que o movimento conservacionista tem origem nas ideias de Gifford Pinchot, engenheiro florestal norte-americano que foi treinado na Alemanha. Ele criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Pinchot acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: uso dos recursos naturais pela geração presente; prevenção de desperdícios; e uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2001).

Essas ideias se tornaram importantes, para os enfoques posteriores, como o eco-desenvolvimento, na década de 1970. Estiveram no centro dos debates da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 e na Rio-92 (DIEGUES, 2001). Nesta última grande conferência, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi proclamado. Conceito que, segundo alguns autores, se mostra enigmático e frágil, mas, mesmo assim, vem atraindo defensores mundo afora.

Histórico sobre as unidades de conservação no Brasil e no mundo

As unidades de conservação têm a sua origem em 1872 com a criação nos EUA do Parque Nacional de Yellowstone. O parque de Yellowstone foi criado com o intuito de preservar para as futuras gerações uma paisagem de imensa beleza cênica.

No Brasil, as unidades de conservação têm a sua origem um pouco mais tardia com a criação, em 1937, do Parque Nacional de Itatiaia. Apesar de o Brasil criar a sua primeira unidade de conservação apenas em 1937, relatos contam que o engenheiro André Rebouças, em 1876, propôs a criação do Parque Nacional de Sete Quedas e o Parque Nacional da ilha de Bananal. Em 1959, a ilha de Bananal foi promovida a Parque Nacional do Araguaia. Sete Quedas foi promovido a Parque Nacional em 1961, mas foi inundado em 1981 para dar lugar à hidroelétrica de Itaipú (PÁDUA, 2004).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Já que abordamos o início das unidades de conservação no Brasil, é preciso conhecer um pouco das diferenças entre as categorias dessas unidades. As atividades ao ar livre utilizam ambientes próprios e alguns desses ambientes estão inseridos em unidades de conservação de determinado tipo. No ano de 2000 foi sancionada a Lei 9.985 que criou o sistema nacional de unidades de conservação da natureza que, segundo a ex-Ministra do Meio Ambiente Marina Silva: “Esta lei concebeu dispositivos que regulamentam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais” (BRASIL, 2006).

Todo o praticante de atividades ao ar livre deveria conhecer a legislação sobre a área em que sua atividade está inserida. Por exemplo, saber a diferença entre uma unidade do tipo Parque Nacional e Reserva Biológica, já que uma permite a visitação da população e na outra a permissão está restrita a fins educacionais. No Rio de Janeiro, podemos citar o Parque Nacional da Tijuca e a Reserva Biológica de Poço das Antas. Mesmo nas unidades em que a visitação é possível, ela é condicionada às diretrizes constantes nos planos de manejo das próprias.

De acordo com o IBAMA, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) reconhece dois tipos de áreas protegidas:

- Unidades de Conservação de Uso Direto ou Uso Sustentável –

destinadas à conservação da biodiversidade, nas quais se permite utilizar os recursos naturais de forma sustentável, estabelecendo modelos de desenvolvimento, observando criteriosamente os planos de manejo ou por meio de atividades econômicas selecionadas, de modo a conservar ou melhorar as condições ecológicas;

- Unidades de Conservação de Uso Indireto ou de Proteção Integral –

destinadas à conservação da biodiversidade, pela não utilização direta desses recursos, mas obtendo benefícios indiretos, na forma de pesquisa científica, educação ambiental e recreação, observando-se sempre os planos de gestão e de zoneamento ambiental.

A comunidade participa, indiretamente, na preservação da natureza.

Definição de impacto ambiental

Para o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), impacto ambiental pode ser definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante de atividades antrópicas que possam afetar de maneira direta ou indireta a saúde, a segurança e o bem-estar social, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986). Logo, é preciso entender que nem todo o impacto gerado é negativo, algumas modificações são positivas e reconhecer a sua existência é o primeiro passo para gerá-las.

Impactos de atividades na natureza

Apesar de existirem controvérsias com relação à denominação que as atividades feitas no meio natural possam ter, para facilitar o entendimento irei unir todos os segmentos em um único, o do ecoturismo, mesmo sabendo que essa junção não corresponde a uma verdade absoluta, mas os impactos gerados por essas atividades são muito parecidos. Antes de versar sobre os impactos em si, devemos entender o que vem a ser essa atividade denominada ecoturismo.

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (praticantes, funcionários e moradores dos arredores da área utilizada) (ZACCHI, 2004). No entanto, para que o ecoturismo possa efetivamente solidificar a sua estrutura, é preciso que ele esteja dentro de diretrizes condizentes com o mercado e que

sua atividade seja discutida de maneira aberta para que, com isso, consiga ser eficiente e sustentável aos mais variados tipos de ecossistema e de cultura popular (BRASIL, 1995).

Dentre as atividades do ecoturismo, estão incluídos os esportes na natureza, também chamados de esportes radicais – caminhadas, campismo, canoagem, turismo contemplativo, viagens a pé, cavalgadas, banhos de mar e cachoeira entre outros. Estes esportes são os grandes beneficiários das áreas das Unidades de Conservação, tendo em vista as suas potencialidades para a prática desse tipo de atividade (BNDES, 2000). Segundo Alves Junior & Dias (2005), os praticantes desse tipo de atividade possuem uma preocupação ecológica diferente dos praticantes de outras atividades esportivas, pois podem comportar uma forte sinergia entre a prática esportiva e a natureza. No entanto, a prática desses esportes pode causar um intenso impacto sobre o ambiente dentro das unidades de conservação, uma vez que, em geral, estes tendem a utilizar com maior intensidade as diferentes áreas dentro da mesma (ALVES, 2007).

Os impactos, como dito anteriormente, podem ser positivos ou negativos e a sua caracterização vai depender muito do fator que se avalia. Trabalhos envolvendo o uso de trilhas como geradores de impactos ambientais demonstraram que quando os indicadores utilizados são artrópodes de solo, os danos mensurados podem ser significativos. Por exemplo, Garay & Nataf (1982) indicaram que em florestas públicas de Paris, na França, o impacto do pisoteio humano tem um efeito direto sobre a comunidade de microartrópodes de solo, indicando o desaparecimento de algumas ordens com o aumento no grau de perturbação, vale frisar que esse efeito não é na área pisoteada e sim em áreas distantes dessas. Isso costuma acontecer devido ao fato de que espécies especialistas, com baixa amplitude ecológica, tornam-se mais escassos, enquanto outros que são mais generalistas tendem a aumentar as suas densidades em resposta à abertura e à desestruturação do ambiente (SILVA, 2000).

Ainda falando em atividades que usam o ambiente florestal, outro impacto negativo é provocado por um fenômeno que denominamos efeito de borda, a borda de um fragmento florestal terá características diferentes do interior do mesmo, com isso, as espécies florestais que irão habitar a borda serão compostas por espécies que possuem maior resistência ao *deficit* hídrico, a luminosidade nos estágios iniciais entre outras. Então, quando uma trilha e/ou uma clareira é aberta no meio da floresta, estamos criando um ambiente diferente daquele que originalmente existia, fazendo com que a alteração na luminosidade da área provoque mudanças na composição florestal ao redor da trilha, e essas mudanças no extrato vegetal tendem a gerar alterações na

fauna também. Outro tipo de impacto ocasionado é o da compactação do solo, que acarreta uma impermeabilização, favorecendo os efeitos erosivos.

Mudanças em ambientes em que há prática esportiva podem ser muito perigosas até mesmo para a vida dos praticantes, como por exemplo, os tubarões em Pernambuco. Não estou dizendo que o aumento no ataque de tubarões tem alguma ligação com a prática esportiva, já que possivelmente isso ocorre devido à mortalidade de peixes na região, a industrialização, causando um estresse nesse conhecido predador marinho, aumentando o número de ataques.

Existem também os impactos positivos das atividades, normalmente que são gerados em cima das comunidades do entorno em que as atividades ocorrem, e uma boa relação pode promover o desenvolvimento na região. Não são poucos os casos de tribos de praticantes de determinada atividade que “adotam” uma área e com isso ajudam a preservá-la.

Conclusão

Conforme pudemos comprovar não apenas o lixo material gerado constitui um impacto negativo em uma Unidade de Conservação em que há prática esportiva. A simples presença humana tende a gerar um impacto de maior ou menor escala, dependendo do comportamento da pessoa ou até mesmo do tamanho do grupo, já que isso pode acarretar aumento no ruído gerado. Os grupos organizados de esportistas desse tipo tendem a ter uma relação muito forte com o ambiente em que a sua atividade existe, tomando-se os grandes defensores desses locais.

As unidades de conservação são criadas para que o ambiente natural possa sobreviver ao modelo de desenvolvimento existente, mas a criação dessas unidades no Brasil não é garantia de conservação ambiental. É necessário que todos os agentes envolvidos com esses espaços tenham consciência do seu papel na conservação dos recursos para as futuras gerações.

Referências

- ALVES, F. D. *Efeitos de trilhas sobre a comunidade de artrópodes no Parque Nacional da Tijuca/RJ*. Monografia (Bacharelado em Engenharia Florestal)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ALVES JÚNIOR, E.D.; DIAS, C.A.G. A cidade do Rio de Janeiro como equipamento de lazer: os esportes da natureza. In: CONGRESSO INTERNACIONAL JUEGO, RECREACION Y TIEMPO LIBRE, 2005, Montevideu. *Anais...* Minas Gerais: UFMG/CELAR, 2005.

BNDES. *Turismo ecológico: uma atividade sustentável*. Brasília, DF: [s.n.], 2000. Disponível em <www.bndes.gov.br>, acesso em dezembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídrico da Amazônia Legal. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, DF: MICT/MMA, 1995.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 6. ed. Brasília, DF: MMA/SBF, 2006.

CONAMA. *Resolução CONAMA n°001*. Brasília, DF: 1986. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2007.

DIEGUES, A. C. S. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

FRIEDMAN, F. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. *Atlas dos remanescentes florestais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Atlas dos remanescentes florestais do Rio de Janeiro*. São Paulo: SOS Mata Atlântica: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001.

_____. *Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro, 1990.

GARAY, I. NATAF, L. Microartropds as indicators of human trampling in suburban forests In: BORNKAMM, R.; LEE, J.A.; SEBWARD, M.R.D. (Org.). *Urban ecology*. London: Blackwell Scientific Publication, 1982. p. 201-208.

MORELATTO, L.P.C. Introduction: the Brazilian Atlantic Forest. *Biotropica*, Washington, v. 32, n. 4b, p. 786-792, 2000.

MYERS, N. et.al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, [S.l.], v. 403, p. 853845, 2000.

OLIVEIRA-FILHO, A.T.; FONTES, M.A. Patterns of floristic differentiation among Atlantic Forest in Southeastern Brazil and the influence of climate. *Biotropica*, Washington, DC, v. 32, n. 4b, p. 793-809, 2000.

PÁDUA, M.T.J. Pobre Rebouças. *O Eco*, [S.l.], 2004. Disponível em: <www.oeco.com.br>. Acesso em: 01 nov. 2008.

PIMM, S.L.; ASKINS, R.A. Forest losses predict bird extinctions in eastern North America. *Ecology*, [S.l.], n. 92, p. 9343-9347, 1995.

PIMM, S.L. et al. The future of biodiversity. *Science*, [S.l.], n. 269, p. 347-350, 1995.

ROCHA, C.F.D. et al. *A biodiversidade nos grandes remanescentes florestais do Estado do Rio de Janeiro e nas restingas da Mata Atlântica*. São Carlos: RiMa, 2003.

SILVA, C.A.M. Diversidade de Scolytidae (coleóptera) em fragmentos florestais da região de Mogi Guaçu, SP. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2000.

SOS MATA ATLANTICA. *Portal Sos Mata Atlântica*. 2006. Disponível em: <www.SOSMATAATLANTICA.org.br>. Acesso em: jun. 2006.

TANIZAKI-FONSECA, K.; MOULTON, T.P. A fragmentação da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro e a perda da biodiversidade. In: BERGALLO, H.G. et al. (Org.). *A fauna ameaçada de extinção do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. p. 23-36.

WINK, C. et.al. Insetos edáficos como indicadores da qualidade ambiental. *Revista de Ciências Agroveterinárias*, Lages, v. 4, p. 60-71, 2005.

ZACCHI, G. P. Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos. *Revista Diálogos e Ciência*, [S.l.], ano 2, n. 4, 2004.



PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA (www.prima.org.br) após a implementação de um Programa Socioambiental com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



Este livro foi composto na fonte ITC Sheltenham, corpo 10, impresso na Flama Ramos Acabamento e Manuseio Gráfico, em papel off-set 75g. (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa) produzido em harmonia com o meio ambiente.

Esta edição foi impressa em julho de 2009.

Tiragem 1.000 exemplares